

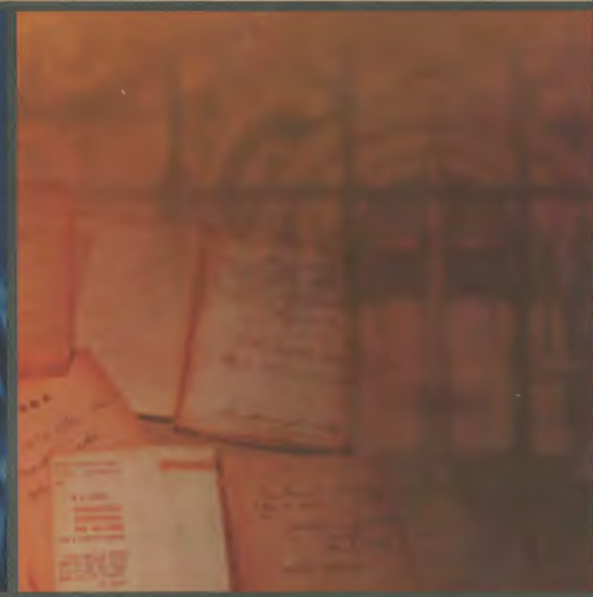
Revista

de

CULTURA e EXTENSAO

USP

Nº0 JULHO-DEZEMBRO 2005



PRÓ-REITORIA DE
CULTURA E EXTENSAO
UNIVERSITARIA

Revista
de **CULTURA
e
EXTENSAO**
USP

Nº0 JULHO-DEZEMBRO 2005



PRÓ-REITORIA DE
CULTURA E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor
ADOLPHO JOSÉ MELFI

Vice-Reitor
HÉLIO NOGUEIRA DA CRUZ

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária
ADILSON AVANSI DE ABREU

Assessora Técnica de Gabinete
SANDRA LENCIONI

REVISTA DE CULTURA E EXTENSÃO -USP
Coordenação editorial: WILMA TAVARES MOTA BASAGLIA
Projeto Gráfico e Capa: AUGUSTO FRANCISCO PAULO

COMISSÃO EDITORIAL DESTE NÚMERO

MARIA TERESA DO PRADO GAMBARDIJA (IQSC) – Coordenação
ALFREDO BOSI (IFA)
DANTE DE ROSE JUNIOR (EACH)
JOSÉ COELHO SOBRINHO (FCA)
LUIZ EDUARDO MONTENEGRO CHINELLATO (I'OB)
LUIZ GUSTAVO NUSSIO (ESALQ)
MARCELO MACHADO DE LUCA DE OLIVEIRA RIBEIRO (FZEA)
MARIA RUTH AMARAL DE SAMPAIO (FAU)
MARILENE DE VUONO CAMARGO PENTEADO (CoCEEx)
PAULO MARCOS DONATE (FFCLRP)
SANDRA LENCIONI (Assessoria PRCEU)
SÉRGIO MUNIZ OLIVA FILHO (CoCEEx)
VALÉRIA FLORA HADEL (CEBIMar)
RODOLFO KIENEN DIAS (Representação Discente)
WILMA TAVARES MOTA BASAGLIA (Secretária Executiva)

Revista de Cultura e Extensão - USP
Rua da Reitoria, 109, térreo
Edifício Anexo I
Cidade Universitária - Butantã - CEP: 05508-900
www.usp.br/prc

PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

CECÍLIO DE SOUZA – ASSISTENTE TÉCNICO DE GABINETE

AUGUSTO FRANCISCO PAULO – ASSISTENTE TÉCNICO DE GABINETE

MARILENA PIRES – DIRETORA DE AÇÃO CULTURAL

EDUARDO ALVES – DIRETOR ACADÊMICO

VALDIR PREVIDE – DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

APOIO TÉCNICO REVISTA DE CULTURA E EXTENSÃO - USP

EDITORIAÇÃO DE TEXTO E ARTE FINAL: AUGUSTO FRANCISCO PAULO

REVISÃO DE TEXTO: WILMA TAVARES MOTA BASAGLIA

REVISÃO DE PROVAS: SANDRA LENCIONI,

WILMA TAVARES MOTA BASAGLIA, ANNA MARIA CAMPOS E

AUGUSTO FRANCISCO PAULO



A *Revista de Cultura e Extensão – USP / Journal of Culture and Extension – USP* tem por finalidade publicar artigos relativos às áreas de cultura e extensão universitária, assim como dossiês, resenhas e entrevistas sobre a temática cultural e as práticas de extensão universitária.

Os trabalhos podem ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa, devendo ser originais e inéditos e destinar-se exclusivamente à *Revista de Cultura e Extensão – USP / Journal of Culture and Extension – USP*. A publicação dos trabalhos dependerá da observância das normas da Revista e da decisão da Comissão de Publicação, após julgamento de, no mínimo, dois pareceristas. A submissão de um trabalho à Revista implica que o mesmo não tenha sido anteriormente publicado, nem sido enviado simultaneamente a outra revista. Os trabalhos aceitos e publicados são de propriedade da Revista, ficando os direitos autorais reservados à mesma.

The *Revista de Cultura e Extensão – USP / Journal of Culture and Extension – USP* publishes original papers related to the field of Culture and Extension, as well as surveys, reviews and interviews on cultural matters and on university extension initiatives.

Papers are accepted on the understanding that they are original, have not been published elsewhere nor have been submitted for publication in other journal simultaneously. Published papers will have their copyright assigned to the Journal. Acceptance for publication will depend on the conformity of the texts with the style sheet of the Journal and on the decision of the Editorial Board, after at least two peer reviewers have issued their opinion. The submittal of a paper to the Journal implies it has not been previously published nor concurrently submitted to another journal. All accepted and published texts become the property of the Journal, which shall retain full copyright thereon.



Universidade de São Paulo. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

Revista de Cultura e Extensão - USP. São Paulo
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária
N. 00 (agosto a dezembro, 2005).

156 p.

Semestral

1. Cultura. 2. Extensão. 3. Revista. I. Título

APRESENTAÇÃO

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária 7

ARTIGO

A Cultura e a Extensão como motivação da atividade universitária
Adilson Avansi de Abreu 8

PROJETOS E PROGRAMAS

Cortiço Vivo: projeto de reabilitação de cortiço na área central, Bom Retiro, São Paulo
Maria Ruth Amaral de Sampaio 18

Projeto Caminho de Volta: busca de crianças desaparecidas no Estado de São Paulo
Gilka Jorge Figaro Gattás 28

Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo: história, reflexões e práticas – *Equipe de formadores do ITCP-USP* 38

A Biologia Marinha ao alcance de todos: programa de visitas monitoradas ao CEBIMar
Valéria Flora Hadel e Flávio Augusto de Souza Berchery 50

Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: enredos e segredos
Maria Cecília França Lourenço 62

A extensão universitária na USP Leste
Sonia Maria Vanzella Castellar e Dante De Rose Junior 74

O Projeto Equoterapia da ESALQ
Claudio Maluf Haddad 82

DOSSIÊ

Desafios da Cultura e da Extensão na USP

Da difusão à pesquisa no Estado de São Paulo. A história do Museu Paulista da Universidade de São Paulo
Eni de Mesquita Samara (MP) e Carlos Roberto Ferreira Brandão (MZ) 94

Estado, Políticas Públicas e Universidade
Ricardo Toledo Silva (FAU) 104

ENTREVISTA

Professor Alfredo Bosi 126

NOTÍCIAS COMENTADAS

USP promove exposição sobre a água
Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva (MC) 142

Participe da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
Glória Malavoglia (ICT) 145

Conheça “A Universidade e as Profissões”
Margarida de Mello Aires (PRCEU) 147

APÊNDICE

Normas da Revista 152

O lançamento da Revista de Cultura e Extensão - USP pelo Conselho de Cultura e Extensão Universitária pode ser encarado como um marco na evolução da USP em seus 70 anos de existência. Ela contribuirá para consolidar um processo no qual a sociedade e as diversas formas de sua organização social e espacial passaram a integrar, de forma cada vez mais relevante, os mecanismos de produção do conhecimento desenvolvidos na Universidade.

A Revista de Cultura e Extensão - USP, editada semestralmente, tanto em papel quanto em meio eletrônico, se constitui num espaço de discussão de idéias, de narrativa de experiências e práticas, em que diferentes pontos de vista encontram diálogo e as reflexões críticas sobre as ações culturais e as atividades de extensão permitirão iluminar trilhas que buscam consagrar a transversalidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Revista de Cultura e Extensão - USP surge num momento de relativa maturidade das ações do Conselho de Cultura e Extensão Universitária e contribuirá, certamente, para o refinamento doutrinário de nossa prática acadêmica e aperfeiçoamento metodológico da interação entre a Universidade e a sociedade.

Esperamos que ela possa contribuir para o aperfeiçoamento das atividades e para o aprofundamento do conhecimento da Universidade, nos desafiando na elaboração de projetos cada vez mais conseqüentes e inovadores. Dessa forma, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária convida a comunidade para submeter seus trabalhos sobre a temática da cultura e extensão universitária nesse novo ambiente de diálogo.

Adilson Avansi de Abreu
Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária

A CULTURA E A EXTENSÃO COMO MOTIVAÇÃO DA ATIVIDADE UNIVERSITÁRIA

Adilson Ayrani de Abreu*

* Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo e Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Cidade Universitária e-mail: prceu@usp.br

Resumo

O artigo aborda os diplomas legais da Universidade de São Paulo e seus paradigmas, como referência para promover as atividades de cultura e extensão na USP em seus 70 anos de existência.

Palavras-chave: estatuto, cultura, extensão.

Abstract

This paper deals with the statutes and internal regulations of the University of São Paulo and their paradigms, as references for promoting cultural and extension activities at the USP during its 70 years of existence.

Keywords: statutes, culture, extension.

1. Introdução

A Universidade de São Paulo, por meio das ações culturais e das atividades de extensão, tem se tornado, ao longo de sua história, mais porosa e permeável às demandas da sociedade, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Essas ações e atividades se constituem em mediações privilegiadas na relação da USP com a sociedade, pois encerram importantes fontes de realimentação e reformulação do conhecimento, permitindo mapear, através da prática, as necessidades e os problemas emergentes de uma sociedade progressivamente padronizada por processos bilaterais, multilaterais e globais de transferência de conhecimento e tecnologia, que atuam na construção de uma rede de interdependência mundial, mas também produzem subordinação em relação aos principais centros econômicos e tecnológicos. Neste processo, o tempo e o espaço contraem-se de forma acelerada e tanto as metrópoles, quanto as áreas rurais alteram, profundamente, suas ligações com o processo evolutivo local e regional. A cultura e a memória tradicional perdem relevância face às forças da mundialização e tendem a desaparecer, sobrevivendo apenas em retalhos residuais da paisagem e em práticas que, progressivamente, tendem a cair em desuso e no esquecimento.

Neste contexto, o papel da universidade passa a ser estratégico, tanto para balizar, de forma crítica, o processo de integração global, dentro de padrões nacionais que considerem as especificidades do país, com dignidade, quanto para apoiar processos educativos voltados para as questões sociais, bem como para desenvolver, com responsabilidade, mecanismos de transferência e inovação tecnológica para a esfera pública e privada.

2. A práxis e sua base doutrinária e conceitual

Para estimular, orientar e aperfeiçoar as práticas acadêmicas no contexto da USP, o Conselho de Cultura e Extensão Universitária - CoCEX - realizou, no período de 2000 a 2003, ampla revisão doutrinária e conceitual dos procedimentos interessando às atividades de cultura e extensão, que resultou na aprovação do Regimento de Cultura e Extensão pelo Conselho Universitário, em 26 de julho de 2002, seguindo-se um conjunto de Resoluções, aprovadas pelo CoCEX, que especificaram e detalharam as diferentes formas de ação cultural e de extensão universitária.

No processo de discussão desses documentos ficou evidente como as expressões *cultura* e *extensão* eram encaradas de forma múltipla e, até mesmo, contraditória

e como as interpretações estavam ligadas a diferentes paradigmas que referenciavam os trabalhos das unidades da USP.

As causas desse comportamento podem ser percebidas se lançarmos um olhar abrangente sobre a maneira como as palavras *cultura* e *extensão* foram entendidas no desenvolver destes 70 anos de história da Universidade de São Paulo.

A criação da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, apoiada na reforma estatutária de 1988, introduziu na estrutura organizacional da Universidade um novo colegiado – o Conselho de Cultura e Extensão Universitária – que se ocupou, desde sua instalação, com a reflexão sobre os conceitos básicos que o originaram: a *cultura* e a *extensão*.

Esta reflexão teve conseqüências práticas no aperfeiçoamento da legislação que este colegiado aprovou para caracterizar e organizar as atividades sob sua responsabilidade, mas nunca foi uma tarefa fácil.

A dificuldade em abordar o tema da *cultura* e da *extensão*, num espaço privilegiado de discussão, a Pró-Reitoria, advinha da própria prática da Universidade, profundamente centrada nas atividades fins mais visíveis: o *ensino* e a *pesquisa*.

A esta dificuldade somou-se, também, a formulação do *Estatuto da USP de 1988* [4], que no seu artigo 2º, ao definir as finalidades da Universidade, expressa que:

“São fins da USP:

I – promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa;

II – ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais;

III – estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.”

Neste texto percebe-se a tônica nas palavras ensino e pesquisa e, embora tenha deixado explícito que a extensão seria feita de forma indissociável dessas atividades, sua clareza não pode ser considerada meridiana.

Por outro lado, se compararmos o *Estatuto de 1988* com o *Decreto de Fundação da USP, de 1934* [2] e, ainda com o *Estatuto da USP de 1969* [3], constatamos a ausência da palavra *cultura* nas finalidades da Universidade, presente nos outros diplomas legais.

O *Decreto de Fundação de 1934*, no seu artigo 2º tem a seguinte redação: “ São fins da Universidade: a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b) transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito e sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos de cultura, e técnicos e profissionais em todas

as profissões de base científica ou artística; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congressos.”

Já o *Estatuto de 1969*, no artigo 2º, tem a seguinte redação: “São fins da Universidade de São Paulo:

I – o desenvolvimento e a promoção da cultura, por meio do ensino e da pesquisa;

II - a formação de pessoas aptas ao exercício da investigação filosófica, científica, artística, literária e esportiva, bem como ao do magistério e de atividades profissionais;

III – a prestação de serviços à comunidade.”

É interessante comparar essa diversidade de textos que definem os fins da Universidade e perceber a evolução das formulações e dos paradigmas referentes aos papéis da *cultura* e da *extensão* na prática acadêmica.

Para a *extensão* percebe-se, claramente, que se evolui de uma proposta mais singela, do Decreto de Fundação de 1934 para um texto conceitualmente mais elaborado no Estatuto de 1988. A rigor, podemos dizer que a palavra *extensão* está ausente no artigo que trata das finalidades da Universidade, tanto no Decreto de Fundação de 1934, como no Estatuto de 1969, aparecendo pela primeira vez no Estatuto de 1988, no inciso III do artigo 2º, como verbo ‘estender’. A redação: “estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa”, aliás, é bastante interessante, pois gramaticalmente o verbo é o centro da ação que confere sentido às frases.

Já no caso da *cultura* tivemos um desenvolvimento inverso, com a supressão do termo ‘cultura’ no artigo 2º do Estatuto de 1988, o que é paradoxal, pois foi esse último estatuto que mais valorizou as atividades de *cultura* ao criar uma Pró-Reitoria e um Conselho Central para definir e supervisionar políticas neste campo. Some-se a isso, ampliando-se o paradoxo, a criação da Coordenação dos Museus, no âmbito da Pró-Reitoria, com a finalidade de traçar a política de integração entre os museus e as demais unidades, além de fixar normas de funcionamento e de atendimento ao público dos museus (§ 3º do artigo 6º do Estatuto da USP).

O papel da cultura na Universidade é de suma importância e fácil de ser entendido a partir da própria evolução do significado deste termo no decorrer da história. Em artigo publicado nos Cadernos CPC nº 6, intitulado “Natureza, Cultura, Patrimônio Ambiental”, Marilena Chauí [1] ao retomar a evolução deste conceito, nos permite entender o significado atual da palavra *cultura*. Vale a pena transcrever parte de sua exposição: “... cultura passou a significar, em primeiro lugar, as obras humanas que se exprimem em uma civilização, mas, em segundo lugar, passou a significar a relação que os humanos, socialmente organizados, estabelecem com o tempo e o espaço, com os outros humanos e com a natureza, relações que se transformam e variam em condições temporais e sociais determinadas. A *natureza* é o reino da *repetição*; a *cultura*, o da *transformação racional*; portanto é a relação dos humanos com o tempo e no tempo”.

A partir desta conceituação, fica evidente o pano de fundo que motivou a formulação das finalidades da USP, expressa no artigo 2º do Estatuto de 1969, quando definiu que o ensino e a pesquisa eram instrumentos para o desenvolvimento e promoção da *cultura*, conceito amplo que não se restringe às manifestações culturais artísticas ou literárias, eruditas ou populares, mas abarca toda a ação humana na face da Terra, incluindo, evidentemente, todas as formas de conhecimento.

A Universidade é, portanto, antes de tudo, uma instituição voltada para a *cultura*, em todas suas formas de manifestação consubstanciadas no saber e nas formações profissionais derivadas; daí a força simbólica da frase inscrita em torno do relógio, localizado na Praça do Relógio, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, que se constitui numa representação do tempo por meio do deslocamento do seu ponteiro e da projeção da sombra da torre no espaço, percorrendo, em função do movimento aparente do sol, o texto que registra: **“No universo da cultura o centro está em toda parte”**.

Foto arquivo Coesf



A comparação destes três diplomas legais evidencia que as atividades de *extensão* eram, em 1934, concebidas no contexto da “vulgarização das ciências, das letras e das artes”, fundamentalmente através de procedimentos formais do tipo “aula”, através dos meios de comunicação de massa da época. Já em 1969, ela é caracterizada, genericamente, como “prestação de serviços à comunidade”, enquanto no Estatuto de 1988 se apresenta com uma concepção mais precisa ao caracterizar essa atividade como aquela que visa “estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa”, que levará, portanto, ao desenvolvimento da *cultura* como expressão da relação dos homens com o espaço e o tempo, bem como entre si no contexto dos processos sociais.

A partir destas formulações, elaboradas ao longo dos 70 anos da USP, a reflexão doutrinária foi se centrando no fato de que a *extensão* era o procedimento que conduzia à articulação da Universidade com a sociedade, ao superar a barreira formal do vestibular para a graduação e o processo seletivo para a pós-graduação, contribuindo de uma forma geral para o desenvolvimento da *cultura* na sociedade.

3. O passado, o presente e o futuro

A reflexão produzida pelo Conselho de Cultura e Extensão Universitária, iniciada com as discussões do *I Seminário de Cultura e Extensão*, realizado em 2000, e aprofundada pelos que o seguiram, retomaram e reavivaram, progressivamente, as motivações presentes na Universidade, desde a criação das unidades que antecederam, no tempo, a própria instalação da USP, em 1934, centrada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Assim é que no campo das escolas profissionalizantes, surgidas nos finais do século XIX e começo do século XX, a interação com o poder público, no domínio interessando às melhorias urbanas e ao desenvolvimento da infra-estrutura, e com a iniciativa privada, no campo do comércio, da indústria e da agricultura, sempre foi muito forte.

O desenvolvimento agrícola e industrial do Estado de São Paulo, bem como da infra-estrutura urbana, particularmente na capital, estiveram associados, de forma expressiva, à implantação dessas escolas, que foram inspiradas em paradigmas que as integravam, pela práxis, às parcerias, por excelência, com o poder público e com a iniciativa privada no processo de desenvolvimento econômico e social.

A criação da Universidade de São Paulo em 1934, com a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fundada no paradigma dominante em muitas universidades européias da época, referenciado no modelo da Universidade de Berlim, onde o ensino e a pesquisa se colocavam como indissociáveis, se apoiou na valorização do conhecimento especializado com vistas a “promover o progresso da ciência” e a “formação de especialistas”, conforme expressa o Decreto de Fundação de 1934. Essa posição acabou centrando a doutrina da Universidade na pesquisa e no ensino e afastando-a da prática

anterior, criando certa tensão entre as práticas tradicionais das escolas profissionalizantes mais antigas e a Faculdade de Filosofia, assim como das unidades que, posteriormente, surgiram de sua divisão.

A predominância desta doutrina, que também transparece na formulação do *Estatuto de 1988*, porém agora sob uma conjuntura que já sinaliza a relevância da *ação cultural* e da *extensão universitária* como instrumentos importantes de atuação da Universidade, explica o papel, ainda modesto, que se tem atribuído às atividades de *extensão* na progressão da carreira docente e nas avaliações departamentais.

Apesar disso, o *Estatuto de 1988* ao criar a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária desencadeou um movimento de transformação da Universidade, estreitando-se os laços com a sociedade fora dos mecanismos formais do ensino e da pesquisa.

Inúmeras iniciativas voltadas para os processos de formação permanente de grupos profissionais têm surgido, devendo-se destacar, pelo seu papel multiplicador, aquelas voltadas para os profissionais do ensino fundamental e médio. Laços, já antigos, têm sido reforçados com diferentes instâncias governamentais no campo da saúde e da tecnologia, visando a melhorias na qualificação de políticas públicas de atuação, no apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura instalada em diferentes setores, como abastecimento de água, energia e transporte, ampliando e aprofundando as atividades de assessoria e consultoria a órgãos públicos e à iniciativa privada. As pesquisas, progressivamente, passaram a considerar, também, a etapa do desenvolvimento e aplicação, ganhando relevância a preocupação com o registro de patentes.

As questões de natureza social, ligadas à desigualdade econômica e seus reflexos, passaram a atrair a atenção de professores e alunos, surgindo um grande número de ações que buscam contribuir para a resolução de problemas sociais. Neste campo, vale a pena frisar que as iniciativas partem de todas as unidades que procuram encontrar mecanismos, tanto técnicos quanto educacionais, para atuarem junto à população em diversos campos de atividades, rurais e urbanas, relacionadas às ações voltadas para readequação de espaços deteriorados e para a autoconstrução, por exemplo.

Fato é que a partir dos anos 90, a Universidade de São Paulo passou a ter como fonte de informação para definição de temas relevantes ao ensino e à pesquisa, as experiências vividas através do desenvolvimento das ações culturais e de extensão. Neste contexto emerge, por exemplo, com mais vigor as ações desenvolvidas pelos quatro grandes museus estatutários, e pelos museus das unidades, que passaram a atuar, cada vez com mais dinamismo no campo da ação cultural, emparelhando-se com as unidades de ensino e pesquisa e com os institutos especializados, na visibilidade pública da Universidade.

Neste período, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária reorganizou e ampliou seus órgãos, definindo para os *campi* da Universidade um verdadeiro sistema de *ação cultural*, apoiado em atividades artísticas, científicas, tecnológicas ou políticas. Este sistema está mais desenvolvido na capital, onde o Centro Universitário Maria Antonia, o Centro de Preservação Cultural – Casa de Dona Yayá – a Estação Ciência, o Parque de Ciência e Tecnologia, o Teatro, a Orquestra Sinfônica, o Coral e o Museu de Ciências

passaram a ter, freqüentemente, papel de vanguarda na discussão de temáticas relevantes para a sociedade. Já nos *campi* do interior espera-se que o Museu de Ciências passe a articular iniciativas e liderar processos de interação entre os *campi* e as regiões onde se localizam. Neste sentido, o *campus* de Ribeirão Preto já definiu um espaço comum para as iniciativas que se desenvolvem nas várias unidades dessa cidade, centrando-as em construção histórica relevante para a própria região, que é a antiga Casa do Administrador da Fazenda Monte Alegre, datada do último quartel do século XIX.

O crescimento das atividades de extensão nos últimos quinze anos foi notável e permite caracterizar a USP, hoje, como instituição universitária altamente porosa à sociedade, que por meio das ações sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária enfrenta o desafio de desenvolver práxis que amalgamam o ensino e a pesquisa voltados aos interesses da sociedade e do Estado.

Referências

- 1] CHAUI, M. Natureza, Cultura, Patrimônio Ambiental. In: LANNA, A. L. D. (coord.) **Meio ambiente: patrimônio cultural da USP**. São Paulo: EDUSP, 2003, p.47-55.
- [2] Estado de São Paulo. Decreto nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências, **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 27 jan. 1934.
- [3] Estado de São Paulo. Decreto nº 52.326, de 16 de dezembro de 1969, Aprova o Estatuto da Universidade de São Paulo, **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 17 dez. 1969.
- [4] Estado de São Paulo. Resolução nº 3.641, de 7 de outubro de 1988, Baixa o Estatuto da Universidade de São Paulo, **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, SP, 08 out. 1988.

CORTIÇO VIVO: PROJETO DE REABILITAÇÃO DE CORTIÇO NA ÁREA CENTRAL - BOM RETIRO, SÃO PAULO

Maria Ruth Amaral de Sampaio*

*Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Coordenadora do Laboratório de Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. Rua do Lago, 876 – Cidade Universitária – São Paulo – SP. e-mail: mradsamp@usp.br

Resumo

O artigo relata as origens e o desenvolvimento de projeto de requalificação de imóvel de oito andares, encortiçado, situado em bairro da área central da cidade, Bom Retiro, tradicionalmente habitado por populações trabalhadoras. O projeto que teve origem numa disciplina optativa de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, FAU-USP, Habitação Popular Paulistana, foi desenvolvido por um grupo de alunos assessorados por professores, que num esforço concentrado, em um período de nove dias, e com caráter interdisciplinar, organizaram no espaço do cortiço um escritório improvisado e desenvolveram anteprojeto destinado à requalificação do imóvel. Essa iniciativa despertou nos moradores o desejo de melhorar seu habitat, ambição esta na qual eles têm alcançado sucesso, sempre assessorados por alunos e professores.

Palavras-chave: habitação, comunidade, participação.

Abstract

The article describes the origins and the development of a project of qualification of an eight-storey building, used as slum shelter, located in a neighbourhood in the centre of the São Paulo city, Bom Retiro, traditionally inhabited by working classes. The project originated in an elective undergraduate discipline of “Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU-USP”, Popular Housing in São Paulo, and was developed by a group of students that during nine days concentrated efforts together with professors of several disciplines. They organised a temporary office, developing the above mentioned project for a full refurbishment of the building. This initiative awoke in the local community the wish to improve their habitat, an aspiration which they have been attaining successfully, always assisted by the students and teachers.

Keywords: housing, community, participation.

Introdução

A iniciativa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão de iniciar a publicação de uma revista em que serão divulgados artigos e projetos de pesquisa relacionados à cultura e extensão deve ser saudada com entusiasmo por professores e alunos da USP, que daqui por diante poderão contar com um novo veículo.

Em nossa trajetória pelo campo da habitação, desde a década de 70 adotamos a prática de associar ao ensino atividades de pesquisa de campo e, sempre que possível, extensão de serviços à comunidade, fazendo dessa prática um prolongamento da sala de aula.

Esse procedimento teve respostas altamente satisfatórias, dando origem a trabalhos bastante criativos e inovadores, entusiasmando os alunos em atividades que chegavam a ultrapassar o que deles era esperado. Cito um exemplo excepcional, ocorrido em 1987/8, no qual o aluno Cláudio Roberto Scheel da FAU-USP, escolheu como tema de trabalho final de graduação – TFG, a experiência de um mutirão que ele coordenou, na qualidade de voluntário, na Favela de Heliópolis, auxiliando os moradores a construir 200 casas através desse processo. [1]

O Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária, professor Adilson Avansi de Abreu, observa que uma universidade sediada em uma metrópole com as características de São Paulo, em que situações de extrema riqueza se confrontam com espaços de pobreza absoluta, “deve se preocupar com a complexa realidade desses espaços, sendo fundamental que nossos alunos participem desses processos, sensíveis à necessidade de redefinição dos perfis profissionais produzidos pela universidade, para tratar de forma mais eficaz os problemas que emergem em nossos espaços urbanos.”[2]

Nossa convicção nas atividades da extensão universitária nos levou também a participar do programa da UNESCO, “Profissionais da Cidade”, iniciado em 2001, que trouxemos para a USP, e objetiva conseguir uma participação maior dos arquitetos e urbanistas nos processos de urbanização. Esse programa decorre da constatação de que “na maioria das regiões do mundo, a proporção de espaço informal, isso é, sem atenção profissional, alcança quase 70% e que os habitantes desses espaços, objetos de diferentes formas de segregação, principalmente econômica e política, deveriam ser os clientes preferenciais dos arquitetos e urbanistas e demais profissionais envolvidos na procura de soluções para por fim a essa desigualdade.” [3]

O programa Profissionais da Cidade tem objetivos semelhantes às nossas atividades de extensão na USP - contribuir para projetos capazes de provar novos métodos de cooperação entre a sociedade civil, a universidade e as autoridades locais, através de gestão urbana, novos enfoques de arquitetura, urbanismo e planejamento.

Como exemplo do que temos feito, apresentamos alguns resultados alcançados no projeto Cortiço Vivo, iniciado na disciplina de graduação optativa Habitação Popular Paulistana, em 2002.

Os cortiços em São Paulo hoje

“...é preciso cuidar da unidade urbana, a habitação da classe pobre, a estalagem onde pulula a população operária, o cortiço, que vulgarmente se chamam essas habitações acanhadas, insalubres, repulsivas algumas, onde as forças vivas de trabalho se ajuntam em desmedida, fustigadas pela dificuldade de viver, numa quase promiscuidade que a economia lhe impõe, mas que a higiene repele”. [4]

O bairro do Bom Retiro desde o início de sua existência abrigou população trabalhadora, imigrante que, na virada do século XIX para o XX, veio ao Brasil atraída pelas possibilidades de emprego. Duas importantes estações ferroviárias situam-se no bairro, ligando São Paulo ao porto de Santos e ao interior do Estado, onde ficavam as fazendas de café. Sucederam-se no bairro inicialmente italianos, depois judeus, gregos, hoje predominando coreanos, responsáveis por uma florescente indústria de confecções, que tem ultimamente renovado o bairro, e que utiliza como mão-de-obra brasileiros, notadamente nordestinos, além de bolivianos, parte dos quais ilegais.

Hoje em São Paulo, nos primeiros anos do século XXI, a precariedade habitacional se manifesta, da mesma forma que há cem anos: abundam cortiços de diversos tipos, casinhas exíguas, casarões degradados, acrescidos de uma nova modalidade de habitação precária, objeto de nossa pesquisa, - os edifícios encortiçados, de vários andares, localizados em regiões com infra-estrutura consolidada, encontrados em grande número nas áreas centrais da cidade, muitas vezes invadidos.

Nesses edifícios encortiçados predominam a ilegalidade e a subnormalidade habitacional. Caracterizam-se pela superlotação, promiscuidade, perigo de incêndios devido à rede elétrica repleta de ligações clandestinas, abastecimento de água e rede de esgotos precários, sem manutenção, com grande número de vazamentos pondo em risco a estrutura do imóvel, acúmulo de lixo, sujeira, falta de higiene, risco ambiental e acessos insatisfatórios.

São inúmeros os prédios degradados encontrados nos bairros próximos à área central da metrópole, exigindo a intervenção dos poderes municipais, devido à falta de condições de habitabilidade que coloca em risco a vida dessa parcela da população.

Metodologia

A metodologia prevista para o projeto Cortiço Vivo envolvia uma mobilização interdisciplinar, tanto de professores como de alunos, contando principalmente com a participação de professores da FAU-USP, arquitetos, sociólogos, engenheiros e professores da área de saúde ambiental, da Faculdade de Saúde Pública - FSP-USP. Além de alunos da USP participaram alunos da Universidade Mackenzie, da Faculdade Cásper Líbero e da Escola da Cidade. Os moradores estiveram presentes nas diversas oficinas propostas,

num processo de consulta permanente, revezando-se diariamente durante essa semana, contribuindo para que houvesse uma grande aproximação entre todos os participantes. O projeto produzido resultou de um processo de troca de diferentes saberes, onde os moradores contribuíram permanentemente. Foi, sobretudo, um exercício de cidadania, coesão social e solidariedade.

Nossa intenção era também que a metodologia aplicada nesse projeto piloto pudesse ser aplicada em outros edifícios com os mesmos problemas.

O edifício

O projeto teve início no segundo semestre de 2002, com a participação de vinte e um



alunos da disciplina Habitação Popular Paulistana, que se dispuseram a realizar levantamentos físicos e socioeconômicos no imóvel inacabado, encortiçado, com oito pavimentos, situado na Rua Sólon 934, abrigando 73 famílias.

Esse edifício tem características especiais: ficou algum tempo abandonado, inacabado em decorrência do falecimento do construtor, que não deixou herdeiros e gradativamente foi sendo ocupado por famílias que iam se estabelecendo nas lajes, delimitando seus espaços e instalando precariamente luz e água. O edifício não tem caixa d'água, que vem diretamente da rua. Nos horários de pico, a água não tem força para subir aos andares mais altos. A instalação elétrica é precária, repleta de uma multiplicidade de fios que se entrelaçam, expostos, causando preocupação. Foram investigadas as áreas ocupadas e suas

características, as redes elétrica e hidráulica, examinada a estrutura do edifício, realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, além da verificação na prefeitura dos documentos relacionados ao prédio, incluindo aspectos legais.

Durante o segundo semestre de 2002, os alunos, aos sábados, realizaram os levantamentos previstos, entrosaram-se com os moradores, que viram com grande interesse essa participação da USP no edifício. Houve até um jogo de futebol em quadra próxima ao cortiço com a participação de time de moradores do edifício contra os alunos da FAU, que perderam a partida.

A Secretaria da Habitação do Município – SEHAB tomou conhecimento do trabalho que estava sendo desenvolvido e interessou-se pelo projeto. Nessa época o Banco Itaú, proprietário de imóvel vizinho ao prédio, entrou com uma ação contra a prefeitura alegando que a precariedade do prédio, o lixo e demais objetos que os moradores jogavam pelas janelas, punham em risco a segurança da vizinhança, solicitando a interdição do imóvel. Foi nessa ocasião que a prefeitura chamou o IPT para elaborar um laudo sobre as condições da estrutura do prédio.

Esse laudo atestava que a estrutura não oferecia riscos, mas apontava que as janelas precariamente fixadas, com os ventos fortes poderiam cair, e que parte do oitavo andar também oferecia perigo, além dos possíveis danos decorrentes do lixo que os moradores poderiam jogar pelas janelas.

A FAU-USP prontificou-se a auxiliar os moradores e, com auxílio do professor Khaled Ghoubar, do Departamento de Tecnologia da Arquitetura, foi providenciada a colocação de telas ao longo das fachadas do prédio e bandejas para evitar que algum objeto que se desprendesse da fachada atingisse algum transeunte. Com a participação dos alunos da FAU-USP teve início uma campanha de conscientização para que os moradores não mais atirassem detritos pelas janelas, campanha essa coroada de êxito. Ao mesmo tempo foi reiterada a necessidade de que os moradores cuidassem da limpeza das áreas comuns do prédio, o que aconteceu dessa data em diante.

Do ponto de vista jurídico, um novo instrumento legal, o artigo 240 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, indicava que o “usucapião especial de imóvel urbano” poderia beneficiar os moradores. Trata-se da concessão da posse de imóvel ocupado, aos seus atuais moradores, que vivam há pelo menos cinco anos no local, sem ter a posse contestada. Das 73 famílias que habitavam o imóvel, 42 vivem no local há mais de cinco anos.

Tendo conhecimento da situação, a Secretaria da Habitação e o Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia, organização não-governamental, realizaram operação destinada a facilitar a transferência das famílias que viviam no imóvel há menos de cinco anos, acelerando, assim o andamento do processo de usucapião urbano às quarenta e duas famílias que tinham esse direito.

Em dezembro de 2003, vinte e um alunos participantes da pesquisa propuseram a realização de uma ação concentrada, durante nove dias, desde o início da manhã até tarde da noite, que tinha a finalidade de complementar e atualizar os dados, além de ter uma atuação e observação mais constante e intensa, com a possibilidade de acompanhar e vivenciar o cotidiano dos moradores e suas interações com o habitat e a vizinhança. Além dos alunos da FAU-USP participantes da pesquisa, cerca de mais trinta estudantes de instituições já mencionadas participaram da ação.

O trabalho foi dividido em cinco etapas, trabalhando simultaneamente as seguintes áreas:

- 1 - Arquitetura – que desenvolveu um projeto de requalificação física do prédio;
- 2 – Social - que trabalhou o entendimento da realidade e, ao mesmo tempo, procurou facilitar a participação ativa dos moradores na elaboração dos projetos;
- 3 – Financeira - que orçou parcialmente o projeto de requalificação e estudou as possibilidades de financiamento de acordo com a renda dos moradores;
- 4 - Jurídica - que acompanhou o trabalho do Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia, responsável pelos processos legais do prédio;
- 5 - Comunicação - registrando os trabalhos realizados na semana e fazendo assessoria de imprensa. [5].

Desse esforço concentrado dos alunos, denominado Cortiço Vivo, que teve a participação de treze professores, dois doutorandos e um mestrando, além de alunos com diversas formações, evidenciando o caráter interdisciplinar do projeto que teve como resultado documentos, plantas e anteprojetos que passaram a ser detalhados daí por diante. Novos projetos foram desenvolvidos a partir do Cortiço Vivo, destinados especialmente às crianças, ligados à arte e ao lazer.

Discussão e Resultados

As esperanças de todos os envolvidos no final da experiência do “Cortiço Vivo” eram muito grandes, todos sonhavam em ver realizado esse projeto, que tinha despertado o interesse dos órgãos municipais ligados à habitação. Entretanto, a proximidade das eleições municipais de 2004 mudaram as prioridades da SEHAB, mas não arrefeceu a determinação da equipe do Cortiço Vivo e muito menos dos moradores.

O novo desafio era resolver os principais problemas diagnosticados e resolvidos em nível de projeto e entre esses destacava-se a precária instalação da rede elétrica, que poderia resultar em incêndio, o que acabou ocorrendo num apartamento no segundo semestre de 2004, felizmente sem vítimas, que nos alertou que providências imediatas deveriam ser tomadas. Foram iniciadas, então, gestões para compra do material para implantação de nova rede elétrica, rateada entre os moradores, que hoje já está terminada,

contando com a assessoria fundamental da pesquisadora e engenheira eletricista Ana Cecília Munhoz, do Instituto de Pesquisa Energética e Nucleares – IPEN-USP.

Paralelamente a essas atividades, outra pesquisa vem sendo desenvolvida na Rua Sólon por uma doutoranda da Faculdade de Saúde Pública, denominada “Gerenciamento de risco em saúde ambiental”, que tem como principais objetivos capacitar os moradores para o gerenciamento dos perigos existentes, principalmente riscos em saúde ambiental.[6]

Através da FSP-USP, iniciamos contatos com o IPT e, entre novembro e dezembro de 2004, o engenheiro José Carlos Tomina, chefe da área de segurança contra incêndio do IPT, e a psicóloga Christiane Nista ministraram a vinte e três moradores, no próprio edifício, um curso de formação de brigada de incêndio, capacitando-os para atuarem na prevenção de incêndios e em situações de emergências. Também através do IPT foram doados ao prédio vinte e um extintores de incêndio para uso dos brigadistas. A formatura desses moradores aconteceu em dezembro de 2004, no edifício.

Com auxílio do Banco Itaú, que de acusador tornou-se aliado, realizamos aberturas nos corredores de cada andar da parede cega com elementos vazados de vidro, tipo capelinha, destinadas à ventilação e iluminação. Essa simples providência, desenvolvida pelo professor Antonio Carlos Barossi, do Departamento de Projeto da FAU-USP, juntamente com os alunos, também resultou em economia de luz, uma vez que evita que lâmpadas estejam permanentemente acessas durante o dia nesses corredores escuros.

Na última quinzena de novembro de 2004, dois alunos do projeto foram convidados para participar, em Cuba, do *Taller Del Cerro*, realizado na Faculdade de Arquitetura do Centro Universitário José Antonio Echeverria - CUJAE, Havana, de experiência de trabalhos de atelier de arquitetura. Essa experiência de ensino/pesquisa, assim como o CORTIÇO VIVO fazem parte do programa da UNESCO **Profissionais da Cidade**.

Finalmente, quatro alunos integrantes do projeto Cortiço Vivo, assessorados pelo professor Antonio Carlos Barossi, que tem participado intensamente no projeto, receberam no final do ano de 2004 um dos cinco prêmios nacionais Caixa /IAB 2004, apresentando o projeto de qualificação do cortiço da Rua Sólon. [7]

Cumpramos ressaltar mais uma vez a participação e o engajamento permanente dos moradores nesse projeto de auto-organização e mudança, que infelizmente está acontecendo à margem dos processos de planejamento oficial. O investimento público municipal nesse projeto consistiu, como já mencionado, numa ajuda de custo para a mudança dos moradores que se dispuseram a deixar o prédio.

Observamos que com a entrada do projeto Cortiço Vivo, uma nova cultura de responsabilidade mútua vem se desenvolvendo entre os moradores, incentivada pelas lideranças, especialmente pela moradora Márcia Maria de Souza, que executam inúmeras tarefas nos finais de semana visando à melhoria do imóvel.

Concluindo, não podemos deixar de ressaltar o engajamento dos alunos, professores, técnicos, voluntários, bem como a participação dos moradores em todas as fases dessa trajetória que estamos percorrendo juntos, em que assistimos ao desenvolvimento gradativo de uma cultura de responsabilidade mútua.

Agradecimentos

Entre as diversas colaborações que tivemos no decorrer do projeto Cortiço Vivo, ressaltamos a colaboração do diretor e de vários professores da FAU-USP, das três bolsas de pesquisa concedidas pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária a alunos da FAU-USP, além da participação da Faculdade de Saúde Pública, pós-graduação, por meio do professor Carlos Celso Amaral e Silva, do Departamento de Saúde Ambiental.

A parceria com a advogada Luciana Bedeschi, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e do advogado Thomaz Whately, da Mesa de Direito Urbanístico, resultou no encaminhamento de nova solicitação de usucapião coletivo urbano.

Referências

- [1] SCHEEL, C. R. **Construção por ajuda mútua: o mutirão habitacional da Favela de Heliópolis**. São Paulo, 1989 Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- [2] ABREU, A. A. Mensagem da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. In: SAMPAIO, M. R. e PEREIRA, P. C. X. P. (Org.) **Profissionais da cidade. Reunião de São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/Unesco- Programa Most, 2003.
- [3] SOLINIS, G.- Mensagem da Unesco. In: SAMPAIO, M. R. e PEREIRA, P. C. X. P. (Org.) **Profissionais da cidade. Reunião de São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/Unesco- Programa Most, 2003.
- [4] Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Efigênia. São Paulo, 1893. In: SAMPAIO, M. R., (Coord.) **Habitação e Cidade**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1998.
- [5] e [7] UNGARETTI, A. A. P.; NOGUCHI, A. F. C.; BARBOSA, L.M.; METROPOLO, P. M. **Cortiço Vivo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003
- [6] MENDES, P. T. – **Novas formas de encortiçamento verticalizado na metrópole paulistana. Gerenciamento de risco em Saúde Ambiental**. Projeto de Pesquisa Interdisciplinar. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo/Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

PROJETO CAMINHO DE VOLTA: BUSCA DE CRIANÇAS DESAPARECIDAS NO ESTADO DE SÃO PAULO



Foto: Luciano Andrade

Gilka Jorge Figaro Gattás, Claudia Figaro-Garcia, Cintia Fridman, Linamara Rizzo
Battistella, Eduardo Massad*
Marcelo Moreira Neumann**
Luiz Fernando Lopez, Chao Lung Wen***

*Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

**Centro de Pesquisas e Prevenção em Políticas Sociais da Universidade de São Paulo

***Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Coordenadora do Projeto: Professora Doutora Gilka Jorge Figaro Gattás
Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho
R. Teodoro Sampaio, 115 - Cerqueira César - São Paulo SP – 05405-000.
e-mail: gfgattas@usp.br

Resumo

O objetivo principal do Projeto Caminho de Volta é contribuir para a solução de casos de desaparecimentos de crianças menores de 18 anos de idade, usando metodologias que incluem a biologia molecular, psicologia, bioinformática e a telemedicina. São 8.000 desaparecimentos anuais no Estado de São Paulo e cerca de 20.000 em todo o país. Este projeto foi estruturado em quatro eixos principais: a) identificação, por meio de uma análise epidemiológica, das causas do desaparecimento de crianças e adolescentes; b) criação de um Banco de DNA dos pais e/ou irmãos (Banco Referência), que permitirá a rápida e ágil avaliação de vínculo genético das crianças e adolescentes que forem localizados (Banco Questionável); c) fornecimento de suporte psicossocial às famílias de crianças e adolescentes desaparecidos durante todo o processo de busca; d) expansão do projeto e capacitação de profissionais envolvidos no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente em nosso Estado e futuramente no país. Este programa, que permite a rápida busca e comparação entre as informações genéticas e epidemiológicas, é um desafio na identificação de crianças brasileiras desaparecidas e poderá, em um futuro próximo, estabelecer medidas de prevenção e de políticas públicas nessa área. Apoio financeiro: SEDH - Governo Federal, FAPESP, Fundação Bradesco e Papaiz.

Palavras-chave: desaparecimento infanto-juvenil, banco de DNA, atendimento psicológico.

Abstract

The main goal of the Brazilian missing kids' project called "Projeto Caminho de Volta" is to contribute to find children under 18 years old using methodologies like molecular biology, genetics, psychology, bioinformatics and telemedicine. Each year, 8,000 kids disappear from their homes in São Paulo State and about 20,000 per year in the whole country. This project was designed to follow four main goals: 1) to identify, through an epidemiological study, the reasons of so many cases of missing kids; 2) to develop an identification process of recovered missing kids after years (death or alive), through a DNA database that includes biological samples of parents (reference DNA database) to be compared to a DNA database of children and teenagers with unknown families (questionable DNA database); 3) to offer psychological support to missing kids' families during the entire process; 4) to expand the project to other police departments in our State and, in the future, to the entire country. This program, which allows the rapid search and comparison between genetic and epidemiological information, brings a new challenge in missing children identification in Brazil and should provide data to establish future preventive public programs. Financial Support: SEDH - Federal Government, FAPESP, Fundação Bradesco and Papaiz.

Keywords: missing kids, DNA database, psychological attendance.

Introdução

O desaparecimento infanto-juvenil é um fenômeno que afeta milhões de famílias no mundo todo e também no Brasil. Este fenômeno pode ser causado por situações políticas de um país, como guerras, e por acidentes da natureza, como tsunamis, furacões ou terremotos, que podem envolver desaparecimentos coletivos. Mas também há outras situações nas quais uma criança ou adolescente desaparece cujas causas, muitas vezes, não são fáceis de identificar. Outras, infelizmente, são indicadoras de uma realidade brutal que assola nossas crianças e adolescentes: a violência que pode ocorrer dentro e fora da família.

Nos estados de direito, a identificação da pessoa é uma necessidade social e legal sendo uma obrigação do Estado. Uma das grandes dificuldades encontradas na tentativa de localização de crianças desaparecidas reside no fato de que o sistema de identificação, ora em vigor no Brasil, não exige ou prevê que os indivíduos nascidos no país possuam, desde a infância, um registro de identidade. Este registro é efetuado bem mais tarde, normalmente no final da adolescência, quando esses indivíduos recebem a identificação civil. Desta forma, sempre que se encontra uma criança sem filiação definida, em condições de abandono ou exploração de qualquer sorte, é extremamente difícil estabelecer sua identidade. Mesmo quando a criança encontrada guarda alguma semelhança com outra anteriormente dada como desaparecida, os problemas ainda são grandes. O deslocamento de pessoas para o confronto causa um profundo desgaste emocional dos envolvidos e, quase sempre, a confirmação de filiação é necessária por meio de testes de DNA.

Os processos utilizados na tentativa de localização de crianças desaparecidas são basicamente estabelecidos por consensos internacionais. O primeiro passo consiste na declaração oficial do desaparecimento pelo boletim de ocorrência (BO), que deve ser lavrado imediatamente após a consumação do fato, nas delegacias ou pela internet. Posteriormente, as famílias são convocadas a levar à delegacia uma foto da criança na época do desaparecimento, que deverá ser divulgada em diversos meios de comunicação. Métodos atuais de envelhecimento da foto, a partir das fotos dos pais e irmãos, ajudam no reconhecimento da criança após vários anos.

Países como Estados Unidos e Canadá possuem inúmeros grupos voltados a esta questão, como por exemplo, o *National Center for Missing & Exploited Children* –NCMEC- [1] e o *National Missing Children Services* –NMCS [2]. No Canadá o NMCS é um programa do *National Police Services*, que há anos desenvolve parceria com o governo e a polícia local, para investigar o ocorrido, divulgar fotos, pesquisar os múltiplos tipos de desaparecimentos e fornecer algum tipo de suporte psicológico para as famílias que vivem esta situação. Os dados referentes encontram-se nos relatórios anuais, organizados com os dados oriundos do *Canadian Police Information Centre* (CPIC) [3]. Os Estados Unidos possuem por volta de 1.250.000 endereços na internet destinados a crianças e adolescentes desaparecidos, enquanto que no Brasil esse número é de 14.600. Muitos são somente

para divulgação de fotos, outros ensinam medidas preventivas, e por volta de 50 endereços são de organizações não-governamentais que oferecem todo o tipo de apoio e auxílio para pais que tenham filhos nesta situação.

Os dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República [4] indicam que 20 mil crianças e adolescentes desaparecem por ano no país devido a: fuga dos lares, conflitos de guarda (subtração de incapaz), raptos consensuais (fuga com namorado(a), perda por descuido, negligência ou desorientação, situação de abandono (situação de rua), vítima de acidente, intempérie ou calamidade, tráfico para fins de exploração sexual, seqüestro, transferência irregular de guarda (perda de contato), fuga de instituições, suspeita de homicídio e extermínio e outros tipos, até aqueles que não possuem causas identificadas. Estes números alarmantes levaram o governo federal a construir, em 2002, a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, criada por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que engloba delegacias e serviços de todos os estados da federação para auxiliar na busca e divulgação dos desaparecidos.

Nos últimos três anos, os dados do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP – da Polícia Civil do Estado de São Paulo, indicam o alarmante número de 8.000 ocorrências registradas sobre desaparecimento de crianças e adolescentes no Estado, sendo que a grande maioria configuram fugas de casa. A violência doméstica e o abuso sexual intrafamiliar podem favorecer a saída de crianças e adolescentes de suas casas, uma vez vulneráveis podem acabar entrando nas redes de exploração sexual infantil, na contravenção e no tráfico de drogas [5], [6].

Segundo a PESTRAF – Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil [7], o crime organizado utiliza 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas para explorar sexualmente mulheres, jovens e crianças. Mas serão somente estas as causas que levam ao desaparecimento infanto-juvenil? Esta triste realidade mostra a urgência na elaboração de ações efetivas, não só no controle e resolução dos casos, mas também na identificação real do problema, que permitam estabelecer medidas de prevenção. O uso de avanços científicos em benefício de problemas sociais e legais é uma das metas a ser alcançada pela ciência e por seus pesquisadores. A parceria entre o estudo psicossocial de fatores relacionados ao desaparecimento de crianças e adolescentes, bem como a utilização de novas metodologias científicas e tecnológicas que permitam a rápida e precisa identificação desses indivíduos, deve ser estabelecida por grupos que, além de dominarem o conhecimento estejam dispostos a trabalhar no fortalecimento de uma rede integrada entre os órgãos governamentais e não-governamentais.

O Departamento de Medicina Legal, Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, possui reconhecida competência na realização de exames de DNA para fins forenses (investigação de paternidade e identificação humana), e na condução de um serviço de atendimento psicológico às famílias e crianças vítimas de abuso sexual (CEARAS). Estas experiências

de áreas distintas propiciaram a elaboração de um projeto que pudesse atender às necessidades da sociedade e contribuir com os órgãos governamentais na solução de casos de crianças e adolescentes desaparecidos no Estado de São Paulo. Em 13 de setembro de 2004 foi lançado na Faculdade de Medicina da USP o **Projeto Caminho de Volta**, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP), que vem sendo oferecido, de forma gratuita, à população de nosso Estado (www.caminhodevolta.org.br).

Eixos do Projeto

O Projeto Caminho de Volta cadastra familiares de crianças e adolescentes desaparecidos, menores de 18 anos, que tenham feito um BO sobre este episódio. São cadastrados tanto os casos atuais quanto a demanda reprimida, ou seja, casos de desaparecimentos ocorridos há anos, considerando-se que na época o desaparecido fosse menor de 18 anos. O projeto também contempla as crianças e adolescentes encontrados, bem como os que voltam espontaneamente para suas casas e, ainda, os que possuem filiação indefinida ou duvidosa. O Projeto Caminho de Volta foi estruturado em quatro eixos fundamentais:

a) Eixo Psicossocial

Este eixo visa o fornecimento de suporte psicossocial às famílias de crianças e adolescentes desaparecidos com intuito de diagnosticar sua dinâmica familiar, acompanhar a família no decorrer do processo de busca, e participar na solução final do caso. Desde setembro de 2004, o Projeto Caminho de Volta estabeleceu uma sala de atendimento à população dentro do DHPP, no centro da cidade de São Paulo. Ela possui pelo menos um psicólogo de nossa equipe presente em todos os dias da semana. As entrevistas realizadas por meio da aplicação de um questionário estruturado, com famílias de crianças e adolescentes desaparecidos, são feitas após a abertura do BO sobre o fato e têm por objetivo conhecer a história familiar, a história do desaparecido e as circunstâncias de seu desaparecimento, além de identificar as causas e fazer os encaminhamentos destas famílias para ONGs e entidades governamentais de São Paulo.

O psicólogo fornece as informações sobre o projeto e antes de iniciar a entrevista solicita autorização prévia de adesão, por meio da assinatura de documento de consentimento livre e esclarecido. Após as entrevistas e identificadas as prováveis causas do desaparecimento das crianças e adolescentes, são agendados pelo menos três entrevistas de retorno com as famílias inseridas no programa, com um intervalo de 20-25 dias, cuja finalidade é orientação, acompanhamento e encaminhamento para a rede de atendimento psicossocial enquanto a criança ou adolescente encontra-se desaparecido. Se o menor for encontrado ou voltar espontaneamente para casa no período das entrevistas de retorno, a família é orientada a informar este fato à delegacia e a trazê-la para as

entrevistas. Nesta ocasião, será aplicado um questionário para identificar as causas do desaparecimento, onde a criança esteve, por quais circunstâncias passou e quais são suas condições físicas e psicológicas e, principalmente, se deseja voltar para casa. O atendimento psicológico possui um caráter preventivo no sentido de evitar que outras crianças e adolescentes se encontrem em situação de vulnerabilidade.

b) Banco de dados e de DNA

O tempo de busca de uma criança desaparecida pode muitas vezes se prolongar por anos, dificultando o pronto reconhecimento entre as partes. Considerando-se a ausência de registros de identificação como a impressão digital (carteira de identidade) logo ao nascimento, fica impossível a comparação dessas características biológicas pessoais e únicas por outro meio que não a análise do perfil de DNA. Nesse sentido, um Banco de DNA dos pais e/ou familiares de crianças desaparecidas permite uma rápida e precisa comparação de filiação (e conseqüente identificação), quando necessário o confronto entre as partes. Esse sistema é útil não só nos casos de envelhecimento como também na identificação de restos mortais. Nesse processo é imprescindível a elaboração de um sistema de informática que possibilite o cruzamento seguro e rápido dessas informações quanto ao perfil do DNA e de dados relativos ao desaparecimento.

Todos os indivíduos, embora fisiologicamente semelhantes, diferem em seqüências de DNA, e essa variação normal da população nos permite reconhecer e identificar unicamente as pessoas que nos cercam. Essa variabilidade, ou polimorfismo genético, é utilizada com segurança para identificação de indivíduos ou mesmo estabelecer a filiação em casos de paternidade [8], [9]. Dentre os marcadores genéticos utilizados para identificação humana, incluem-se os polimorfismos do DNA nuclear e do DNA mitocondrial. Em diversas situações forenses, incluindo a de pessoas desaparecidas, onde temos muitas vezes material degradado, incinerado ou em pequenas quantidades, a análise do DNA é a única opção para a identificação. Entretanto, existem situações onde o grau de degradação do DNA nuclear é tão grande que precisamos utilizar diferentes metodologias para responder a mesma demanda. Nesses casos, podemos utilizar a análise do DNA mitocondrial [10], [11] que é maternalmente herdado [12] e, portanto, mesmo parentes pela via materna com graus distantes de parentesco podem ser usados como material-referência para comparação em casos de identificação, principalmente em casos de desaparecidos.

No Banco de DNA denominado “Referência” são arquivados os perfis de DNA obtidos a partir de material biológico voluntariamente doado por parentes (preferencialmente pais) do desaparecido. O DNA da pessoa localizada irá constituir outro Banco, denominado “Questionável”, que da mesma forma será pesquisado sempre que uma nova família em busca de um ente desaparecido for agregada ao Banco Referência [13].

As amostras de material biológico são devidamente identificadas e arquivadas em códigos, sendo os perfis de DNA obtidos confidenciais. Além disso, o doador tem

plena liberdade de retirar as informações referentes ao seu material doado a qualquer momento [14].

O Banco de Dados e de DNA assim criado possibilitará também a inserção de programas de tratamento de imagens que poderão ser periodicamente atualizados e disponibilizados na internet. O cruzamento das informações da criança e das condições do desaparecimento, das fotos após o envelhecimento e dos dados moleculares e genéticos armazenados nesses dois bancos de dados, permitirá colocar em contato, de forma ágil, as duas pontas do problema, possibilitando um caminho de volta da criança e do adolescente desaparecido para a sua família.

c) Identificação das causas

No Brasil, foi realizada, pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, uma pesquisa envolvendo todos os Estados da federação (com exceção do Acre), cujo objetivo era investigar além do perfil da pessoa desaparecida no país (de todas as faixas etárias), a forma como cada Estado respondia a este problema, por meio das ações policiais e das notificações [15]. Esta pesquisa forneceu um panorama de como este problema ainda necessita de uma coleta de informações mais direcionada e uniforme em todos os Estados. Poucos Estados possuem um formulário específico para queixas de desaparecimento, os quais não são idênticos, metade deles possuem dados tabulados e mesmo assim não há um programa específico para isto e não há padronização dos arquivos. Por outro lado, o BO é um documento que é lavrado com o intuito de colaborar na localização do desaparecido e, assim sendo, nem sempre oferece dados que possam contribuir no melhor entendimento das causas desses desaparecimentos. Mesmo os números oficiais de desaparecidos podem não corresponder à situação atual, pois muitos desaparecimentos não são registrados nas delegacias e quando as crianças são encontradas, ou voltam espontaneamente aos seus lares, esses casos não são informados à polícia, permanecendo os mesmos nas estatísticas oficiais.

A partir dos questionários aplicados às famílias, quando do ingresso no Projeto Caminho de Volta, elaboramos uma pesquisa de campo com o intuito de avaliar diversas questões relativas ao desaparecimento infanto-juvenil como miserabilidade, violência doméstica, abuso sexual, entre outros. Para cada família estudada no projeto estão sendo entrevistadas duas famílias chamadas “referência”, que moram o mais próximo possível da família em estudo. O mesmo questionário é aplicado nas duas famílias referência e, ao final da análise, acreditamos que será possível a identificação de fatores específicos (ou não), que possam ser associados a esse fenômeno. Pretendemos avaliar famílias do mesmo nível socioeconômico e sujeitas às mesmas dificuldades e pressões externas, mas que não tiveram casos de crianças ou adolescentes desaparecidos. Este eixo possui relevância social e preventiva.

d) Expansão do projeto

A expansão da metodologia desenvolvida no Projeto Caminho de Volta aos profissionais envolvidos no sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, por meio de cursos presenciais e educação à distância, é uma das metas da nossa equipe.

A capacitação destes profissionais deve incluir o treinamento para a coleta de material biológico e de informações, além de contemplar o desenvolvimento e aperfeiçoamento da sensibilização para escutar o relato sobre o desaparecimento advindo das famílias, e assim agilizar as medidas de encaminhamento, buscas e investigações. A inclusão da telemedicina nesse processo fornece a infra-estrutura tecnológica que permite a otimização do atual sistema de educação e a integração multicêntrica, seja utilizando tecnologias de ponta (videoconferência) ou recursos de larga abrangência (internet). A estruturação de um *website* de referência educacional e de base de dados é uma das características fundamentais para este projeto. Nesse sentido, vamos colaborar com o preenchimento de uma ficha de cadastramento nacional com fotografias e dados pessoais baseados na internet, compartilhando informações entre as diversas instituições participantes, facilitando a formação de uma base única nacional.

Considerações Finais

O estudo psicossocial e a investigação genética e molecular das famílias de crianças e adolescentes desaparecidos configuram uma proposta de trabalho articulada inédita no Brasil e deve ser estabelecida por grupos que, além de dominarem o conhecimento, estejam dispostos a trabalhar no fortalecimento de uma rede integrada entre os órgãos governamentais e não-governamentais, como já estabelece o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 13.07.1990) [16], que prevê no Livro II parte especial, Título I Da Política de Atendimento, Capítulo I Disposições Gerais, os artigos: Art. 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” Art. 87: “São linhas de ação da política de atendimento: IV- serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos”.

O Projeto Caminho de Volta tem suscitado diferentes questionamentos junto à sociedade no que se refere às causas do desaparecimento que incluem questões de conflitos familiares (violência doméstica e sexual), questões referentes à maternidade e paternidade responsável, questões de adoção e abrigo de crianças sem filiação esclarecida, além de questões ligadas à prevenção, que envolvem a importância de uma identificação pelo DNA ao nascer. O impacto social previsto é de que, além das denúncias lavradas em delegacias, a população encontre um programa que forneça suporte tecnológico e psicológico nos casos de desaparecimento, auxiliando para que as buscas possam ser mais ágeis e efetivas, e que as crianças e adolescentes desaparecidos possam encontrar uma forma de retornar e serem reintegrados às suas famílias.

Outro aspecto importante é o potencial deste projeto de ser multiplicado em outros Estados da União, por meio de parcerias entre Estado, universidade, iniciativa privada e sociedade. Um exemplo são as seis capacitações realizadas, no período de março a julho de 2005, com seis dos oito Departamentos de Polícia Judiciária Interior –

DEINTER 1 (São José dos Campos), DEINTER 2 (Campinas), DEINTER 3 (Ribeirão Preto), DEINTER 4 (Bauru), DEINTER 5 (São José do Rio Preto) e DEINTER 8 (Presidente Prudente), que já implantaram o Projeto Caminho de Volta no interior do Estado de São Paulo. A expansão do projeto para todo o país, com a criação de um Banco único de DNA que permitirá o rápido cruzamento das informações biológicas de crianças localizadas em qualquer lugar do Brasil, é um desafio prestes a ser concretizado.

Uma vez coletados os dados referentes às possíveis causas dos desaparecimentos, em diferentes regiões do país, estaremos contribuindo para que estes dados mobilizem a sociedade e a universidade, visando a futuras pesquisas e programas de prevenção com o objetivo de garantia e de defesa dos direitos de nossas crianças e adolescentes. Nesse sentido, o projeto fortalece as políticas públicas relacionadas, uma vez que participará na articulação e potencialização da rede de proteção da criança e do adolescente, pois terá como parceiras as organizações governamentais, não-governamentais e programas afins.

Agradecimentos

Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Justiça e Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; Secretaria Especial dos Direitos Humanos - Sub-Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e REDESAP do governo federal; Fundação Bradesco; Applied Biosystems do Brasil; Eppendorf; Grupo Papaiz; Fundação ORSA (Alô-Vida); Biotec AHG; Instituto Maurício de Souza; Instituto WCF; Police Department of Denver, CO, USA.

Referências

- [1] NATIONAL CENTRE OF MISSING AND EXPLOITED CHILDREN. Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.missingkids.com>> Acesso em 10 de junho de 2005.
- [2] NATIONAL MISSING CHILDREN SERVICES. Canadá. Disponível em: <<http://www.ourmissingchildren.ca>> Acesso em 10 de junho de 2005.
- [3] DALLEY, M. National Missing Children Services. 2004 Reference Report. 2004. Canada: Minister of Public Works and Government Services.
- [4] SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Brasília. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/desaparecidos>> Acesso em 14 de junho de 2005.
- [5] LEAL, M.L.P.; CÉSAR, M.A. **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração comercial sexual de crianças e adolescentes**. Brasília. 1999. CECRIA.
- [6] LIBÓRIO, RMC. Exploração sexual comercial infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: Libório & Sousa. A exploração sexual de crianças e

adolescentes no Brasil. Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. 2004. São Paulo. Casa do Psicólogo.

[7] LEAL, ML; LEAL MFP. Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração comercial. PESTRAF: Relatório Nacional – Brasil. Brasília, 2002. CECRIA.

[8] BENECKE, M. DNA typing in forensic medicine and in criminal investigations: a current survey. *Naturwissenschaften*, v. 84, n. 5, p.181-8, 1997.

[9] JOBLING, M.A.; GILL, P. Encoded evidence: DNA in forensic **analysis**. *Nat. Rev. Genet.* v. 5, n. 10, p. 739-51, 2004.

[10] BUDOWLE, B.; WILSON, M.R.; DIZINNO, J.A.; STAUFFER, C.; FASANO, M.A.; HOLLAND, M.M.; MONSON, K.L. Mitochondrial DNA regions HVI and HVII population data. *Forensic Sci. Int.*, v.103, n. 1, p. 23-35, 1999.

[11] TORRONI, A.; SCHURR, T.G.; YANG, C.C.; SZATHMARY, E.J.; WILLIAMS, R.C.; SCHANFIELD, M.S.; TROUP, G.A.; KNOWLER, W.C.; LAWRENCE, D.N.; WEISS, K.M.; ET AL. Native American mitochondrial DNA analysis indicates that the Amerind and the Nadene populations were founded by two independent migrations. *Genetics*, v. 130, n. 1, p. 153-62, 1992.

[12] GILES, R.E.; BLANC, H.; CANN, H.M.; WALLACE, D.C. Maternal inheritance of human mitochondrial DNA. *Proc. Natl. Acad. Sci. U S A*, v. 77, n. 11, p. 6715-9, 1980.

[13] LORENTE, J.A.; ENTRALA, C.; ALVAREZ, J.C.; LORENTE, M.; ARCE, B.; HEINRICH, B.; CARRASCO, F.; BUDOWLE, B.; VILLANUEVA, E. Social benefits of non-criminal genetic databases: missing persons and human remains identification. *Int. J. Legal Med.*, v. 116, n. 3, p. 187-90, 2002.

[14] ACMG STATEMENT. Statement on storage and use of genetic materials. American College of Medical Genetics Storage of Genetics Materials Committee. *Am. J. Hum. Genet.*, v. 57, n. 6, p. 499-500, 1995.

[15] OLIVEIRA, D.D; GERALDES, E.C. **Cadê você?** 1999. Brasília. Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

[16] **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente** – Brasil. 13 de julho de 1990. Lei nº 8069. 2000. São Paulo, CONDECA.

PROGRAMA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: HISTÓRIA, REFLEXÕES E PRÁTICAS

Equipe de formadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo: Sylvia Leser de Mello*, Amanda Shoenmaker, Bárbara Lima, Bruno Menucci, Bruno Novelli, Bruno Vilella, Felipe Bueno, Peri Canto, Silvana Campos, Vanessa Sígolo**, Douglas Tavares, Felipe Bannitz, Felipe Pateo, João Paulo Santos Lima, Lígia Bensadon, Rodolfo Kienen Dias, Thais Mascarenhas***, Regiane Nigro, Virgínia Luz****, Janciander Goulart, Maria Clara Lomar *****, Samira Lopes*****, Sandra Rufino*****, Deise Miranda*****, Marceu Nicolau*****

*Coordenadora do Programa e Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; – **alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; *** alunos da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade; ****alunas do Instituto de Psicologia; *****alunas da Faculdade de Direito; *****aluna da Faculdade de Medicina; *****aluna da Escola Politécnica; *****aluna da Faculdade de Educação; *****aluno da Escola de Comunicações e Artes.

Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo.
Av. Lúcio Martins Rodrigues, travessa 4, 256, Cidade Universitária, São Paulo, SP.
CEP 05508-900 – telefones: 3091-5828/ 3091-4400 e-mail: itcp@usp.br

Resumo

Este artigo é uma apresentação parcial do trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo – ITCP-USP como extensão universitária, desde sua origem na universidade até a atualidade. Esta extensão para fora dos muros da universidade não se dá de forma assistencialista ou sem reflexão nos espaços em que atua, mas como uma proposta de trabalho autogestionário e de geração de renda, sob os princípios da Economia Solidária, com a população excluída da propriedade e do capital. A incubação de cooperativas e os problemas que a ITCP tem vivido nesse processo levam-nos a refletir em novos modos de inserção dos grupos incubados. Uma dessas possibilidades que começamos a trabalhar é o desenvolvimento local. Algumas das práticas adotadas são os clubes de troca com o mercado-escola, a agricultura urbana e o clube de compras, sempre desenvolvidas em redes solidárias conjuntamente com atores de todo o processo.

Palavras-chave: Economia solidária, autogestão, extensão universitária.

Abstract

This article is a partial presentation of the work of ITCP-USP as a program of extension inside the university, from its origins in the university to nowadays. This extension to outside the university is not done in an “assistencialist” way or without reflexion. Instead, it is done with a proposal of self-management and income generation, under the principles of *Economia Solidária* (solidary economics) and is directed to that part of population which is excluded from property and capital. Cooperatives incubation and the challenges faced in this process led us to think in new ways of social insertion of the incubated groups. One of these possibilities is local development. Some of strategies adopted consist of exchange clubs, introducing the *mercado-escola* (school-market) methodology, urban agriculture and collective purchases, all developed into a solidary network along with participants of the whole process.

Keywords: Solidary economics, self-management, university extension.

Introdução

No fim dos anos 80, em face da adoção, em larga escala no Brasil, de políticas neoliberais, como a abertura de mercado ao comércio internacional, as privatizações de empresas e serviços, o aumento das terceirizações nos serviços públicos, a regulação de mercados pelas corporações, a preferência das empresas por produzirem em países com mão-de-obra mais barata, ou seja, a internacionalização econômica, o caráter competitivo da sociedade sob o capitalismo ganha enorme evidência. A consequência mais visível destas políticas é a grande massa de trabalhadores que perdem o emprego, ou que são aliçados do mercado de trabalho provisória ou definitivamente.

A abertura de mercados ao comércio internacional e a transferência de empresas para países de mão-de-obra barata representam mudanças estruturais em que há intensa desvalorização do trabalho humano, o que não se caracteriza apenas como um problema brasileiro, mas mundial, inerente ao modo de produção capitalista.

Visando à análise desta crise no mundo do trabalho e suas consequências para as relações sociais, um grupo de estudos interdisciplinar, na USP, formado por estudantes e pelo professor Paul Singer, desde 1996, propôs-se a retomar o estudo da Economia Solidária como alternativa para superar o capitalismo, através de uma organização social, política e econômica cujo cerne seja a cooperação. Segundo Singer, a economia solidária é “(...) um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)” (2000, p.13). Os princípios básicos da economia solidária são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, e a sua forma mais comum de organização é a cooperativa de produção, cuja gestão é feita pelos próprios trabalhadores.

Em 1998, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Fundação Banco do Brasil decidiram estender a outras universidades a exitosa experiência da geração de trabalho e renda para populações faveladas da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a USP foi uma das escolhidas para sediar o novo projeto junto à Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária de Atividades Especiais – CECAE. O convite feito ao professor Paul Singer para coordená-lo, estendeu-se aos alunos que já participavam do grupo de estudos, a professores de outras unidades e de áreas diversas da universidade e aos funcionários interessados na realização daquele projeto. Assim, é criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP- USP, com o enorme desafio de pôr em prática tudo o que vinha se constituindo como matéria para discussão no estudo da economia solidária.

A primeira tarefa que se impunha ao grupo era compreender qual o significado e o propósito de se criar a ITCP como um projeto de extensão universitária, vista tradicionalmente como prestação de serviços à comunidade. Desde o começo, assim que alunos, professores e funcionários foram a campo para fazer a formação em cooperativismo,

ficou muito clara a insuficiência daquela fórmula de extensão. Percebemos imediatamente que não bastava ditar as regras do cooperativismo ou mesmo discutir os seus princípios. Havia questões mais urgentes que demandavam respostas para o grupo da USP envolvido no processo. Tínhamos, como uma tarefa prévia e fundamental, a nossa própria formação, pois a cada encontro com os sujeitos potenciais do trabalho de incubação, ficava clara a nossa incapacidade de compreendê-los em sua inteireza. Também não tínhamos as respostas para os problemas que colocavam, problemas urgentes que transcendiam muito a nossa limitada e teórica formação acadêmica. Além disso, ficava muito nítido o processo de aprendizagem pelo qual passávamos mutuamente, os grupos populares e os membros da ITCP, durante a interação, cujo objetivo explícito era oferecer um curso de cooperativismo e dar apoio aos grupos que se dispusessem a constituir cooperativas. O imenso potencial de troca de experiências que se desenvolvia em cada um dos nossos encontros permitiu, de imediato, que se ampliasse o conceito de extensão, quando aplicado àquilo que alunos, professores, funcionários e incubados fazíamos: a formação de alunos e a formulação de questões que exigiam pesquisa. Ou seja, a geração de trabalho e renda dos grupos populares não significava apenas um mero trabalho social, que contribui para apaziguar os problemas estruturais do modo de produção vigente enquanto a universidade doa seu saber aos que não sabem. Descobrimos que a economia solidária pode gerar transformações muito mais profundas, para além da sobrevivência econômica, e que a experiência autogestionária envolve mudanças culturais importantes. A ITCP-USP, também ela modificada pelo contato com os cooperados e pela tarefa que, em comum, realizavam, acaba por se propor como um projeto de transformação da concepção clássica de extensão universitária.

O trabalho de campo, que teve início no entorno da USP, nos bairros que cercam a universidade, estendeu-se, posteriormente, em parcerias com o governo do estado e as prefeituras municipais, para a periferia da cidade de São Paulo, para distritos como Jardim Ângela, Capão Redondo e Campo Limpo, para a periferia de Guarulhos e outras localidades do estado como Nhunguara, comunidade quilombola do Vale da Ribeira, e a Praia Grande, com o objetivo de acompanhar grupos produtivos que sejam de fato democráticos e autogestionários.

Desde 1999, a ITCP-USP integra a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, da qual fazem parte 17 incubadoras de universidades públicas e privadas em todo o Brasil, que se reúnem periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e tomar posição dentro do movimento nacional de economia solidária, buscando afirmar a importância do envolvimento da universidade com as experiências que vêm sendo realizadas no país todo, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nos últimos anos, o movimento de economia solidária no Brasil tem se ampliado, envolvendo ONGs, sindicatos, poder público e, principalmente, novos empreendimentos criados, resultando na constituição de fóruns públicos de economia solidária e na proposição de políticas públicas, que atendam às necessidades dos empreendimentos. Nesse novo contexto, entendemos que o papel de uma incubadora universitária é tornar

a universidade uma ativa participante desse processo.

Que tipo de atuação permite à ITCP-USP sentir-se como participante? Ao longo dos seus sete anos de existência a ITCP tem desenvolvido métodos para abordar os problemas com os quais se defronta em sua ação com as populações pobres. Ou seja, tem discutido e aprofundado caminhos que permitam aos nossos formadores, alunos e professores da universidade, apropriar-se de uma prática pedagógica pautada nos princípios que norteiam a economia solidária e a autogestão.

Princípios Metodológicos e Estratégias do Trabalho

A economia solidária é um projeto de transformação social, pautado na autogestão e a que pressupõe tanto a reformulação do modo de produção quanto da prática pedagógica. As idéias fundamentais para a criação de uma metodologia para a ação pedagógica se basearam nas idéias do educador Paulo Freire. Em linhas gerais, o motivo inicial de sua pedagogia é o compromisso com os oprimidos, ausente nas pedagogias tradicionais, criadas e praticadas pelos opressores. Pedagogias, portanto, da dominação e da reafirmação da dominação, estabelecendo muito claramente quem sabe e quem não sabe.

O esforço da ITCP para fundamentar uma prática emancipatória parte da idéia de que todo processo educativo precisa estar assentado no conhecimento dos educandos, da realidade em que vivem e como a vivem. A construção desse conhecimento possui sentido duplo: conhecer os sujeitos com os quais trabalhamos e reconhecer que os sujeitos são portadores de conhecimentos que nós não possuímos. Assim, é possível estabelecer o princípio da pedagogia dialógica, ou seja, aquela que coloca o diálogo (a troca) como o centro do processo educativo, marcando as relações entre educador e educandos. Em lugar de tomar a realidade como absoluta, prática comum às pedagogias autoritárias e reprodutivas, a nossa metodologia sempre pergunta. “Falar e nomear são prerrogativas da condição humana. Propor alternativas ao vivido requer que a fala defina o contorno e o limite do vivido. A realidade do que sou contém uma dimensão de possibilidade, um vir-a-ser que me nega e ao negar-me, permite-me conceber um outro vivido. O novo que sai do velho só é possível se nomeio a utopia que a possibilidade representa. É por isso que, na formação de grupos cooperados, são tão importantes três perguntas: o que cada membro do grupo faz, o que eles sabem fazer e o que eles gostariam de fazer juntos. Essas perguntas abrem espaço para a fala sobre o vivido e a realidade, tal como é percebida coletivamente pelo grupo, mas principalmente abrem espaço para nomear as novas alternativas, que podem, assim, ser concebidas.” (Kruppa, 2005, p.26-27)

A metodologia da ITCP-USP baseia-se, portanto, em princípios relacionados a uma educação que coloca questões, que torna a realidade vivida pelos grupos não menos opressora, mas reveladora da opressão. A autogestão só é possível quando os trabalhadores se deixam tomar pela paixão da democracia e da igualdade. Mas é uma paixão informada, consciente e atuante.

Porque somos um projeto de extensão de uma universidade pública pensamos que a nossa ação deve conduzir à construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Esses princípios, por definição, não carregam regras de aplicação¹, mas norteiam a prática pedagógica. Da mesma forma, as estratégias didáticas não são regras passíveis de serem transpostas independentemente do contexto; são formas de fazer/atuar que buscam uma organização que possa propiciar e estabelecer relações diferenciadas, baseadas na discussão, reflexão e tomada de decisões coletivas, revelando, assim, a vivência e a objetivação de outros valores.

São alguns princípios da metodologia da ITCP-USP: a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a interdisciplinaridade, a formação de todas as pessoas envolvidas no processo pedagógico, a vivência da autogestão tanto internamente à incubadora quanto dos cooperados, a relação problematizadora formador/trabalhador, e a importância de se trabalhar os conflitos, como potencial para explicitar diferenças.

A ITCP-USP trabalha no desenvolvimento de pesquisas, metodologia, formação e práticas em campo. A organização do trabalho de incubação acontece nos Grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão Multidisciplinar - GEPEM, que desenvolvem o planejamento das atividades com os grupos e as trocas dos conhecimentos específicos dos formadores que o compõem. Cada GEPEM planeja a incubação de pelo menos dois empreendimentos que são acompanhados por um formador-referência e pelos outros membros do grupo, com suas contribuições específicas.

Outros espaços essenciais da ITCP-USP são as reuniões de formação interna que são semanais e com um tema específico de estudo, o Conselho Orientador, em que são tomadas as principais decisões sobre a atuação da ITCP-USP com a participação de todos os formadores e coordenadores.

As pesquisas são desenvolvidas por três núcleos: o Núcleo de Gestão, que tem como objetivo produzir reflexões sobre o tema e adaptar ferramentas utilizadas tradicionalmente na gestão de empresas capitalistas, visando a sua apropriação por grupos populares; o Núcleo de Redes, que estuda estratégias econômicas voltadas ao desenvolvimento local e produz metodologia voltada para articulação de empreendimentos solidários; e o Núcleo de Incubação, que estuda as características dos grupos incubados, constrói e avalia as estratégias metodológicas adequadas a cada grupo.

Experiências do trabalho em campo

O que se espera de um processo de incubação? A palavra *incubar* tem sido utilizada pelas mais diversas instituições na realização de numerosas e distintas atividades. No que se refere ao trabalho realizado, especificamente pela ITCP-USP, que consiste no estímulo à formação e acompanhamento das atividades de cooperativas e outros

¹ Os princípios podem ser modificados dependendo da natureza do trabalho, do contexto, da necessidade e dos objetivos envolvidos

empreendimentos autogestionários, pode-se destacar duas expectativas iniciais, que motivaram o desenvolvimento de uma metodologia de incubação: a possibilidade de emancipação do indivíduo e a geração de renda.

Por emancipação do indivíduo, entende-se a possibilidade de mudar sua forma de sentir e agir, a partir da devolução a ele de algo há muito perdido: o sentido de seu trabalho. A autogestão, por ser uma forma de organização em que todos aqueles que dela participam têm igual direito à voz e voto, garante a atuação das pessoas nas decisões daquilo que lhes pertence. Elas passam a responsabilizar-se e a identificar-se com cada ação. É nesse momento que o trabalho ganha um sentido, maior inclusive do que a obtenção da renda. Passa a ser uma forma de realização da própria pessoa. Além disso, a não-hierarquização traz a necessidade da redefinição das relações entre as pessoas que, ao deixarem de agir apenas nos limites das funções exercidas por cada uma, desenvolvem suas habilidades de um modo geral, enriquecendo bastante as relações com os outros. Ou seja, a pessoa que não mais está presa ao seu papel de empregado, torna-se um trabalhador consciente de sua autonomia, mas consciente também de que é parte de um todo, junto com outros trabalhadores autônomos como ele, o que inclui todas as suas características, e não apenas aquelas referentes a sua destreza na operação de técnicas e máquinas. Não são mais funcionários, mas sim pessoas que interagem para o desenvolvimento coletivo.

Esta, no entanto, não é a intenção mais disseminada dos processos de incubação. De maneira geral, a economia solidária, em especial em suas ações de formação de cooperativas, desenvolveu-se no Brasil com mais intensidade a partir dos anos 90, como resposta à situação econômica do país. Assim, a principal motivação das iniciativas de incubadoras era a expectativa de criação de formas alternativas de geração de renda.

Das duas expectativas que presidiram a criação da ITCP-USP, a emancipação dos trabalhadores e a geração de trabalho e renda, tivemos experiências que geraram resultados nas duas expectativas, apesar de que se pode dizer que atingimos melhores resultados na primeira delas. Ao longo da grande maioria dos cursos e grupos já acompanhados, os participantes demonstraram mudanças em seus comportamentos cotidianos que, embora ainda tímidas, reforçaram o potencial de transformação cultural e pessoal na medida em que a autogestão puder ter um papel central em suas vidas.

Podemos constatar estas mudanças nos grupos que acompanhamos na própria USP e em seu entorno. A Cooperativa Monte Sinai Lanches, grupo que assumiu a lanchonete da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, foi formado em 2002, legalizou-se e conquistou grande crescimento econômico, ao longo do trabalho de incubação. A CooperBrilha, grupo mais antigo acompanhado pela ITCP, trabalha com limpeza, jardinagem e construção civil, sendo hoje um grupo já bem estruturado, em processo de desincubação, com retiradas regulares dos cooperados, o que demanda um acompanhamento mais voltado para orientação administrativa, particularmente contábil. A CooperRemo, grupo informal de moradores da comunidade São Remo, trabalha com

panificação e tem melhorado sua organização, produção e comercialização. A Cooperativa do Sabor, grupo que trabalha na lanchonete do espaço de Vivência do Diretório Central dos Estudantes - DCE, já legalizado, apesar de diversos problemas que enfrenta hoje, internos e externos, teve boas conquistas na organização da produção, na relação com fornecedores e com o aumento da retirada. A construção da autogestão, em cada um desses grupos, vem sendo acompanhada de perto pelos formadores da ITCP. Há um desdobramento evidente da consciência do trabalhador quando este sente que é responsável não só pelo que acontece consigo mesmo, mas pelo coletivo.

Pode-se citar também como exemplo um bazar realizado no Jardim Ângela, organizado conjuntamente entre todos os participantes do programa Oportunidade Solidária – programa de políticas inclusivas da prefeitura de São Paulo, de 2001 a 2004, naquele distrito, para um grupo de quase 500 pessoas. Naquele momento, a autogestão fazia parte de todas as instâncias da vida daquelas pessoas, que puderam expor seus trabalhos, alimentar-se e divertir-se com a família e amigos. Com isso, pode-se observar uma dinâmica de cooperação desinteressada, no caso das pessoas que fizeram a montagem e desmontagem das barracas, por exemplo, que foram reconhecidas pelos demais, que lhes ofereceram fichas de suas barracas, após ter falhado inicialmente a organização de vales para os montadores. Assim, o bazar foi considerado um sucesso, não exatamente porque as pessoas tenham obtido bons resultados financeiros, o que não aconteceu com a maioria, mas porque, naquele momento, elas já tinham tudo o que precisavam, alimento, diversão, trabalho, e um relacionamento diferenciado entre as pessoas, satisfatório e criativo.

Limites para a geração de renda

É em relação à segunda expectativa que surgem os maiores questionamentos. Embora já sejam muitos os casos em que os trabalhadores se uniram para assumir fábricas falidas ou organizarem suas vendas em cooperativas rurais, que acabaram prosperando e até mesmo expandindo suas atividades, as histórias dos pequenos negócios que conseguiram gerar renda, iniciando sem estrutura e nicho de mercado prévios, são bem menos numerosas.

Como essa renda chega até os empreendimentos, isto é, o que há no mercado que define quais negócios irão obter sucesso financeiro? Inúmeros fatores podem ser apresentados como resposta a essa pergunta: bom atendimento, acesso a investimento e capital de giro, tino para negócios, preocupação com produtos de qualidade, variedade, boa pesquisa de mercado, entre tantos outros. Nota-se, no entanto, que essas respostas referem-se a ações dos empreendimentos, mas não é neles que está, a princípio, a renda, e sim no mercado. Torna-se necessário um olhar mais próximo da estrutura de produção, distribuição e crescimento do mercado.

Dito isso, podemos iniciar a análise de suas estruturas a partir de uma pergunta essencial: se todos os empreendimentos conseguirem atender à risca as determinações de mercado, este abrirá espaço para a entrada de todos? Isto é, todo e qualquer empreendimento que saiba adaptar-se, fazendo a escolha correta de seu produto, apresentando alta qualidade, bom atendimento, localização, entre tantos outros requisitos, terá como resposta o recebimento de uma parte suficiente da renda?

A suposição a ser descrita a seguir é de que a resposta para essa pergunta é não, o que significa dizer que, por mais que se criem empreendimentos organizados, com produtos adaptados, ainda assim não será possível o sucesso de todos. É certo que não se pode concluir a impossibilidade de um sistema sustentável e bem distribuído a partir da mera observação, pois para isso são necessários diversos estudos, em diferentes áreas. No entanto, pode-se levantar algumas questões que levam à percepção de insustentabilidade.

Como a propriedade é privada, as únicas formas de distribuição de renda são os salários e os negócios próprios. No que diz respeito aos salários, o sistema *não vive mais seus tempos de dependência do consumo de massa*, como ocorria na época do chamado fordismo. A estrutura de produção e rendimentos hoje parece não necessitar dessa característica para sobreviver. Ou seja, a produção não depende mais do salário, e, portanto, nem o mercado depende da distribuição de renda. Além disso, o padrão de qualidade capitalista exige uma estrutura de produção e gerenciamento de alta tecnologia, alto investimento inicial e, em geral, larga escala. Isso tem implicação tanto nas possibilidades de negócios quanto nos salários: impõe concentração produtiva (poucos negócios) e alta tecnologia (poucos trabalhadores).

Se essas hipóteses são verdadeiras, quais as conseqüências da estrutura definida pelo mercado? Além de todo o impacto no nível pessoal, que foi parcialmente descrito na questão da importância da emancipação do indivíduo, tem-se a conclusão de que este é um sistema incapaz de garantir justiça material, dadas as duas regras de distribuição.

Sendo assim, perguntamos: vale a pena incubar uma cooperativa? Isto é, o ato de incentivar um empreendimento solidário sem dúvida pode contribuir para a resolução de algumas questões da vida das pessoas, tanto do ponto de vista de suas relações pessoais quanto em termos de renda, mas será que ele é capaz de transformar as estruturas de distribuição e garantir um padrão material abrangente e estável para os grupos envolvidos? Existe alguma ação, no processo de incubação, que seja capaz não apenas de atender às lógicas de mercado e inserir nele um empreendimento, mas efetivamente sobrepor-se à lógica descrita nas hipóteses acima?

Acreditamos que a incubação, tal como vinha sendo entendida, não era capaz de trazer essas respostas. Exatamente por isso muitas vezes não resultava em sucesso econômico. No entanto, pensamos que a autogestão, por ser um projeto de envolvimento das pessoas

não só com o seu trabalho, mas com todos os espaços de sua vida, pode permitir que se ofereça uma resposta diferenciada às questões do mercado, desde que todo o seu potencial de mudança possa ser exercido, o que pode ser realizado extrapolando-se o contexto da cooperativa e passando a atuar no desenvolvimento local de determinada comunidade.

Novas estratégias para o desenvolvimento local

A ITCP vem trabalhando com a proposta de que o processo de incubação seja capaz de transformar a autogestão em um movimento. Ou seja, a partir da convicção da inviabilidade de se atingir os níveis desejáveis de justiça material e de liberdade do ser humano dentro da lógica de organização capitalista, a incubação teria necessidade de pensar as principais atividades e necessidades de um local e traçar estratégias para atingi-las, inclusive através do acesso a investimentos. A forma como esse processo deve ocorrer é seu diferencial. Em primeiro lugar, a aplicação de tais investimentos não deve se realizar por meio da reprodução dos moldes comuns de produção e distribuição. Em segundo, ele tem que partir do envolvimento local, compreendendo neste termo todos os atores deste local, seja governo, seja entidade, seja dona-de-casa. Em terceiro, este envolvimento deve partir da lógica autogestionária, pois só a partir dela é que as pessoas identificam-se e responsabilizam-se pelas ações. Por fim, a avaliação das necessidades compreende toda a vida das pessoas, e não apenas as necessidades econômicas.

Assim, estamos trabalhando, além da incubação, com a atenção voltada para a criação de um espaço de organização de um movimento de planejamento local. Nele, a estrutura de produção pode até mesmo assumir o formato de uma cooperativa, mas apenas como desdobramento lógico de uma estrutura local de reprodução autogestionária da vida, em todas as suas instâncias, e não mais como objetivo de nossa ação.

Um exemplo de execução desta estratégia que a incubadora está desenvolvendo, juntamente com sua atuação com os grupos produtivos autogestionários, é o projeto de incubação da Rede Solidária da Zona Sul, que visa não apenas o acompanhamento de grupos, mas envolvê-los com outras instituições de apoio na construção de uma rede de articulação política, econômica e social, como um espaço educativo que possa contribuir para a construção de relações solidárias e autogestionárias e ao mesmo tempo uma rede de apoio e sustentação aos empreendimentos solidários na região. Hoje, a rede atua em três eixos: agricultura urbana, clube de trocas e clube de compras. A partir da rede, foi construído o Projeto Mercado-Escola, que através de uma metodologia inovadora de incubação conjunta de grupos e disponibilização de crédito, utilizou a moeda social no Clube de Trocas. Também para incentivar a produção e o consumo solidários na região, trabalhamos com as iniciativas do clube de compras e da agricultura urbana. A incubação

de cooperativas de agricultura urbana é de fundamental importância devido à grande parcela do consumo da região que é despendida com alimentos, possibilitando a produção local de alimentos. O clube de compras de alimentos e bens essenciais que não podem ser produzidos na região, como arroz e feijão, integra as demais ações descritas, organizando as famílias para comprar direto do produtor e o acesso a alimentos mais baratos e de melhor qualidade. Esta rede busca ser um espaço para a discussão, o planejamento e a construção de ações, juntamente com os atores envolvidos no processo, para o desenvolvimento local, de forma sustentável e solidária, com base em valores democráticos e igualitários.

Referências

- [1] SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**, 1º edição. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002. Capítulo I, p.7-11, capítulo IV, p. 113–122.
- [2] SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição In: SINGER, P; SOUZA, A. R. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-28.
- [3] KRUPPA, Sonia M. P. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano In: KRUPPA, S.M.P. (org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**, Brasília, INEP- Ministério da Educação, 2005. p. 21-30.
- [4] SINGER, Paul. Autogestão e o Socialismo: oito hipóteses para a implantação do socialismo via autogestão In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.), **O lúdico na cultura solidária**, São Paulo: Editora HUCITEC, 2001. p. 229-239.

A BIOLOGIA MARINHA AO ALCANCE DE TODOS: PROGRAMA DE VISITAS MONITORADAS AO CEBIMAR

Valéria Flora Hadel*

Flávio Augusto de Souza Berchez**



* Professora Doutora do Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo Rodovia Manoel Hipólito do Rego, km 131,5, São Sebastião, SP, Brasil, 11600-000. Tel: 55 12 3862-7149. e-mail: vafhadel@usp.br

** Professor Doutor do Departamento de Botânica, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo. Rua do Matão, Travessa 14, nº 321 - Cidade Universitária Tel. 3091-7540. e-mail: fberchez@ib.usp.br

Resumo

Este projeto foi criado no Centro de Biologia Marinha da USP (CEBIMar) visando preencher uma lacuna nas atividades de educação ambiental voltadas para a área marinha. Ele permite o contato direto com a população, essencial para que o trabalho de pesquisa e ensino do CEBIMar adquira transparência e cumpra sua função informativa junto ao público. O projeto oferece, ainda, a oportunidade de acesso a uma instituição de pesquisa e ensino aos monitores que dele participam. Assim, ele possui múltiplas vertentes, pois visa aperfeiçoar as técnicas de transferência de conhecimento a públicos-alvo diversificados e oferece a oportunidade de estágios a graduandos e graduados na área das ciências biológicas de todo o país. Conceitos formativos e informativos são transmitidos aos visitantes através de uma conversa informal num passeio pela praia e na visita aos aquários e tanques do CEBIMar, onde é possível tocar nos organismos vivos da exposição. A trilha subaquática é uma atividade desenvolvida para ensinar aos mergulhadores comportamentos e técnicas de mergulho não-destrutivas, enquanto aprendem mais sobre os organismos marinhos in situ. Dessa forma, procuramos criar padrões de comportamento condizentes com o espírito conservacionista do projeto, procurando converter medos infundados e preconceitos em confiança, conhecimento e respeito.

Palavras-chave: educação ambiental, ecossistemas marinhos, CEBIMar.

Abstract

This project was created at the Centro de Biologia Marinha da USP (CEBIMar) aiming to fill a gap on environmental education activities in the scope of marine biology. Direct contact with the community is vital in order to share our research and teaching activities with the laymen and thus fulfilling our educational pursuits. The project affords also the opportunity to its monitors to work on a research and educational institution. Therefore it has multiple prospects. It aims to perfect knowledge transfer techniques to different groups of people and to offer practical training on environmental education to undergraduate and graduate students from all over the country. Formative and informative concepts are transferred to the visitors by means of an informal talk while walking on the beach or while touching marine organisms kept alive on aquaria and special tanks designed for this purpose. The sub-aquatic trail in an underwater activity designed to teach divers how to enjoy underwater environments without damaging them and the life they cradle. It is in this fashion that we seek to develop behavioral patterns according to the conservation character of the project, trying to replace groundless fears and repulsion with respect, knowledge and wonder.

Keywords: environmental education, marine ecosystems, CEBIMar.

Introdução

O Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo (CEBIMar) está localizado no município de São Sebastião, litoral norte do Estado de São Paulo. Esta é uma região com vocação eminentemente turística que abrange, ainda, os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba e Ilhabela. No período das férias escolares e feriados estas cidades recebem um elevado número de turistas e veranistas que se somam à população residente. Estes locais tornam-se áreas críticas para a conservação da biodiversidade e requerem atenção especial dos educadores ambientais [6].

Como instituição de pesquisa e ensino, o CEBIMar tem sido procurado de forma crescente pela população fixa e flutuante da região em busca de informações sobre a vida marinha. Tem sido, também, alvo da curiosidade dos moradores da cidade que desconhecem o trabalho ali desenvolvido. Por causa disso, foi elaborado, em 1993 [7], um projeto no qual as instalações, praias e costões do CEBIMar estariam abertos ao público para que os interessados pudessem conhecer e aprender mais sobre os ecossistemas marinhos e sobre as atividades realizadas numa instituição de pesquisa e ensino da USP.

Por outro lado, um grande número de estudantes de graduação e pós-graduação na área das ciências biológicas, provenientes de diversas instituições de nível superior do país, tem procurado o CEBIMar em busca de estágios com a finalidade de complementar seus conhecimentos. Atuando como monitores durante os períodos de visitação, aprimoram seus próprios conhecimentos através de atividades voltadas para a educação ambiental.

A partir disso foi criado o “Programa de visitas monitoradas ao CEBIMar”, cuja proposta é preencher uma lacuna nas atividades de educação ambiental voltadas para a área marinha [4]. Ele foi concebido de forma a permitir o contato direto com a população e tem sido norteado pelos seguintes objetivos: (1) suprir a vontade de aprender das populações residente, turista e veranista do litoral norte do Estado de São Paulo, que procuram o CEBIMar em busca de informações sobre os ecossistemas marinhos e os organismos que neles vivem; (2) chamar a atenção para os impactos ambientais de origem antrópica e criar padrões de comportamento condizentes com o espírito conservacionista do projeto; (3) aperfeiçoar as técnicas empregadas em atividades de educação ambiental, desenvolvendo estratégias para atingir públicos diversificados, incluindo portadores de necessidades especiais; (4) oferecer estágios a alunos do 3º grau na área das ciências biológicas, interessados em aprimorar e aplicar seus conhecimentos em atividades de educação ambiental; (5) permitir o acesso de visitantes e alunos a uma instituição de ensino e pesquisa, apresentando de forma transparente o trabalho da USP nas suas três vocações básicas: o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade.

Interrompido em 1996, o projeto foi retomado em 2003 e, desde julho de 2004, faz parte do Programa "Estação USP", um evento que leva a mais quatro cidades do interior paulista as atividades de cultura e extensão da Universidade nas férias de inverno.

Metodologia

O mapa

A equipe de monitores do CEBIMar recebe os visitantes e forma grupos de cerca de dez pessoas, número considerado ideal para que todos escutem as explicações, façam perguntas e esclareçam suas dúvidas. Nesse momento, cada visitante é convidado a marcar, com um alfinete colorido, a cidade ou país de origem em mapas afixados num painel na área de recepção. Essa simples atividade ajuda a integrar o grupo com seu monitor e a localizar o visitante geograficamente em relação ao município de São Sebastião.

O passeio pela praia

Esta primeira parte da visita é feita num passeio pela Praia do Segredo, defronte aos laboratórios do CEBIMar (figura 1). Através de uma conversa informal, o monitor transmite informações sobre o Centro de Biologia Marinha como instituição de ensino e pesquisa, e a geologia, história e folclore da região. São abordados, também, os aspectos relacionados aos ecossistemas litorâneos, a necessidade de preservá-los e sua importância para a manutenção da vida no oceano aberto.

Além dos animais da praia e dos costões rochosos que estiverem visíveis nos horários da maré baixa, é chamada a atenção do visitante para o lixo que vai encontrar na areia. Nesse momento

é feita a distinção entre a matéria orgânica, essencial para a nutrição dos organismos litorâneos, do lixo reciclável e descartável, enfatizando os riscos que trazem à vida marinha. A questão da reciclagem é abordada nesse momento, pois o município de São Sebastião possui um eficiente esquema de coleta seletiva de lixo, do qual o CEBIMar participa.

Como o Centro de Biologia Marinha está inserido numa Área Sob Proteção Especial (a ASPE do CEBIMar), que contém um fragmento de Mata Atlântica secundária, chama-se a atenção também para o problema das queimadas e desmatamentos e suas consequências para as cadeias alimentares costeiras e oceânicas.



Figura 1 - Praia do Segredo, São Sebastião, SP. (foto V.F. Hadel).

Esta parte da visita, portanto, tem como objetivo abordar os temas relacionados à conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos, na esperança de gerar uma reflexão sobre o assunto e mudanças no comportamento da população residente e flutuante da região.

A visita ao laboratório dos aquários e tanques de contato

Na segunda parte da visita os grupos são levados a um laboratório especialmente planejado para abrigar aquários e tanques com água do mar corrente. Nesse momento a ênfase maior é a divulgação científica. São comentados os principais aspectos da biologia e ecologia dos organismos marinhos vivos que fazem parte da exposição, como alimentação, reprodução, estratégias de defesa, e os cuidados com aqueles considerados perigosos. São selecionados propositalmente representantes da fauna e flora marinhas com os quais o público leigo não está familiarizado, ou porque estão ao alcance apenas daqueles habilitados para o mergulho autônomo, ou porque nunca chamaram a sua atenção, apesar de estarem sempre à vista de todos. A possibilidade de tocar nos organismos é essencial para incutir uma postura mais realista com relação ao animal ou alga apresentado (figura 2). Os espécimes mais delicados ou que possam causar algum tipo de acidente, como as águas vivas, siris e caranguejos, são mantidos nos aquários e não entram em contato direto com o visitante.

O objetivo dessa visita é chamar a atenção do público leigo para a enorme diversidade biológica dos ecossistemas marinhos brasileiros e da sua vulnerabilidade frente aos impactos ambientais discutidos na primeira parte da visita.

Vote no Bicho

Terminada a visita, os grupos retornam para a área de recepção onde ela foi iniciada. Neste local há um painel com imagens dos organismos que acabaram de ver e uma urna de votação. Em cédulas apropriadas, o visitante vota no animal que mais gostou e no que menos gostou. O interesse maior da equipe está no cômputo do número de votos dados ao animal que o visitante menos gostou. Se as pessoas continuam com medo ou aversão por um deles, é porque a abordagem não foi bem sucedida e a apresentação daquele animal em particular é repensada para o dia seguinte. Um resultado aceitável é representado por um elevado número de votos cuja resposta à pergunta “Qual o animal que você mais gostou?” seja “todos” e, para a pergunta “Qual o animal que você menos gostou?” seja “nenhum”.



Figura 2 - Laboratório dos tanques e aquários do Centro de Biologia Marinha-USP, São Sebastião, SP. (foto A.A.S. M)

A trilha interpretativa subaquática

A trilha subaquática é uma atividade planejada para ensinar técnicas de mergulho e comportamentos não-destrutivos [1; 2]. Ela foi criada no Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba - SP, [3] e vem sendo aplicada com sucesso crescente no programa do CEBIMar desde julho de 2004. Apesar da trilha ser realizada na modalidade mergulho livre, exige-se que os monitores sejam habilitados para mergulho autônomo.

Para esta atividade é necessário agendamento prévio, pois apenas quatro pessoas acompanhadas por dois monitores entram na água a cada vez. O grupo percorre uma trilha interpretativa de cerca de 400 metros no infralitoral da Baía do Segredo, em frente aos laboratórios do CEBIMar. A profundidade média no local é de seis metros. Antes do mergulho, o grupo recebe instruções dos monitores seguidas de uma sessão de alongamento e aquecimento. Em seguida, há um curto período de sensibilização no qual os visitantes são solicitados a fechar os olhos e apenas apreciar a sensação de estarem imersos na água do mar. Como equipamento de apoio, um dos monitores leva um flutuador de 1 m², utilizado para descansar e como superfície de apoio para conversar sobre os organismos que estão sendo observados (figura 3). Além das informações biológicas, os visitantes aprendem a não tocar nos animais e algas e a não apoiar as nadadeiras no substrato. Dessa forma, evitam danos aos organismos mais delicados e não perturbam o sedimento, evitando as nuvens de areia e lodo que surgem quando as nadadeiras batem no fundo.



Figura 3 - Trilha interpretativa subaquática. Baía do Segredo, Canal de São Sebastião, SP (foto D.A.G. Roquette).

O questionário de avaliação da visita

Terminada a visita à praia e ao laboratório, ou concluída a trilha subaquática, os visitantes são solicitados a preencher um questionário de avaliação das atividades (figura 4). A partir das respostas às perguntas, e das sugestões, críticas e comentários dos visitantes, podemos avaliar o tipo de público que o projeto está atraindo e quais os aspectos que devem ser melhorados. Todas as informações são armazenadas num banco de dados e vêm sendo analisadas pela equipe principal do projeto.

Resultados e Discussão

Um dos resultados alcançados a partir do momento em que a população teve acesso às dependências do CEBIMar foi a sensível diminuição no número de depredações às instalações do Centro de Biologia Marinha e de violações às normas que protegem a ASPE do CEBIMar. A argumentação mais convincente é a de que os alunos bolsistas teriam seus trabalhos prejudicados, correndo o risco de cancelamento das bolsas de estudo caso não pudessem apresentar resultados satisfatórios às financiadoras de pesquisa. A partir disso, criou-se uma empatia entre o pesquisador e o visitante que passou a entender o propósito das restrições que o CEBIMar impõe com relação à navegação, pesca e coleta de vegetais e animais na área de proteção ambiental, bem como do acesso às suas instalações.

Outro resultado importante é o crescente número de estudantes de escolas públicas e particulares de todo o país que se inscrevem para participar do projeto. Em julho de 2003, havia apenas cinco monitores trabalhando nas duas semanas de atendimento. Em janeiro e fevereiro de 2004, 35 dos 44 candidatos inscritos participaram das quatro semanas do programa de visitas monitoradas. Em julho de 2004, atuaram 21 dos 30 monitores inscritos para as duas semanas de atendimento ao público. Em janeiro e fevereiro de 2005, 32 dos 66 monitores inscritos estagiaram no CEBIMar nas quatro semanas de atendimento. Para julho de 2005, 82 candidatos inscreveram-se para ocupar dez vagas oferecidas.

Esse interesse cada vez maior dos graduandos e graduados na área das ciências biológicas pela educação ambiental reflete a preocupação do futuro professor e pesquisador



Figura 4 - Área de recepção e finalização das visitas monitoradas. Centro de Biologia Marinha-USP, São Sebastião, SP. (foto V.F. Hadel)

não apenas com a carreira que escolheu, mas também com o impacto positivo que o conhecimento que ele adquiriu terá sobre a comunidade na qual atuará. Alguns dos monitores deste programa viram o mar pela primeira vez durante o estágio, e nunca haviam visto a maioria dos organismos marinhos fora das páginas dos livros. É esta oportunidade de aprimoramento na formação do profissional em ciências biológicas que procuramos viabilizar através do projeto.

Das informações obtidas nos questionários de avaliação da visita pode-se afirmar que o projeto vem atraindo pessoas de todas as idades, condições socioeconômicas e níveis de escolaridade. Os dados apresentados a seguir resumem o perfil dos visitantes que participaram do projeto entre julho de 2003 e fevereiro de 2005.

As mulheres representam 57,7% do total de visitantes e os homens 42,3%. Crianças até dez anos de idade representam 21,8% dos visitantes e os jovens entre 11 e 20 anos 22,2%. Adultos entre 31 e 40 anos aparecem com 13,5% e, entre 41 e 50 anos, com 13,2%. Idosos entre 61 e 87 anos somam 4,0%.

Esta distribuição por faixa etária reflete aquilo que é observado na rotina do atendimento ao público. A maioria dos grupos é formada por casais com filhos em idade escolar. No verão, os mais idosos vêm sempre acompanhados pelos filhos e netos, mas, no inverno, são eles que trazem as crianças ao CEBIMar. Aparentemente os pais preferem reservar seus períodos de férias para os meses de janeiro e fevereiro. Nas férias de julho, são os avós que trazem as crianças ao litoral.

Os visitantes provenientes do Estado de São Paulo representam 93,4% do total. Destes, 58,9% residem na cidade de São Paulo, seguidos por 37% de moradores do município de São Sebastião. Os demais vêm de outros municípios e de outros estados do país, e também do exterior.

Os veranistas representam 66,5% do total de visitantes, seguidos pelos moradores do litoral norte, com 16,3%, e pelos turistas, com 15,1%. Dos moradores da região, 77,5% residem no município de São Sebastião, e os demais em Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba.

Consideramos de primordial importância a visita do morador e do veranista do litoral norte, pois são estes os nossos mais importantes aliados para levar adiante qualquer projeto de preservação ambiental. São eles, também, que convivem com o Centro de Biologia Marinha no dia-a-dia do município. Divulgar o trabalho do CEBIMar a esta parcela da população, convidando-a para os eventos dos quais participamos, como “A Universidade e as Profissões”, “Semana de Arte e Cultura”, “Dia Mundial de Limpeza de Praias e Rios”, e mais recentemente, da “Estação USP”, é importante para estabelecer um vínculo que permite o fluxo de informações entre ambas as partes.

O turista, por outro lado, é uma categoria de visitante que seleciona a região apenas para um determinado período de férias. Por isso, é importante que eles sejam levados a apreciar os ecossistemas que visitam sem depredá-los e que levem consigo os conceitos e posturas apresentados no projeto para seus locais de origem, a fim de difundi-los.

Quanto à ocupação principal, 46,5% são estudantes, 6,1% são professores, 4% são donas de casa e 3% são aposentados. O restante (29,9%) declarou uma enorme variedade de ocupações, enquanto que 10,5% não declararam sua ocupação principal.

Quanto ao grau de escolaridade, os dados mostram que crianças matriculadas na pré-escola representam 6,2% do total. As crianças muito pequenas e os que não declararam seu nível de escolaridade somam 9,1%. Com nível fundamental de ensino, há 26,6 % de visitantes, com nível médio, 18% e, com nível superior, 21,8%. Estudantes universitários, com nível superior incompleto, somam 11,3 % dos visitantes, enquanto que 7% declararam ter curso de pós-graduação.

Apesar de a maioria dos visitantes apresentar um elevado nível de escolaridade, o projeto tem atraído, também, a atenção de pessoas de todos os níveis. É muito difícil detectar o número de analfabetos que visitam o CEBIMar. Nem todas as pessoas preenchem o questionário de avaliação. Alguns alegam falta de tempo, enquanto outros simplesmente se recusam ou evitam voltar à área de recepção nesse momento. Os monitores são instruídos a não pressionar qualquer dos visitantes a preencher os questionários, pois poderiam constranger uma pessoa analfabeta ou que tenha alguma dificuldade para escrever mais do que o próprio nome.

Estes dados mostram que o programa de visitas monitoradas atrai um público extremamente diversificado, refletindo o fascínio que o mar e os seres vivos que abrigam exercem sobre todos nós. Por ser gratuito, o programa oferece uma das poucas opções de lazer cultural à população de baixa renda. É muito comum recebermos dois ou três adultos acompanhados pelos filhos, sobrinhos e filhos dos vizinhos, chegando, por vezes, a mais de dez crianças. Além disso, a população tem agora a oportunidade de participar da trilha interpretativa subaquática [2]. Este tipo de atividade está além do alcance da maioria das pessoas, pois as operadoras de mergulho cobram taxas pelas quais não podem pagar.

O diferencial em todas estas atividades é a atuação dos monitores do projeto. O treinamento pelo qual passam antes do início do atendimento ao público capacita-os a prestar informações e esclarecer dúvidas com objetividade e competência. Comentários e elogios quanto à atuação dos monitores estão documentados nos questionários de avaliação e sinalizam que estamos caminhando na direção certa para atingir os nossos objetivos.

Apesar de o Centro de Biologia Marinha possuir um aquário especial para o atendimento de cadeirantes e portadores de deficiência visual, são poucos os visitantes com estas limitações que participam das visitas monitoradas. Este resultado negativo pode ser atribuído, em parte, às instalações do CEBIMar, que oferecem dificuldades de acesso a estas pessoas. No entanto, alguns portadores de necessidades especiais simplesmente não acreditam na possibilidade de participar de atividades como as que

são oferecidas no projeto. A fim de atingir também esta parcela da comunidade e oferecer a ela a oportunidade de participar plenamente das visitas monitoradas, é nossa intenção solicitar assessoria ao programa “USP Legal”.

A taxa de visitantes que retorna ao CEBIMar a cada vez que abrimos as portas para as visitas monitoradas é significativa. Ela foi igual a 8,2% em 2003, 29,5% em 2004 e 8,2 % até fevereiro de 2005. A maioria é de adultos que trazem crianças. Muitos comentam que os filhos ou netos pedem com insistência para voltar ao Centro de Biologia Marinha. Este é um resultado bastante interessante, pois cativar a atenção das crianças para os seres vivos, seus habitats naturais e a necessidade de protegê-los é um investimento futuro para a conservação do meio ambiente.

Com relação aos organismos da exposição, 44,8% dos visitantes declarou ter gostado de todos. Os animais que as pessoas mais gostaram foram o cavalo-marinho e a estrela-do-mar por serem familiares e considerados inofensivos. Os animais menos votados foram aqueles com os quais o visitante estabeleceu menor empatia, como o crinóide e a esponja [5]. No entanto, a intenção de expor organismos com os quais o público em geral não está familiarizado será mantida. O resultado do “Vote no Bicho” sinaliza apenas os organismos com os quais o visitante ainda não estabeleceu um grau de afetividade. O momento da descoberta, do aprendizado e do deslumbramento é testemunhado pelos monitores e registrado nos comentários deixados nos questionários de avaliação.

Os dados obtidos no âmbito deste projeto têm sido apresentados em reuniões científicas nacionais e internacionais que contemplam a apresentação de trabalhos na área da educação ambiental. Três resumos foram submetidos e aceitos para apresentação no 3rd World Environmental Education Congress, a ser realizado em Turim, Itália, em outubro de 2005.

Conclusões

As atividades de extensão à comunidade voltadas à educação ambiental, apesar de negligenciadas no escopo da avaliação acadêmica, provou seu inestimável valor em diversos aspectos. No momento em que uma unidade da USP abre suas portas à população, ela passa a fazer parte da vida daquela comunidade. Essa foi uma das principais conclusões às quais chegamos, considerando os resultados obtidos. Mesmo um Instituto Especializado como o CEBIMar, no qual grande parte dos projetos estão voltados para a pesquisa pura, consegue captar o interesse e a simpatia do público, desde que os objetivos e os resultados destes trabalhos sejam comunicados numa linguagem acessível a todos.

Por fim, os monitores que participam do projeto têm aprimorada sua formação acadêmica e sua capacidade de transmitir conhecimentos, uma habilidade que lhes será útil na futura vida profissional.

Agradecimentos

Os autores agradecem a todos os monitores que vêm dedicando seu tempo e esforço para a realização do projeto de educação ambiental no CEBIMar e na Ilha Anchieta. À Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP pela concessão de apoio financeiro, através do Fundo de Cultura e Extensão. A toda a equipe do Programa "Estação USP", na pessoa do Sr. Lupércio Tomas, pelo apoio na divulgação do projeto.

Referências

- [1] BERCHEZ, F.A.S.; CARVALHAL, F. & ROBIM, M.J. Underwater interpretative trail: guidance to improve education and decrease ecological damage. **Environment and Sustainable Development**, v. 4. n. 2, p. 128-139.
- [2] BERCHEZ, F.A.S.; CARVALHAL, F.; MAZZARO, R.; SIMÕES, M.; ROBIM, M.J. & HADEL, V.F. Projeto Trilhasub: você imerso na biodiversidade. In: SIMPÓSIO DE BIOLOGIA MARINHA, 18., São Sebastião, SP, 2003. **Resumos**. Disponível em: <http://www.usp.br/cbm/novo_site/simposio/simp_xviii/resumos/resB29.html>. Acesso em 24 jun. 2005.
- [3] CARVALHAL, F.; ROBIM, M.J.; BERCHEZ, F.A.S. Trilha interpretativa subaquática Uma proposta em educação ambiental para o ambiente marinho. In: SIMPÓSIO SUL BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., Erechim, RS, 2001. **Resumos**, p. 15.
- [4] HADEL, V.F. & TIAGO, C.G. Marine biology for all. In: WORLD ENVIRONMENTAL EDUCATION CONGRESS, 1., Espinho, Portugal, 2003. **Abstract Book**. p. 197.
- [5] HADEL, V.F. & TIAGO, C.G. Echinoderms for all. In: INTERNATIONAL ECHINODERM CONFERENCE, 11., 2003, München. **Echinoderms: München, A.A. Balkema**, 2004. p.xxv-xxvi.
- [6] HADEL, V.F.; BERCHEZ, F.A.S. & AMARAL, A.C.Z. Educação ambiental no Programa BIOTA: Ecossistemas Marinhos. In: SIMPÓSIO DE BIOLOGIA MARINHA, 18., São Sebastião, SP, 2003. **Resumos**. Disponível em http://www.usp.br/cbm/novo_site/simposio/simp_xviii/resumos/resB28.html. Acesso em: 24 jun. 2005.
- [7] HADEL, V.F.; TIAGO, C.G.; MIYAJI, C.; GALLERANI, G.; HEITOR, S.R.; PERES, S.D.; ATHIÊ, A.A.R.; SCARPA, D.L.; PAIM, C.S.; ZEINAD, A.K. & RIBEIRO de DEUS, A. Programa de Visitação Pública de Férias do Centro de Biologia Marinha da USP - CEBIMar-USP. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS, 1., Rio de Janeiro. **Anais**. 1994, Rio de Janeiro, UFRJ. v. II. p.563-573.

RUÍNAS ENGENHO SÃO JORGE DOS ERASMOS: ENREDOS E SEGREDOS

Maria Cecília França Lourenço*



“Projeto Vou Volta”. Desenho, 2004. Maria Cecília França Lourenço

*Professora Titular de História da Arte da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Coordenadora Acadêmica do Projeto Nascente, Presidente do Conselho Curador das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, Rua da Reitoria, 109, Edifício Anexo 1 - Cidade Universitária e-mail: mcfloure@usp.br.

Resumo

O artigo revela aspectos históricos das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, o mais antigo engenho preservado do país, pertencente desde 1958 à Universidade de São Paulo, procurando discutir a importância da preservação de bens culturais para suspensão de silenciamentos, aqui defendidos como gerados pela mudança de valor cultural.

Palavras-chave: ruínas, engenho, patrimônio.

Abstract

This paper discloses historical aspects of the Ruins of the São Jorge dos Erasmos Sugar Mill, the most ancient preserved sugar mill in the country, and which has been in the charge of the University of São Paulo since 1958, and discusses the importance of the preservation of cultural assets as a form of overcoming the silences generated by changes in cultural values.

Keywords: ruins, sugar mill, historical monuments.

Introdução

As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos constituem o mais antigo engenho preservado em nosso território, fundado por Martim Afonso de Sousa, o primeiro proprietário, governador da então Capitania de São Vicente. Felizmente, desde 1958, o conjunto monumental de nosso passado colonial pertence à Universidade de São Paulo. Situada na base do Morro da Nova Cintra, na área noroeste da cidade portuária de Santos, insere-se numa parte do território, como tantas, populosa e pouco assistida quanto aos recursos culturais, em contraste comparativo a outros bairros elegantes.

A USP, ao receber o bem, o que se efetiva em ato assinado na Câmara Municipal de Santos, em 31 de janeiro de 1958, já de imediato oficiou à direção regional do 4º Distrito do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) no Estado, visando à peritagem para autenticar o patrimônio e proceder a uma intervenção. A questão, desde sempre, norteadora e que acompanha todas estas grandes descobertas arqueológicas, volta-se a determinar qual é o limite justo entre acrescentar fragmentos para garantir a integridade do remanescente, orientação esta emanada em acordos internacionais, fixados em cartas de patrimônio e de cujo conteúdo o Brasil é signatário.

Resolveu-se por realizar uma cobertura, estendendo-a lateralmente, segundo documentação existente na USP, pois evidências localizadas apontavam, segundo o arquiteto então responsável pelo 4º Distrito (Dphan), Luís Saia, para prováveis colunas à esquerda daquelas conservadas, no sentido do mangue. A intervenção resultou em conservação bastante distinta, entre as pedras mantidas sob o teto e aquelas destinadas ao relento, assim reiterando a propriedade da solução adotada.

Não obstante, ainda hoje a sinalização urbana para se chegar lá não é favorável, em que pesem esforços significativos, tanto da USP quanto da municipalidade. Poucos são os bens culturais tão reconhecidos, porém se procurará evidenciar uma intrincada gama de fatores e lutas, responsáveis pelas dificuldades. Não há dúvidas sobre a antigüidade, primazia e veracidade dos Erasmos, se considerarmos o tombamento desse patrimônio em distintos âmbitos, desde a própria USP, por meio do Centro de Preservação Cultural (CPC), até os órgãos preservacionistas, tanto no âmbito municipal santista (1990), estadual (1974) e federal (1963).

O consenso em órgãos tão distintos, movidos por políticas tão singulares, advém da proeminência de dados parâmetros na valorização patrimonial, sendo que no caso em tela a primeira valorização pública só ocorreu após a passagem para a Universidade de São Paulo do bem cultural, datada em 1958, a quem se deve também a iniciativa para o referido tombamento, o da esfera federal. Como explicar anos sem a valorização merecida?

Afinal, trata-se do único sobrevivente entre os primeiros engenhos erigidos, se não for o primeiro, o que nos leva a discutir possíveis razões para tal esquecimento injustificado. Desde Sigmund Freud sabe-se que o esquecimento aponta para lados tidos

como obscuros, cuja gravidade se deseja obliterar, logo emana foco claramente volitivo, a merecer hipóteses, para se aprofundar e renegar determinados preconceitos.

Gerações de pesquisadores, alunos e docentes da Universidade de São Paulo têm contribuído para suspender o silenciamento, redigindo pareceres, ofícios, recomendações, trabalhos acadêmicos sobre a região e o próprio Engenho, textos para seminários, escavações arqueológicas, pesquisas em fontes primárias, levantamento bibliográfico, e solicitações para garantir a integridade, ao lado da existência de convênios, comissões e ações dispendiosas para consolidação das ruínas. Assim, a USP honra e fornece um paradigma relevante sobre a importância em se debruçar sobre o passado, valendo-se de princípios, saberes e mérito para preservar a propriedade do bem cultural.

Há cinquenta anos, quando da doação, a recomendação convergia para – 1º. Estudar, toda e qualquer documentação capaz de suspender o esquecimento; 2º. Promover, educação sistemática através de troca de saberes acerca do bem; 3º. Erigir, sensível edificação para acolher o público, trio que a USP pode se orgulhar por concretizar, graças ao envolvimento de todos, contando com uma história, agora com mais de onze anos, sintonizada aos princípios de intercâmbio em dupla mão com a comunidade, ante os princípios da cultura e extensão acadêmica, com ações pró-ativas ininterruptas e convergentes.

O primitivo Engenho São Jorge, como se constata na pesquisa em relatos e documentos do Arquivo de Ursel, Holanda, era movido à água, contudo produziu durante menos de um século. Estudo entre os pioneiros, no século passado, anterior à própria doação e datando de 1913, elaborado por Alcebíades Furtado, “Os Schetz da Capitania de São Vicente”, aparece no XVIII número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo* [1]. Já se preocupa em recomendar pesquisa em arquivos belgas, holandeses e da Companhia de Jesus e informa que já no início do século XVII (1608) a segunda geração de herdeiros de Erasmus Schetz solicita ao reitor da Companhia de Jesus a venda do Engenho. Quem hoje admira a beleza sublime do bem se pergunta - por que tanto tempo para se iniciar lá uma ação educacional sistemática e diária com tal potencial?

Belo sublime e patrimônio

*A Natureza é um templo onde vivos pilares
Deixam filtrar não raro insólitos enredos;
O Homem o cruza em meio a um bosque de segredos
Que ali o espreitam com os seus olhos familiares.*
Charles Baudelaire *As flores do mal*, p.109,[2].

As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos apresentam significativo conjunto lítico, testemunha do passado, que observa com solene ruga cronática, por vezes abrigando insólitos enredos, parecendo inquirir sobre as limitações humanas também no lembrar e esquecer. Meditar, interpretar e mudar constitui uma tarefa coletiva, pois raros e perigosos foram os seres que tentaram elidir sozinhos transformações no rumo da História. De uma beleza sublime, terrificante e profunda, as Ruínas ficaram esquecidas, como que num sono hibernático, esperando um tempo, talvez com luzes menos róseas, para levantar-se daquela dormência letal. Tudo ali parece em estado de prontidão para evitar novos descaminhos do humano, trilhados quando se deseja conquista descabida, move-se pela ira e pela vaidade.

Ruínas em geral desde há muito exercem inconfundível atração, porquanto constituem raios do passado e, como lampejos de memória, elas apontam para tempos remotos, viveres distintos e parecem calar-se solenemente, evitando rever um passado de glórias, agora exaurido, ou, por outra face, revelar segredos maquiavélicos encetados pelo humano. Insinuam beleza dramática, monumentalidade fragmentária e vida ativa esgotada, gerando silenciosas meditações, acerca da saga humana por conquistas e lutas na terra.

Entre as duas belezas – a contemplativa e a sublime, os fragmentos remanescentes nos Erasmos, imbatíveis à fúria destrutiva do tempo, aproximam-se mais desta última. Apartam-se da outra beleza, aquela comovente também, porém levando o espectador ao enlevo e à crença na imensa capacidade humana para criar. O belo sublime, o das ruínas, parece repisar as candentes limitações do ser e, durante inúmeros anos, ao patrimônio apenas se associava à beleza contemplativa e serena, capaz de nos transportar para os cumes da harmonia.

Olhares desavisados podem acusar de abandono, contudo, o bem cultural legado para a USP, graças ao empenho da então pesquisadora Maria Regina da Cunha Rodrigues, desde os séculos iniciais da colonização detém conflitos apócrifos. Afinal, ainda se encontram evidenciados resquícios de incêndios nas escavações. Sabe, também, por relatos firmados, que a região da Capitania de São Vicente foi invadida e teve queimados seus engenhos, isto desde o início dos anos 30 do século XVI, quando foi erigido o Engenho São Jorge, ou segundo outros, o do Governador. Entre tantos, a área foi saqueada por ingleses, em 1591, tendo à frente Thomas Cavendish e, em 1615, pelo holandês Joris van Spilbergen. Naquele momento (1591), o Engenho encontrava-se operando e pertencente à família do flamengo Erasmus Schetz, porquanto este morrera logo após a aquisição do bem para sua família.

Claro que o terrificante, a ruína e as atrocidades constituem forte obstáculo para qualquer espécie de relato sem conflitos sobre passado glorioso, porém não pode amedrontar a Universidade. Acrescente-se outro aspecto relevante que são desejos e clamores locais para serem sistematizados em atividades educacionais da USP na Baixada Santista, podendo os projetos educacionais das Ruínas reverterem tal insatisfação e gerar uma base para as demais áreas acadêmicas. Outra dúvida sempre recorrente é como uma

história tão plena de ingredientes emocionais, com piratas e índios, não teria engendrado práticas sistemáticas e em diversas áreas, do turismo à proteção pública, dada a potencialidade, em um país em que a memória e o orgulho identitário pouca atenção parecem despertar, talvez fruto de nossa condição de território colonizado.

História colonial: uma página desvelada

Tudo estava confuso, por falta de compreensão tudo estava ameaçado de sucumbir de fome e miséria. Voltaire. *Aventure de la mémoire*, p.501-4, [3].

A importância histórica das Ruínas é, sem dúvida, incontestável, por se tratar de um dos raros remanescente quinhentista da baixada santista, pois o dito progresso e o descaso contribuíram para eliminar grande parte dos testemunhos materiais, como que as sujeitando a uma espécie de interdito. Cabe lembrar que somente no século XIX se iniciam as preocupações em preservar o passado, até mesmo no âmbito internacional, através da formulação de conceitos jurídicos, em especial na França pós- Revolução Francesa e na Itália em suas lutas para unificação.

Já no Brasil, vivíamos o período Republicano (1889), interessado em cunhar um passado, residindo, neste fato, a necessidade em serem criados marcos e fatos memoráveis, para se garantir a coesão identitária. Contudo, a escrita se voltará para a memória ligada não à matriz portuguesa, mas sim direcionada à separação política entre Ele, o colonizador, e Nós, os colonizados. Bastaria mencionar a valorização da figura de Tiradentes e dos locais em que este viveu, ambos alçados ao *status* de memoráveis.

O filósofo das Luzes, Voltaire (1694-1778), em uma espécie de fábula, *Aventure de la mémoire* [3], vai defender a memória advinda da experiência sensorial, logo agregando percepção pelos sentidos com desejos e intenções humanas. Conta-nos que as filhas da Memória (Mnemosine), as Musas, resolvem retirar dos homens por dias toda e qualquer memória, determinando a volta do caos inicial na *Teogonia* grega, relatada pelo poeta Hesíodo, porquanto como consequência da extinção da memória, passou a inexistir diferenciações básicas entre bom e ruim, dever e querer. Consternada a mãe das Musas se apieda dos mortais e envia suas luzes, sem as quais os homens não sobreviveriam.

A cultura brasileira em muitos momentos passa pela fábula de Voltaire, mas sempre aparece alguém para reavivar a veia memorialista. Passo decisivo para se ampliar, entre nós, ocorre inicialmente com a criação de uma entidade direcionada a esta tarefa, em diversos estados, o Instituto Histórico e Geográfico, disseminado para os estados já na República, sendo o paulista instituído em 1896, e, como outros, também contribuirá para fixar marcos libertários, ou seja, os que preconizavam confronto ante o colonizador.

O século XIX, afora o Rio de Janeiro em que se mantinha o poder português, nas demais regiões do Império, praticamente calou-se sobre este tema do período colonial; pouco se fez para recompor a memória de vilas e capitânicas, quando muito aparecendo

vertentes românticas, na literatura e nas artes visuais. Graças a este nacionalismo pós-Independência, despontam aspectos singulares da natureza brasileira cantada ou revelada em paisagens, como também índios, em prosa, verso, telas e desenhos, numa espécie de elogio ao habitante primevo da terra, eivado em grande parte pelos ecos do *Bom Selvagem* rousseauiano.

O alvo na primeira etapa de autores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Nacional, criado em 1838 no Rio de Janeiro, ao contrário, será sem dúvida uma história sobre a Colônia vista como continuidade da história de Portugal, dadas as ênfases em consolidar os ditos progressos e avanços, relegando-se conflitos Brasil *versus* Portugal e as vitórias de movimentos revoltosos, ou seja, a parte que se encontrava em choque direto ante o colonizador. A própria implantação da instituição coincide com o momento em que pipocavam movimentos insurgentes, como a Guerra dos Cabanos (Pernambuco 1835-40), Farroupilha (Rio Grande do Sul e Santa Catarina 1835-45), Malês (Bahia, 1835), Sabinada (Bahia 1837-8). Assim, o início parece ser uma estratégia para a montagem de grandes conjuntos, unos e completos, capazes de dar conta de dada história.

A edição de alguns estudos pioneiros reitera tal interesse, surgindo aqueles direcionados para a história geral, como a do sorocabano Francisco Adolfo de Varnhagem (Visconde de Porto Seguro) (1816-78), *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal* (Madri, 1854-7)[4]; ou da história local, como a do paranaense Manuel Eufrásio de Azevedo Marques (1825-78), surgida em 1879, *Apontamentos: Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, seguidos de cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876* [5]; ou também aquela dedicada a eventos inaugurais, a citar a obra *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI* (1883)[6], tese do cearense João Capistrano de Abreu, concorrendo à cadeira professor de História do Brasil, no Imperial Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro.

O esforço será decisivo para se editar uma série de outros estudos inéditos sobre a história, formulados anteriormente, sendo fruto desse momento a revalorização importante de cronistas setecentistas, como o do Padre Fernão Cardim, *Do princípio e origem dos Índios do Brasil e de seus Costumes, Adoração e Cerimônias* (1881) e *Do clima e Terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar* (1885) [7], ou de frei Vicente do Salvador, *História do Brasil* (1886-7) [8] esforços de Capistrano de Abreu, na condição de funcionário concursado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Estes, imbuídos dos valores iluministas, buscaram classificar, documentar e trazer à luz o passado quinhentista.

Quando na República disseminam-se pelas capitais inicialmente os Institutos Históricos e Geográficos, despontam uma série de aprofundamentos críticos e de aspectos do período colonial. Agora o passado daquela Capitania de São Vicente tão afrontada por saques e deslocamento dos interesses parece interessar, ao menos em seu aspecto exportador de produtos agrícolas, neste caso o açúcar, que rendeu imensa riqueza aos europeus envolvidos com todo processo, desde a plantação até a moagem do dito ouro branco saído do Engenho.

Sublinhe-se que o interesse pelo passado colonial será retomado pelos modernistas, encantados com sonhos de total liberdade ao artista, ausência de regras escolares, aliadas às formas, cores e versos coloniais, vale entender, antes da chegada de toda uma cultura francesa de viso hipocorístico acadêmico. Viajarão para o interior do Brasil, agastados ante os sotaques passadistas de que desejavam se arredar, crendo que o mergulho no nosso passado poderia gerar importantes frutos, como de fato ocorreram e ainda persistem.

Interessante constatar que o próprio arquiteto que assinará a primeira intervenção nas Ruínas, Luís Saia, junto com outros, concebera pouco antes (1951) as adaptações para a concretização da I Bienal de São Paulo, a consagração do modernismo [9]. Como se sabe, o evento inaugural realizou-se no antigo Parque Trianon, na Avenida Paulista, hoje local em que está o Museu de Arte de São Paulo (Masp), para posteriormente ser transferido para o Ibirapuera, marcando o Quarto Centenário da fundação da Cidade de São Paulo.

A história colonial traz capítulos interessantes, mas também alguns lamentáveis e escravistas, que começam a ser valorizados, daí a demora em se aclarar dados que desabonem a história rósea. Dirimindo dúvidas se existira ou não a crueldade nas Ruínas nos séculos inaugurais da invasão portuguesa no território, uma das primeiras iniciativas ressaltáveis deve-se já ao último proprietário, Octávio Ribeiro de Araújo, antes de passar para a USP. Visava atender a uma insistente solicitação do historiador santista Edison Telles de Azevedo, para que fosse localizado um cemitério no local, como rezava a tradição oral e sempre transcrita em jornais santistas. Conforme a imprensa local noticiava, as suspeitas foram afirmativas e recentemente pôde-se inclusive datar tais evidências, graças às pesquisas do Museu de Arqueologia e Etnologia/ USP, em parceria com a Universidade Católica santista.

Ruínas: trocas significativas com a sociedade

Não será sem propósito lembrar que os duques de Ursel descendem de Erasmo e de Gaspar Schetz, cujos nomes estão associados às origens da indústria açucareira no Brasil e que através de seus representantes em São Vicente, chegaram a ter ativa e intensa participação na vida econômica da capitania de Martim Afonso de Sousa durante a segunda metade do século XVI (...) Sérgio Buarque de Holanda. Expansão paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII, 1948, p.4 [10].

Uma das primeiras vozes altissonantes da USP para obter a documentação na Bélgica e na Holanda foi a do historiador e professor Sérgio Buarque de Holanda, em 1953, autor ilustre de *Raízes do Brasil* (1936), sabedor de que o interdito ao esquecimento se opera com bases sólidas. Na condição de então diretor do Museu Paulista (o do Ipiranga), propunha a cópia dos documentos holandeses para serem publicados junto às

comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, sem sucesso. Graças à aquiescência dos herdeiros da família flamenga, que adquire dos portugueses a propriedade do Engenho São Jorge, descendentes dos Schetz, em breve a USP poderá disponibilizar material valioso nesta direção, dando continuidade aos inúmeros estudos hoje já formulados sobre o período colonial e que, neste caso, já inclui valiosos dados acerca da sucessão, desde os Schetz, com uma série significativa de proprietários.

Quais as perspectivas futuras para as Ruínas, já que o passado róseo encontra-se em descrédito, enquanto a parte sublime do bem cultural e o interesse pela história colonial passam por uma etapa significativa? Defende-se que as Ruínas possam centralizar estudos em múltiplas áreas e que propiciem uma relação do humano com o entorno, com o ambiente e, sem dúvida, com sua própria humanidade, em relação harmônica, transformadora e ecológica. Estudar documentos, como os acima referidos, promover educação com base de trocas de saberes e construir uma sensível intervenção, capaz de qualificar a própria região, ao fim deste mandato com oito anos de trabalho profícuo desta gestão na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, do professor Adilson Avansi de Abreu associada ao período anterior, do professor Jacques Marcovitch, constituem um avanço significativo, pois afinal nenhuma idéia genial se assenta sem convergência pró-ativa de participantes.

Pergunta ainda recorrente: as Ruínas serão transformadas em um sítio arqueológico ou em museu? Enfim serão musealizados vestígios, pedaços e cacos? Fundar museus sempre se associa ao desejo para enobrecer dado passado, alteando-o à condição de memorável, em geral parte da história que envolve o grupo ligado à iniciativa. Organizam-se vestígios daqui e dali, agregam-se dados e fatos, que uma vez exibidos, em tese, criarão um tempo e uma narrativa adequados. Não obstante, como prover recursos, pessoal técnico especializado na área museológica, de conservação, na educacional, aquele voltado para públicos especiais, documentalistas, bibliotecários e tantos outros?

Propusemos, em diferentes colegiados dentro e fora da USP, nestes últimos dez anos, que as Ruínas, ao contrário, se constituem já em um conjunto notável, dispensando recolher fragmentos para criar uma narrativa sobre o tempo remoto do passado colonial, ou para relatar as lutas de negros desterrados e índios espoliados, sendo ambos escravizados, ou mesmo para falar da terra com sua imensa biodiversidade. Fulcral se torna, portanto, manter a área o mais visível e autêntica, reiterando sim a condição das Ruínas como um museu, porém algo atual e voltado para um futuro em que apostamos, ou seja, um museu ao ar livre, sem se maquiar ou construir uma versão azafamada, amarelada e doméstica de dada memória. Sobre o futuro há imensa preocupação com a qualidade das relações humanas, com a tolerância para a alteridade, com a biodiversidade, com a sobrevivência desta cultura, deste ser e deste planeta.

Disseminar para distintas gerações igualmente constitui importante pilar, o decisivo desafio das Ruínas Engenho, também alvo de tantas e valorosas iniciativas anteriores. Transmitir com bases seguras sem dúvida já é um bom começo, porém se acrescentarmos - com visio crítico e transformador, então teremos um grau diferenciador ante os antepassados. Não obstante o alvo mais alto para qualquer ação educacional é criar condições para que ocorra, em forma sistemática, plural, aberta e em troca com as comunidades envoltórias, o que se torna uma agradável, jovem e amigável realidade.

Felizmente, desde agosto de 2004, a USP pode com muita convicção anunciar um avanço decisivo para garantir a preservação em toda sua cadeia operatória: abrigar, investigar, criticar, interpretar, comunicar e reavaliar, graças à efetivação de processo seletivo, com mais de 130 candidatos para sua função maior, promover a educação através da troca de saberes. Não se fala aqui de evento etéreo, que se consome numa fração de segundo. Trata-se de vários programas encadeados, que honram a USP, feitos por educadores e direcionados prioritariamente ao ensino fundamental, em parceria tanto com sensíveis educadores de Santos e de São Vicente, quanto em diálogo profícuo com inúmeros segmentos desde o centro do poder até as franjas da sociedade.

A preservação em si sempre demanda uma rede operatória ágil, afinada e em prontidão, para qualquer hora e tarefa, um antídoto eficaz para afastar as forças do retrocesso. Os planos para a segunda recomendação exarada quando da passagem para a USP, vale reiterar, construir sensível edificação, capaz de interagir sem competir com o patrimônio, encontram-se em final da fase licitatória. Ressalte-se, são dignos das lutas humanas, incluindo-se as da USP. A Universidade, no mês de julho de 2005, propicia a edificação generosa do Centro de Cultura Patrícia Galvão, criado por Júlio Roberto Katinsky, professor da USP, que generosamente a pedido da CPC elaborou um estudo, em 1996, antes mesmo de ser gestor das Ruínas, para começar a dar concretude ao sonho de qualificar o uso.

A Universidade de São Paulo vive um momento especial, quando pode garantir para as Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, tanto investigação, difusão e possibilidade de erigir uma edificação com auditório, sala para mostras e aulas, quanto promover vários planos educacionais. Encontram-se atuantes: “Projeto Vou-Volto” [11] - destinado prioritariamente ao ensino fundamental da rede estadual e municipal, vicentina e santista; o “Projeto Laboratório de Memória das Ruínas” (Labmem) - direcionado a dar voz, espaço e diálogo às lembranças e memórias da comunidade envoltória em conjunto com a Universidade Católica de Santos (UniSantos); a Plataforma Sophia, uma base ancoradouro de distintos programas, como os dois, residindo nela propostas em comunhão aos princípios defendidos, ou seja, plurais e críticos.

As atividades múltiplas ensejam encontros com diferentes públicos e com o de especialistas, em torno do produto básico da USP - a educação. Mais importante do que musealizar, sem dúvida, é configurar as Ruínas como uma Base Avançada de Cultura e Extensão voltada para promover intercâmbio com distintos segmentos, etários, profissionais e sociais, com sensibilidade, abertura, trabalho e muito zelo, ou seja, como sói fazer em todo e qualquer programa educacional qualificado, dando vida a uma tarefa fundante, predicada por Mário de Andrade, em “Paulicéia Desvairada” – *O passado é lição para meditar, não para se repetir* [12].

Agradecimento

Agradeço muito a todos os mencionados, que confiaram em tantos devaneios.

Referências

- [1] FURTADO, Alcebiades. Os Schetz da Capitania de São Vicente. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, v. XVIII, p.3-11. 1913.
- [2] BAUDELAIRE, C. Flores do mal. In: Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.1130 p.
- [3] VOLTAIRE. **Aventure de la Mémoire**. In: **Romans et contes**. Paris: Gallimard, 1954, 786 p.
- [4] VARNHAGEM, F. A. de. **História Geral do Brasil**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- [5] MARQUES, M. E. A., **Apontamentos: Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo, seguidos de cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Martins, s.d., 465 p., 2 v.
- [6] ABREU, J. Capistrano de. **O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI**. In: O descobrimento do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999, 210 p.
- [7] CARDIM, F. Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias & do clima e terra do Brasil e de algumas coisas notáveis que se acham assim na terra como no mar. In: **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, 206 p.
- [8] SALVADOR, Frei V. **História do Brasil: 1500-1627**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982,437 p.
- [9] LOURENÇO, M. C. F. **Operários da modernidade**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1995, 322 p.
- [10] HOLANDA, S. B. Expansão paulista em fins do século XVI e princípio do século XVII. In: **Serviço de Documentação do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas**, USP, n. 29, p.3-23, jun. 1948.
- [11] LOURENÇO, M. C. F. O Projeto vou volto. In: **Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos: programa educacional vou volto para o ensino fundamental**. São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, 2005, p.21.
- [12] ANDRADE, M. **De Paulicéia desvairada a café: poesias completas**. São Paulo: Clube do Livro, s.d., 374 p.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA USP LESTE

Sonia Maria Vanzella Castellar*

Dante De Rose Junior**



Foto arquivo Calendário de Cultura e Extensão

*Professora Doutora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Av. da Universidade, 308 – Cidade Universitária – São Paulo – SP e Coordenadora do Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educativo e-mail smvc@usp.br

**Professor Titular do Departamento de Esporte da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Mello Moraes, 65 – Cidade Universitária – São Paulo – SP - Coordenador do Curso de Ciências da Atividade Física – EACH– USP Leste e-mail danrose@usp.br

Resumo

Este artigo relata as atividades de extensão universitária e atendimento à comunidade realizados na Zona Leste da cidade de São Paulo, a partir do projeto de implantação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) – USP Leste – e do Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educacional (NASCE).

O NASCE, apoiado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, tem como objetivo desenvolver atividades de cultura e extensão universitária com a comunidade, atuando junto à população da região e aos professores da rede pública de ensino, antes mesmo do novo *campus* da USP entrar em funcionamento. Dentre as atividades já desenvolvidas, podem ser citados diferentes cursos para professores da rede de ensino da região, bem como cursos e palestras para a população de maneira geral. Com a implantação dos novos cursos na EACH, o vínculo entre a universidade e a comunidade será mais estreito e os alunos de graduação poderão atuar, juntamente com seus professores, em projetos de interesse geral.

Palavras-chave: USP Leste, extensão universitária, cursos comunitários.

Abstract

This paper describes the university extension and community assistance activities conducted in the East End of the City of São Paulo, within the framework of the project that originated the School of Arts, Sciences and Humanities (EACH) – USP-East – and the Nucleus for Social, Cultural and Educational Support (NASCE).

The NASCE, supported by the Pro-Rector for Culture and University Extension of the University of São Paulo, purports to develop cultural and university extension activities with the local community. The several activities implemented include different courses for local teachers, as well as courses and conferences for the population as a whole. With the opening of the new undergraduate courses at EACH, the links between the University and the community will become tighter, and the undergraduate students, jointly with their teachers, will be involved in projects of general interest.

Keywords: USP-East, university extension, community courses.

Introdução

A partir da criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), a Universidade de São Paulo amplia a sua função social, com um projeto acadêmico desafiador, investindo em novos cursos de graduação e apresentando novas carreiras, com base na articulação do ensino, pesquisa e extensão universitária.

Trata-se, portanto, de um projeto que investe na cidadania de seus alunos e envolve-se com a comunidade local, a qual apresenta contrastes sociais, culturais, econômicos e educacionais marcantes. Nesse sentido, as atividades de extensão universitária que estão sendo realizadas buscam um processo coletivo de reflexão e aprendizagem, em torno das ações desenvolvidas, de forma democrática, entre professores, alunos e comunidade.

A importância social da USP na Zona Leste destaca-se pela articulação da teoria, desenvolvida nos bancos acadêmicos, com a prática, através do contato com essa comunidade bastante diversificada. Esta realidade coloca todos os atores da Universidade de São Paulo como protagonistas de um projeto que conduz a uma luta apaixonada contra as formas de dogmatismo e a favor do fortalecimento da ciência e da cultura. Em suma, é necessário propiciar uma educação superior de qualidade e comprometida com a formação cidadã dos alunos ali matriculados, que compreenda e respeite as diversas culturas existentes nos espaços de vivência e sobre elas atue de forma positiva.

As atividades do Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educativo na USP Leste

Para concretizar os projetos e apoiar o desenvolvimento econômico e social da região, a USP criou na Zona Leste o Núcleo de Apoio Social, Cultural e Educativo – NASCE. Este núcleo, apoiado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, tem como objetivo desenvolver atividades de cultura e extensão universitária com a comunidade local.

O NASCE iniciou suas atividades em abril de 2004, atuando junto à população da região e aos professores da rede pública de ensino antes mesmo do novo *campus* da USP entrar em funcionamento. Uma de suas funções é de ser um pólo aglutinador de eventos culturais, de projetos de extensão universitária e de pesquisa voltados para a elaboração de propostas para a comunidade da região leste do município de São Paulo. Numa perspectiva interdisciplinar, as atividades de extensão universitária auxiliam, muitas vezes, as disciplinas do ciclo básico, característico dos cursos implantados na EACH, e que têm nas “Resolução de Problemas” e nos “Estudos Diversificados”, disciplinas que procuram, entre outros objetivos, ser os pontos de partida para compartilhar o conhecimento científico e tecnológico, dentro e fora da universidade.

Além de ser um núcleo que já agrega várias atividades de extensão e serviços, o NASCE também atua junto à comunidade com o objetivo de gerar cursos e eventos que envolvam as pessoas de diferentes maneiras, em aulas de informática, alfabetização, atividades físicas e jardinagem.

Com essa proposta, os alunos dos diferentes cursos da EACH terão a oportunidade de atuar, sendo estimulados a elaborar projetos de iniciação científica e trabalhos finais das disciplinas do ciclo básico. O apoio às investigações dos alunos será mediado pelo Observatório Social da Zona Leste, reforçando a sua missão de organizar um banco de dados sobre as características socioeconômicas, culturais e ambientais da região, ampliando as informações necessárias para as análises que gerarão conhecimento sobre a sociedade e ações de extensão universitária mais consistentes.

Os estudos sobre as características emergentes do trabalho e cultura urbana na Zona Leste têm a missão de promover a cooperação técnica entre a academia, a comunidade e as instituições regionais interessadas em desenvolver projetos de ações para a política local, que auxiliem na formulação e na implementação de programas de desenvolvimento humano na região.

A compreensão da cidade e do espaço urbano permite a construção de um eixo temático de análise: “cidade e cultura”, levando à formulação dos seguintes questionamentos: de que maneira os moradores da Zona Leste posicionam-se diante das diversas formas de produção artística e cultural? Que tipo de acesso eles têm a diferentes manifestações e atividades? Qual a expectativa dos moradores em relação ao impacto cultural do *campus* da USP Leste? Qual o significado de democracia cultural no contexto da região?

A população local é portadora de uma cultura que sintetiza sua experiência vivida, o que lhe permite conhecer e analisar espaços urbanos numa perspectiva de totalidade, favorecendo ações que estimulem a organização da sociedade civil e a formação acadêmica de qualidade.

Em função das atividades desenvolvidas e das linhas de atuação, considerar-se-á os diversos aspectos pertinentes à questão social e da cultura urbana da Zona Leste. O NASCE terá uma base territorial em alguns bairros da Zona Leste – em Itaim Paulista e Itaquera – o que permitirá aos alunos de graduação e pós-graduação condições para formular projetos de intervenção em diferentes áreas e temas. Para elaborá-los, os alunos terão como referência a realidade e as demandas de vários lugares que possuem características próprias. Assim, os alunos não só passarão a entendê-las, como poderão elaborar planejamento para as áreas, como parques e praças, analisando os locais mais adequados e, junto com a comunidade, desenvolver as ações que contribuam para diminuir os conflitos sociais.

Grande parte das atividades desenvolvidas pelo NASCE são cursos de especialização, difusão e atualização, construindo um espaço para interlocução com os professores da rede pública e a comunidade.

A primeira atividade acadêmica implantada oficialmente pela USP na região foi o curso de aperfeiçoamento “Impactos Ambientais em Áreas Urbanas”. Esse curso destinou-se a professores do ensino fundamental e médio da rede pública, de diversas áreas, como Geografia, Biologia, Física, Química e Ciências, com duração de oito meses, tendo a participação de noventa professores. O objetivo foi desenvolver metodologias investigativas nas práticas docentes, tornando-as objetos de reflexão e crítica por parte dos professores.

Para a concretização dessa proposta, foram envolvidos alunos de pós-graduação de diferentes unidades da USP (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas - IAG, Faculdade de Educação - FE, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH – Departamento de Geografia) para desenvolver um trabalho interdisciplinar, e também professores de várias unidades (Faculdade de Saúde Pública - FSP, IAG, FFLCH, FE, Instituto de Biociências - IB – Departamento de Biologia e Escola Politécnica - EP), que proferiram palestras. Esse curso foi a primeira parceria estabelecida com a Diretoria de Ensino Leste 1, o que estimulou outras ações em conjunto, visando à melhoria do ensino público. Tratou-se de um projeto com caráter interdisciplinar, no qual a Comissão de Estudos dos Problemas Ambientais – CEPA, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, como co-realizadora, propôs uma discussão que integrou a comunidade escolar, local e universitária.

O NASCE deu continuidade às suas atividades organizando um curso de atualização juntamente com o IAG, atendendo a uma demanda crescente dos professores da rede pública, que têm dificuldades em trabalhar com os conteúdos de Geografia e Ciências. Esse curso envolveu conceitos básicos de astronomia, além de oferecer auxílio para procedimentos didáticos a serem adotados em de sala de aula.

O NASCE abrigou também um projeto de resgate da memória e dos documentos do acervo da Igreja São Francisco, liderada pelo Padre Tição (líder comunitário da região). Esse projeto, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Zilda Iokoi (Departamento de História – FFLCH), contou com a participação de jovens da comunidade, capacitando-os para entender o valor dos documentos e de sua preservação no estudo sobre a memória e a história dos bairros na Zona Leste. Atualmente, o NASCE possui um centro de documentos com alguns equipamentos que auxiliam no desenvolvimento dessa pesquisa, permitindo a atuação em outros bairros.

Na área de Educação Física foram ministrados vários cursos de difusão e de atualização. Os professores generalistas das séries iniciais e os especialistas em Educação Física participaram do curso “Corpo e Movimento”, com o objetivo de discutir diferentes concepções de trabalho na área com os alunos do ensino fundamental. Em parceria com a Escola de Educação Física e Esporte da USP, foi também organizado um curso sobre “Prevenção de Asma e Bronquite”, que envolveu professores de Educação Física da rede pública de ensino.

O ciclo de palestras sobre inclusão digital para portadores de necessidades especiais foi um projeto que envolveu a Rede Saci-USP e as Diretorias de Ensino Leste

1 e 4, em que participaram os professores que atuam nas salas de informática e também a comunidade em geral.

Além dos cursos voltados para os professores da rede pública de ensino, foi organizado um curso de informática básica, principalmente para os alunos da rede pública, com o objetivo de ensiná-los a utilizar o computador e a internet como ferramentas para a realização de seus estudos e pesquisas na escola.

Todas as atividades desenvolvidas revelam o compromisso da USP com a educação básica e com a formação continuada de professores da rede pública de ensino.

É importante ressaltar que os estudantes universitários que se envolveram nesses projetos de formação de professores desempenharam um papel fundamental para a sua própria formação individual, ao mesmo tempo em que o trabalho em grupo proporcionou uma concepção mais integrada e interdisciplinar do ponto de vista da construção do conhecimento. Nessa atividade, os alunos da universidade atuam na formação conceitual: nas oficinas discutem e aplicam suas pesquisas, mostrando a importância das inovações metodológicas para melhorar a qualidade das aulas, estimulando os jovens a estudar e a ter curiosidade pelos temas do cotidiano.

Um outro aspecto importante que incentiva a continuação desse trabalho é o efeito que causa nas escolas e, principalmente, nos professores. De maneira geral, eles recuperam a auto-estima, pois se sentem valorizados, e tornam-se produtores de conhecimento ao elaborarem seus trabalhos de finalização de cursos tendo como referência as reflexões de suas ações em sala de aula. Isso significa criar condições para que os professores intervenham junto aos seus alunos, fazendo com que eles amadureçam e compreendam o seu papel na sociedade. Com certeza, em um futuro breve, esses alunos e professores se tornarão verdadeiros agentes transformadores da sociedade, sabendo pensar a complexidade da realidade e, também, propondo ações de intervenção na comunidade local.

Em 2005, foram executados vários projetos e repetidos alguns cursos em função da demanda e da solicitação das Diretorias de Ensino da Zona Leste. Houve uma nova versão para o curso de “Impactos Ambientais em Áreas Urbanas”, agora atuando em três escolas com doze estagiários de pós-graduação – mestrado e doutorado – de diferentes unidades da USP. Neste curso, estiveram envolvidos 350 professores da rede pública de ensino, de quatro Diretorias de Ensino: Leste 1, 2, 4 e Mogi das Cruzes.

Além dessas turmas, foi viabilizado um curso para os Assistentes Técnicos Pedagógicos (ATPs) de Ciências e Geografia, das Diretorias de Ensino, com sessenta participantes de várias cidades do interior de São Paulo.

O curso de “Astronomia” foi reprisado para quarenta professores das Diretorias de Ensino Leste 1 e 3, e o curso de “Corpo e Movimento”, também em sua segunda versão, foi realizado no NASCE para cinquenta professores de Educação Física da rede pública que atuam nas Diretorias de Ensino Leste 1 e 4.

O curso de “Informática Básica” continua sendo ministrado em diferentes horários, no qual atuam dois estagiários de graduação do Instituto de Matemática e

Estatística – IME e da FFLCH – Departamento de Geografia. Está sendo organizada uma biblioteca, com um acervo de aproximadamente quatro mil livros, recebidos de doações de editoras e das bibliotecas da USP, que atenderá o público de todas as idades.

Durante o primeiro semestre de 2005, o NASCE recebeu alguns convites de subprefeituras para a realização de parcerias e pesquisas. Essas solicitações têm demandas diferentes, mas todas buscam, na Universidade de São Paulo, um amparo teórico que ajude na elaboração de planos de ações para gerar políticas públicas, voltadas para a geração de renda, ocupação e uso do solo, atividades educativas e culturais para os jovens e crianças.

O objetivo do NASCE, como já afirmado anteriormente, é ter uma base territorial mais ampla, com o intuito de viabilizar os estudos sociais e culturais sobre a Zona Leste. Por isso, estão sendo organizadas mais três sedes, uma em Itaim Paulista, em parceria com a subprefeitura de Itaim Paulista e Vila Curuçá; e outras duas em Itaquera e Cidade Tiradentes. Cada uma dessas regiões possui uma demanda diferente, o que revela a singularidade dos bairros e reforça a idéia inicial deste artigo que enfatiza a importância de tornar eficaz a relação entre a teoria e a prática, entre o saber dizer e o saber fazer.

Uma outra parceria foi assinada entre a Reitoria da USP e o Sebrae com o intuito de promover vários cursos voltados para o empreendimento e que envolveu a demanda por um projeto para analisar o setor de confecção informal e formal nos bairros do Brás, Pari, Bom Retiro e Tatuapé.

A grande dimensão que o NASCE e, conseqüentemente, o Observatório Social da Zona Leste ganharam na região, demonstra a expectativa da comunidade e a quantidade de luzes que se acenderam com a chegada da Universidade de São Paulo nessa região. O NASCE é hoje uma referência para as instituições que almejam entender a comunidade e elaborar propostas que envolvam a população e a melhoria de suas condições de vida. Nesse sentido, o Núcleo foi contatado pelo coordenador do Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN), que trabalha com crianças com problemas de subnutrição, para a realização de um convênio a fim de atuar em Itaim Paulista e Vila Curuçá. Nesse projeto estão envolvidos os coordenadores dos cursos de Obstetrícia e alunos que atuam junto à comunidade.

Além desses projetos, foi estabelecida uma parceria com a ONG “Cidade Escola Aprendiz”, para elaborar um projeto que visa à formação de educadores comunitários que agreguem, na sua concepção de educação, o conceito de cidade como educadora e promotora de cidadania. A partir desse curso de formação, será desencadeada uma ação junto aos jovens da comunidade, realizando oficinas de grafite, com grupos de grafiteiros que estão sem atividades. Com essa finalidade, está sendo estruturado um curso de extensão para professores da rede pública municipal, no qual será discutido o papel ou a função da cidade como local de aprendizagem, realçando o seu caráter de agente formador e sua dimensão educativa. Todas as cidades educam na medida em que a relação do habitante com o seu espaço é de interação ativa. As suas ações, o seu comportamento e os seus valores são formados e se realizam com base nessa interação. Esse projeto, entre

outros, contribui para que os alunos de graduação compreendam as dinâmicas sociais e o papel formador da cidade, além de propiciar outras discussões sobre a aprendizagem e o caráter da formação de professores.

Considerações finais

É necessário, no contexto em que o NASCE está envolvido, uma reflexão sobre a contribuição da Universidade de São Paulo para a sociedade, além da pesquisa em ciências e da formação de profissionais com qualidade teórica e ética.

A Universidade está inserida em uma sociedade democrática, mas com uma acentuada desigualdade social e um sistema educativo que não é inclusivo já desde a educação infantil. Portanto, entende-se que as atividades acadêmicas que envolvem a extensão universitária são as que possibilitam algo que se aproxima da democratização cultural e social. Nesse sentido, a USP pode ajudar, firmando-se cada vez mais como uma universidade que gera ensino, pesquisa e extensão de qualidade, inviabilizando a educação de senso comum, de retórica, de generalizações, que distancia a teoria da prática, pois essas características recorrentes da educação básica e superior não ensinam, mas persuadem, e não emancipam, mas excluem.

A ciência moderna produziu um desenvolvimento tecnológico que auxilia nas competências cognitivas e na comunicação. Transformar o saber científico em saberes práticos pode ajudar a população a dar sentido à sua própria existência.

Além disso, em função do novo projeto pedagógico da EACH, vislumbra-se a possibilidade de uma grande participação de seus alunos em todos os projetos desenvolvidos pelo NASCE e de outros que, certamente, serão desencadeados pelo maior envolvimento da USP na região. Com isso, o que se pretende é oferecer aos alunos da EACH uma ampla visão das necessidades culturais e sociais, tornando-os possíveis agentes modificadores desse novo contexto no qual a Universidade de São Paulo está inserida.

O PROJETO EQUOTERAPIA DA ESALQ

Claudio Maluf Haddad*
Eveli Maluf**
Léa M. A. Figueiredo***
Ana Heloisa Arruda****
Ana Paula M. Caldas*****
Ana Paola Negri**
Mitiyo Erica Kawagosi*****
Thais P.G. Oliveira*****



* Professor Doutor do Departamento de Zootecnia da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - ESALQ – USP e Coordenador do Projeto Equoterapia da ESALQ

Av. Pádua Dias, 11 -Piracicaba - SP. e-mail: cmhaddad@esalq.usp.br

** Fisioterapeuta

*** Professora de Equitação e Educadora

**** Zootecnista

***** Fonoaudióloga

***** Terapeuta Ocupacional

***** Psicóloga

Resumo

Trata-se da descrição do Projeto Equoterapia da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - ESALQ – USP, nas vertentes de reabilitação física-psico-motora (saúde) e no resgate de adolescentes em condição de risco para drogas e violência (educação).

Palavras-chave: Equoterapia, Reabilitação, Uso do Cavalo.

Abstract

The ongoing Horsetherapy Project at ESALQ – USP has its mission focused on two objectives: health – physical-psycho-motor rehabilitation and education – rescue of adolescents living under conditions of drugs and violence threats.

Keywords: Horsetherapy, rehabilitation, Horse's use.

Introdução

A equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem multidisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento físico, psíquico e cognitivo de pessoas portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais (ANDE BRASIL [1]).

Na vertente terapêutica (saúde), a equoterapia foi formalizada no Brasil em 1989 com a constituição da Associação Nacional de Equoterapia (ANDE BRASIL) que regulamentou o método no país em parceria com a Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação. Em junho de 1997, a equoterapia foi reconhecida como método terapêutico pelo Conselho Federal de Medicina, e desde então praticado em quase todo o território nacional.

A equoterapia é indicada para casos de paralisia cerebral, acidentes vasculares cerebrais, traumas crânio-encefálicos, formas psiquiátricas de psicoses infantis, autismo, síndrome de Down, síndrome de West, dependência química, estresse, depressões, hiperatividade, dificuldades no aprendizado, timidez, falta de coordenação motora, postura, alguns problemas ortopédicos, distúrbios visuais, auditivos e de aprendizado.

Historicamente, Hipócrates em 485 a.C. já mencionava os benefícios terapêuticos do cavalo na recuperação de feridos em combate.

Em 1740, em Leipzig, o médico alemão Samuel Theodoro Quilmlz, em sua obra “A Saúde através da Equitação”, estudou o movimento tridimensional (x-y-z) produzido pelo deslocamento do cavalo, correlacionando-o como um instrumento cinesioterapêutico.

Em 1901, o Hospital Ortopédico de Oswentry, na Inglaterra, torna-se pioneiro na aplicação da equoterapia em contexto hospitalar. Em 1965, na França, o método torna-se matéria didática e em 1972 é defendida a primeira tese de doutorado em Medicina, com tema voltado para a equoterapia.

No plano educacional, o uso do cavalo admite diferentes gradações e metodologias, abrangendo a mais simples equitação como esporte e entretenimento, passando pela equitação educacional utilizada no trabalho de déficits nas habilidades sociais dos jovens com dificuldades escolares, até a aplicação de esportes equestres para jovens em situação de risco.

Nessa última fase, aplica-se os princípios básicos do volteio, definido como uma modalidade da equitação em que se pratica ginástica avançada sobre o dorso do cavalo.

Historicamente, as primeiras acrobacias e exercícios físicos sobre o dorso de um animal foram praticadas em Creta (1500 a.C.) e tinham conotação religiosa. Essa prática, cuja abundância de documentos e pinturas são exibidas no Museu de Heraclion, utilizava inicialmente exercícios sobre um touro.

Segue-se, então, todo o áureo período helênico que é rico em gravuras mostrando o volteio em cavalos (FELTRI e BENZI [3]).

Posteriormente, o volteio torna-se exercício militar de alta valia, pois o subir e descer de um cavalo em movimento poderia significar a vida para os cavalarianos em combate.

O moderno volteio se desenvolve no século XX, durante os anos 40 na Alemanha. Constitui-se em modalidade esportiva da equitação largamente empregada nos Centros Hípicos mais avançados do mundo, e é considerado um esporte bastante completo no auxílio à formação educacional e do caráter de crianças e adolescentes.

Entretanto, a essência do trabalho de volteio não é formar atletas, mas a utilização de seus princípios básicos para formação da cidadania.

Objetivos

O Projeto Equoterapia da ESALQ surgiu da transformação de um Setor de Equideocultura do Departamento de Zootecnia, em um projeto ambicioso de conferir maior eficiência e nobreza de utilização às instalações e infra-estrutura existente. De simples local de ensino de equinocultura, foi transformado em prestação de serviços à comunidade (atendimento via Equoterapia Saúde e Educação), ensino (formação de novos equoterapeutas) e pesquisa (validação dos resultados obtidos).

Os objetivos da Universidade de São Paulo, representados pela tríade ensino-pesquisa-prestação de serviços, estão presentes no Projeto Equoterapia, lembrando ainda que essa atividade interage com a Medicina, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Pedagogia, Educação Física e Zootecnia, caracterizando-se como multi e interdisciplinar e aberta às demais unidades da USP e outras universidades.

Particularmente, o Projeto Equoterapia tem como objetivos:

- a- Proporcionar ao portador de necessidades especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando seus limites e auxiliando a terapia tradicional (Equoterapia-Saúde);
- b- Auxiliar na reintegração à sociedade de crianças e adolescentes sujeitos ao contato diário com drogas e violência, contribuindo para construir os alicerces de cidadania (Equoterapia – Educação);
- c- Desenvolver ensino e pesquisa na área de equoterapia, auxiliando na divulgação de novas técnicas em ação interdisciplinar com diferentes profissões.

Metodologia

A equoterapia implica obrigatoriamente em ação interdisciplinar, em função da natureza heterogênea da reabilitação da saúde e da educação. Serão abordadas a seguir diferentes metodologias aplicadas, em função das duas áreas de ação mencionadas.

1-Projeto Equoterapia Saúde

1.1. Recursos Humanos

O projeto conta com dois fisioterapeutas, fonoaudióloga, psicóloga, terapeuta ocupacional, zootecnista e educadora-equitadora como equipe de campo, além de um coordenador geral, auxiliar administrativo e cavaleiro fixo.

Essa equipe multidisciplinar é essencial para as atividades de avaliação e aplicação dos métodos terapêuticos, sendo assistida por médico credenciado pela ANDE BRASIL nos trabalhos de pré e pós-avaliação.

Voluntários e estagiários – o Projeto Equoterapia estimula a ação de voluntários das áreas de Ciências Agrárias (Agronomia, Zootecnia e Veterinária), Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Psicologia. Também é voluntário todo indivíduo que quiser contribuir com seu esforço pessoal, independentemente de sua qualificação. O Projeto Equoterapia conta com 29 voluntários e estagiários, mas ao longo de sua existência já passaram 85 voluntários das mais diversas formações profissionais.

1.2. Número de Atendimentos

O Projeto conta com 32 praticantes, portadores de necessidades especiais, carentes e notadamente crianças, oriundos de Piracicaba e região (Limeira, São Pedro, Americana, Tietê, Cerquillo etc), mas com capacidade instalada para o triplo de praticantes.

1.3. Infra-estrutura

O projeto conta com as instalações do Setor de Equideocultura do Departamento de Zootecnia da ESALQ, composto de uma pista de areia descoberta, redondel, gramado parcialmente sombreado, cavaleiro com 720 m² de área construída, campo de feno, oito piquetes de apoio, rampa de acesso, sala de exercício e reabilitação, sala de selas e equipamentos, depósito de ração e feno, sala de convivência e secretaria.

Também possui doze cavalos, arreios especiais, equipamentos próprios, equipamentos lúdicos e pista de avaliação dos andamentos.

1.4. O método

O cavalo no andamento “passo” transmite ao praticante um movimento tridimensional, representado por três vetores de força. São eles, vetor para cima e para baixo, vetor para frente e para trás e vetor de um lado para outro.

Esse movimento provoca um deslocamento na pelve do cavaleiro, com rotação estimada de oito graus e que equivale ao deslocamento sofrido pela pelve humana durante a marcha a pé (CITTERIO [2]). Ao andar, o cavalo exige do cavaleiro ajustes tônicos para adaptar seu equilíbrio a cada movimento. Cada passo do cavalo produz de 1 a 1,25 movimentos por segundo. Em trinta minutos de trabalho, o cavaleiro executa de 1.800 a 2.250 ajustes tônicos. Esses ajustes causam deslocamentos da cintura pélvica que produz vibrações nas regiões ósteo-articulares e que são transmitidas ao cérebro, via medula, com frequência de 180 oscilações por minuto, considerada a mais adequada à boa saúde.



Como a equoterapia desenvolve uma interação psicológica positiva entre o praticante e seu cavalo, e por desenvolver-se no picadeiro, ao ar livre e em ambiente agradável, seus resultados positivos já podem ser observados três meses após iniciado o tratamento, acelerando portanto a evolução do quadro clínico.

Paralelamente à ação física e ambiente psicológico adequado, podem ser desenvolvidos exercícios lúdicos e de fonética, ação de terapia ocupacional e psicologia mais dirigidos, conferindo ao praticante, uma verdadeira ação multi e interdisciplinar.

1.5. A avaliação

Após laudo médico obrigatório, que declare o futuro praticante apto para a atividade, os pais ou responsável é encaminhado ao assistente social da ESALQ, que fará uma avaliação de seu estado carencial, através de questionário e visita *in loco* à sua residência.

O praticante é avaliado pela equipe interdisciplinar e é estabelecido um plano de trabalho terapêutico. Ao responsável é apresentado um Termo de Compromisso e Matrícula, que contém seus direitos e deveres, para ser devidamente preenchido e assinado.

Durante a sessão, o praticante devidamente acompanhado pelo terapeuta segue em processo de aproximação dos recursos e espaços que estará utilizando. Em seguida, o praticante é levado ao contato com o animal, por meio de observação, toque, associações e manejo. Casos ocorrem em que esta fase é precedida de maternagem e exercícios no manequim (cavalo simbólico).

Na fase seguinte, o praticante requer em média três profissionais, o terapeuta determinado pelo caso clínico, com a função de coordenar a sessão, um assistente e um

guia. O guia conduz o cavalo no andamento determinado para a sessão e o assistente auxilia o terapeuta, providenciando a oferta de material necessário à prática. Também atua como suporte na lateral do cavalo, em posição oposta ao terapeuta.

O praticante é ininterruptamente monitorado e permanece sob o dorso do cavalo durante trinta minutos. O tempo excedente é preenchido com testes que verificam os resultados dos exercícios.

No caso de maternagem, quem monta com o praticante é o terapeuta.

Após a prática, o terapeuta anota na ficha Plano de Sessão, as observações de cada sessão. Também cabe ao terapeuta emitir Relatório Semestral que contém uma evolução trimestral dos casos e eventuais alterações na abordagem do plano pré-estabelecido.

Os responsáveis pelos praticantes também são informados da evolução da terapia, em reunião com a equipe interdisciplinar.

2- Projeto Equoterapia – Educação

Procura a reintegração à sociedade de jovens submetidos aos riscos da droga e violência.

A interação cavalo/cavaleiro, através do volteio permite trabalhar os seguintes aspectos biopsicossociais: (WELLER [4])

Na esfera individual

- 1- Corporeidade e motricidade
- 2- Sensomotricidade e integração sensorial
- 3- Auto-valorização
- 4- Manutenção e aumento da motivação
- 5- Construção da confiança
- 6- Diminuição do medo
- 7- Avaliação das próprias capacidades
- 8- Melhoria na capacidade de concentração

Na esfera social

- 1- Ajustamento aos outros
- 2- Diminuição e controle da agressividade
- 3- Diminuição de antipatias
- 4- Iniciativa de fazer amigos
- 5- Melhoria na comunicação

O trabalho de utilização de volteio para crianças e adolescentes em situação de risco dá ao praticante a oportunidade de vivenciar suas capacidades, redefinir seu auto-conceito de maneira mais positiva, de desenvolver uma habilidade mostrando-a à comunidade, e a inclusão num meio social diferente da sua origem.

O cavalo assume papel central nesse trabalho terapêutico-social, pois sua franqueza e sua maneira honesta e bem clara de aceitar e impor limites, e da incrível capacidade de motivar e manter motivado o adolescente, provocam o crescimento e inclusão social do dependente.

No volteio, os jovens vivenciam experiências elementares de equipe, aceitando e respeitando as diferenças dos outros, ajudar e pedir ajuda, planejar estratégias para resolução de problemas e respeito à hierarquia do trabalho.

Esse trabalho, realizado em equipe e contando com experiência de educadores, psicólogo, terapeuta ocupacional e equitadores, promove a inclusão social, formação da cidadania e resgate da situação de risco.

Em convênio com o CRAMI – Centro Regional de Registros e Atenção aos Maus Tratos na Infância de Piracicaba – jovens recolhidos das ruas foram encaminhados à sessão de volteio, observando-se, em poucos dias, o desejo de retornar aos lares e voltar a frequentar as aulas. Essa experiência-piloto tem continuidade na formação de Equipe de Volteio da ESALQ, participando de competições *extra-campus*, e permitindo aos praticantes interagirem, ainda que oriundos de diferentes estratos sociais.

Também deverá ter continuidade na elaboração de um curso profissionalizante, em que o adolescente egresso da marginalidade, já acostumado ao cavalo, teria então formação profissional de cavaleiro-sênior, e absorvido pelo mercado de trabalho (hípicas, haras, hipódromos etc). Essa etapa final profissionalizante está em fase de estudos, e brevemente será apresentada como integrante do Projeto Equoterapia

Resultados

Desde seu início em agosto de 2001, o Projeto Equoterapia apresenta os seguintes resultados:

Número de praticantes: média de 48 praticantes fixos e atualmente 32 (Saúde) e 4 (Volteio-Educação)





Número de atendimentos – em torno de 9.360 atendimentos

Cursos de aperfeiçoamento – 3 cursos de extensão

Equoterapeutas formados – 196

Estagiários e voluntários – 95

Monografias orientadas – 08

Inserção na mídia (TV, Jornais e Revistas) – 27 inserções

Trabalhos em Anais e Revistas – 07

Convênios realizados – CRAMI e Prefeitura Municipal de Piracicaba

Patrocinadores e eventuais contribuintes

Companhia Zootécnica Agrária Tortuga
Purina

Dow Agrosiences

Fazenda Mariópolis

Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo

Entidades Educacionais

Universidade de São Paulo

Universidade Metodista de Piracicaba

UNICASTELO – Descalvado

UNESP – Jaboticabal

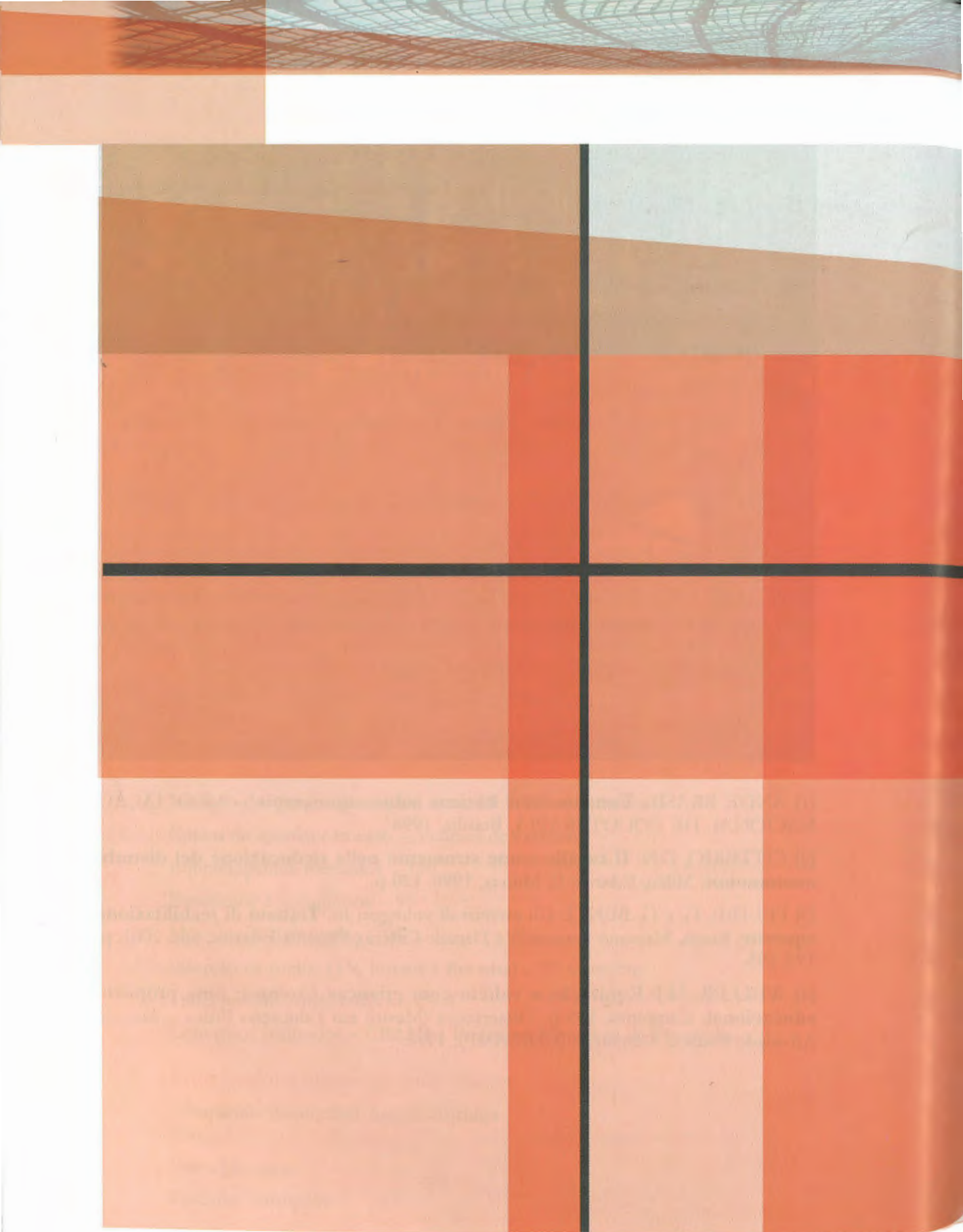
Administração financeira – Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz

Conclusão

O Projeto Equoterapia da ESALQ – USP representa a tríade ensino-pesquisa-prestação de serviços à comunidade que rege os princípios básicos de funcionamento da Universidade de São Paulo. Com os objetivos básicos de prestar terapia adicional aos portadores de necessidades especiais, e resgate de adolescentes sujeitos aos riscos de drogas e violência, o Projeto Equoterapia cumpre sua ação social, aproximando a universidade e a comunidade e auxiliando na solução de seus problemas.

Referências

- [1] ANDE BRASIL. **Fundamentos básicos sobre equoterapia** – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA, Brasília, 1998.
- [2] CITTERIO, D.N. **Il cavallo come strumento nella rieducazione del disturbi neuromotori**. Milão, Editrice U. Murcia, 1998. 120 p.
- [3] FELTRE, G. e G. BENZI. Gli esercizi di volteggio In: **Trattato di riabilitazione equestre**. Roma, Massimo Frascarelli e Daniele Citterio, Phoenix Editrice, Soc. 2001. p. 173-195.
- [4] WELLER, M.J. **Equitação e volteio com crianças carentes: uma proposta educacional**. Campinas, 105 p. Dissertação (Mestre em Educação Física – área de Atividade Física e Adaptação (UNICAMP), 1998.



DESAFIOS
DA
CULTURA E
DA
EXTENSÃO
NA USP

A HISTÓRIA DO MUSEU PAULISTA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: DA DIFUSÃO À PESQUISA

Carlos Roberto Ferreira Blandão*

Eni de Mesquita Samara**

* Diretor do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo.
Av. Nazaré, 481 - Ipiranga - São Paulo - SP. e-mail: crfbrand@usp.br

**Diretora do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
Parque da Independência, s/nº - Ipiranga - São Paulo - SP. e-mail: eni@usp.br

Resumo

Ao historiar rapidamente a fundação, o desenvolvimento e desmembramento do Museu Paulista da Universidade de São Paulo em diversas instituições, defendemos a noção que, no caso do Estado de São Paulo, a difusão de conhecimentos antecedeu e fundamentou a pesquisa científica. De seu perfil original de museu enciclopédico especialmente voltado à História Natural, o MP foi, aos poucos, adquirindo o *status* de “lugar de memória”, ligado sempre aos interesses políticos e mesmo econômicos, do início do período independente aos dias de hoje. Discutimos também o papel do MP na conformação do ambiente científico paulista, pois de um museu que se dedicava à divulgação da vida selvagem que circundava a vila colonial, transforma-se no embrião e motor do sistema de pesquisa do Estado, pois dele derivam direta ou indiretamente diversas instituições-chave na compreensão da história e ordenamento do sistema.

Palavras-chave: Museu Paulista, difusão cultural, sistema de pesquisa

Abstract

We briefly discuss the foundation, development and dismemberment of the Museu Paulista da Universidade de São Paulo in several institutions, defending the argument that, in the case of the São Paulo State, the diffusion preceded and was instrumental to the development of the scientific research. From its original concept as an encyclopedic museum, specially devoted to the Natural Sciences, the MP slowly acquired the status of a “memory place”, always linked to political and even economic interests, since the Independence period to the present. We discuss also the role of the MP in shaping the scientific environment of the São Paulo state, as from a museum dedicated to communicate the knowledge on the wild life surrounding the city, it became the embryo and engine of the research system of the State; from the MP derive directly or indirectly several key institutions for the understanding the history and format of the system.

Keywords: Museu Paulista, cultural diffusion, research system

1. Da coleção Sertório ao Museu Paulista

Ao longo do século XIX, a cidade de São Paulo passa por profundas modificações, perdendo nesse processo o seu perfil de vila colonial provinciana, distante da Corte e dos centros de decisão. Com o enriquecimento da província advindo do café, aos poucos a cidade configura e adota um novo padrão de desenvolvimento e adquire maior relevância nos quadros da política nacional. Alterações no sistema de mão-de-obra, abolição da escravatura e início da industrialização completam esse quadro que culmina com o início do período republicano.

No entanto, apesar da expansão econômica, São Paulo ainda limitava-se ao pequeno promontório entre as várzeas dos riachos Tamanduateí e Anhangabaú, respectivamente a Leste e a Oeste, mal ultrapassando ao Sul a área atualmente ocupada pela Praça João Mendes. Ao Norte, a Serra da Cantareira agia como defesa natural, tornando a vila um local abrigado das surpresas que podiam sair das matas circundantes. Tais perigos, bestas selvagens e indígenas canibais, requeriam isolamento e senão muralhas, defesa e vigilância constantes.

Na memória popular provavelmente ainda pairavam os resquícios dos ataques dos indígenas e os enfrentamentos que ocorriam nos sertões, tal como se delimitassem o espaço possível de ser habitado. Sem dúvida, o quase isolamento vivido pela vila, na realidade havia perdurado por séculos, pois foi apenas graças à expansão do café no Oeste paulista, que Santos tornou-se o centro exportador por excelência e São Paulo, logicamente, a passagem obrigatória desse produto.

Por outro lado, o ambiente estava longe de favorecer os hábitos de convívio, dado o espaço urbano ainda precário, de ruas mal calçadas e muros das casas onde se amontoava o lixo. A rigidez da hierarquia social propiciava a vida “intramuros”, favorecendo as visitas e o pouco aparecer em público. Hábitos da Colônia, no entanto, vão se modernizando, aparecendo os passeios e os piqueniques que integram novos personagens e ambientes ao cenário paulistano.

Visto nesta perspectiva, o Museu Sertório, instalado no Largo Municipal nº 27, respondia a essa mudança de hábitos ao expor animais empalhados, embora ainda existissem ao redor da cidade matas ricas em animais selvagens e perigosos como as onças pintadas. Ao que tudo indica, era o primeiro espaço a cobrar ingresso para exibir uma coleção que interessava à população na medida em que resgatava no imaginário popular, a dualidade representada pela cidade e o sertão. Assim, respondia a essa curiosidade ou medo do desconhecido resgatando a partir dos animais empalhados a própria trajetória de vida dos seus habitantes, nos tempos em que ir para o sertão era parte do cotidiano.

Entre os itens que compunham essa rica coleção estavam diversos animais, entre eles insetos e répteis, aves, algumas vindas da Europa, armas dos indígenas, vestimentas, enfeites, urnas funerárias, crânios de Carijós, sambaquis, amostras mineralógicas, moedas, esculturas e objetos incomuns ou exóticos, por exemplo, a bala extraída da articulação do joelho esquerdo do Ministro da Marinha, vice-almirante Barão de Ladário, ferido por ocasião das manifestações públicas que se seguiram à Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, na cidade do Rio de Janeiro (Raffard, 1977).

Nas visitas ao Museu Sertório, geralmente conduzidas pelo próprio major ou pelo preparador do museu, um certo Laurindo, “descendente de africano”, de quem pouco se sabe, deparava-se também com telas a óleo, objetos e vestimentas de personagens famosos, como o Imperador D. Pedro II e Francisco Solano Lopez (Raffard, 1977; Koseritz, 1980). Surpreende realmente na São Paulo desse período, o empenho colecionista louvável do proprietário em reunir na sua residência objetos diversos que originaram um dos primeiros museus da cidade.

Louvável também para a época é a criação da “Comissão Geographica e Geológica” da Província de São Paulo, embrião de várias instituições de pesquisa científica da atualidade. Sob sua égide, Lei nº 9 de 27 de março de 1886, reuniu-se uma equipe interdisciplinar destinada a planejar e executar pesquisas para subsidiar a ocupação do território paulista. Assim, em 10 de abril de 1886, foi contratado o naturalista suco Alberto Löfgren para, segundo as instruções de 7 de abril, encarregar-se dos trabalhos relativos aos ramos da História Natural não-cobertos pela equipe original (Guillaumon, 1996), 1996).

É justamente nesse ambiente de renovação da cultura científica que é possível visualizar os inícios da história do Museu Paulista, que teve as suas origens nas coleções do Museu Sertório e da coleção Pessanha, ambas doadas ao Estado em 1890 pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink (ver Witter & Barbuy, 1997). A origem da coleção Pessanha não está bem estabelecida, mas existe a hipótese de ser essa a coleção do Museu da Sociedade Auxiliadora do Progresso, fundada em 1877, que manteve suas coleções em três salas do Palácio do Governo. Esses dois acervos constituíram o Museu do Estado.

Alberto Löfgren foi designado em 1891, por Américo Brasiliense, presidente do Estado, como diretor interino responsável pela organização do acervo, com auxílio de dois naturalistas e um zelador. No final de 1891, a “Comissão Geographica e Geológica” assumiu, provisoriamente, a responsabilidade de organização do acervo e sua ampliação, que foi transferido (pelo menos a coleção Sertório) inicialmente para uma casa no Largo do Palácio e no final de março de 1893 para o Solar dos Prado, na rua da Consolação, nº 91, onde também se instalou o escritório da “Comissão”. Em 29 de agosto do mesmo ano, o Museu do Estado recebeu a denominação de Museu Paulista, desvinculando-se da “Comissão Geographica e Geológica” e sua direção passou em 1894 ao zoólogo alemão Hermann von Ihering, médico de formação, que imprimiu ao museu traços de modelo europeu.

Assim, o Museu Paulista, ao ser inaugurado, assumiu o perfil de um museu enciclopédico, especialmente voltado à História Natural, tendo ampliado consideravelmente suas áreas de Zoologia e Botânica nas duas primeiras décadas de existência, com pesquisas de campo e coletas de material. Desse modo, a coleção de exsicatas, que constituía o Herbário da “Comissão Geographica e Geológica” foi também incorporada ao seu acervo (Ghillaumon, 1996).

Pouco tempo depois, em 7 de setembro de 1895, abre-se ao público o Museu Paulista no Monumento do Ipiranga, com grande concorrência de convidados que foram de bondes a vapor “aquelle lugar legendário”, onde já se achava o Dr. Bernardino de Campos, presidente do Estado. Recebidos em pessoa na entrada do edifício pelo próprio diretor, Dr. Ihering, os convidados eram conduzidos à sala destinada à cerimônia ornamentada pelo

“quadro da «Independência», do pintor brasileiro Pedro Americo; o «Paulista», de Almeida Junior; «Manhan de inverno» de Antonio Parreiras; telas de Pedro Alexandrino e de outros pintores brasileiros”. (Ihering, 1895).

Sem dúvida, foi uma festa esplendorosa e um acontecimento para marcar época na vida dos paulistanos e também da Nação, não só pelos ilustres convidados, imponência e beleza arquitetônicas do edifício, mas, sobretudo, pelos destinos que estavam reservados para esse local.

A sua idealização é, no entanto, cercada de inúmeros episódios, narrativas e personagens que recuperadas nos seus tempos históricos, nos remetem dos inícios do período independente às primeiras décadas do século XX. Ao perseguir essa idéia e a sua evolução ao longo de um século, é possível entender melhor o processo de constituição do Brasil como Nação e o pensamento articulador que acompanha tudo isso.

Quase contemporâneo à Declaração da Independência, o projeto de se criar um marco comemorativo para esse fato, ganha corpo com a construção do Monumento do Ipiranga em fins do século XIX. Entretanto, a sua transformação em “lugar de memória” é pensada especialmente a partir de 1917 com Affonso d’Escragnolle Taunay, que a concretizou durante a sua atuação como diretor até 1939.

De 1895 a 1916, enquanto o Museu Paulista foi dirigido por Ihering, constituiu um acervo considerável de Arqueologia e Zoologia, movimentando permutas e realizando publicações de pesquisas na Revista do Museu Paulista.

Foi com o objetivo bastante claro de consolidar a colina do Ipiranga, seu Monumento e o Museu Paulista como “lugar de memória” que as coleções tiveram novo ordenamento, sendo também transferidos para novos locais. Em 1922, é criada a Seção de História Nacional e Etnografia e, em 18 de abril de 1923, o Museu Republicano “Convenção de Itu”, como seu anexo. Em 1925 nova reforma reestruturou o Museu Paulista nas seções de História Nacional e, especialmente, de São Paulo, de Zoologia e de Botânica. Foram mantidas como dependências complementares o Horto do Museu Paulista e a Estação Biológica do Alto da Serra. No ano de 1927, a Seção de Botânica foi transferida para o Instituto Biológico da Defesa Agrícola e Animal e, em 1939, as coleções de Zoologia para a Secretaria da Agricultura.

Abandonado, portanto, o perfil de Museu de História Natural, em 1946 nova reformulação transforma a instituição com a definição de quatro seções técnico-científicas: História, Etnologia, Numismática e Documentação Lingüística, além da Seção de Biblioteca, Arquivo e Publicações. Finalmente, em 1963, o Museu Paulista é transferido da Secretaria da Educação e Saúde Pública para a Universidade de São Paulo, que já o abrigara como Instituição Complementar desde a fundação da Universidade em 1934. Novas mudanças ocorrem nas décadas de 70 e 80 do século XX; em 1989 as coleções de Arqueologia e Etnologia foram transferidas para o MAE (Museu de Arqueologia e Etnologia), que se reestrutura com sede na Cidade Universitária.

Deixando para trás, portanto, o perfil enciclopédico original, ao que tudo indica advindo da Coleção Sertório, o Museu Paulista foi, aos poucos, adquirindo o status de

“lugar de memória”, configurado especialmente no projeto alegórico de Affonso d’Escragnoille Taunay e que ainda é muito forte na instituição em pleno século XXI.

Porém, é preciso lembrar que a construção do edifício-monumento, projetado pelo engenheiro-arquiteto italiano Tommaso Gaudenzio Bezzi já nascia predestinado a marcar a data e o local da Independência, o que era absolutamente necessário no final do século XIX, sedimentando com a República a idéia de Nação.

2. Edifício-monumento e “lugar de memória”

Comemorado pelos brasileiros como a data máxima da nossa Independência, o episódio de 7 de setembro, entretanto, não foi sequer mencionado nos periódicos que circularam na Corte e cidade do Rio de Janeiro em 1822. Tampouco foi visto naquela ocasião como marco do processo histórico. Nem mesmo D. Pedro na “Carta dirigida aos paulistas”, datada de 8 de setembro, deixou considerações específicas a respeito do acontecimento do dia anterior, apesar do clima festivo na cidade de São Paulo na noite de 7, conforme relato do Barão de Ramalho, inclusive com a récita especial de “O convidado de Pedra” pela Companhia Zachelli, à qual o próprio príncipe compareceu, recebendo aclamação pública (Ramalho, 1895). É curioso observar que o príncipe também não fez menção ao episódio do Ipiranga em carta dirigida ao pai, D. João VI, datada de 22 de setembro de 1822.

A primeira menção ao dia 7 de setembro como baliza do tempo histórico surgiu em maio de 1823, na sessão de abertura da Assembléia Legislativa. E foi o próprio imperador que em seu discurso fez menção ao acontecimento, ressaltando igualmente a primazia de São Paulo no processo de separação de Portugal. Interpretação controversa e que não adquiriu repercussão naquele momento. Foi na segunda metade do século XIX que políticos e empreendedores paulistas recuperaram essa versão para encontrar no passado episódios que ilustrassem a projeção política e econômica que a província adquiriu especialmente após os anos de 1870.

A proposta de considerar-se esta data como sendo dia de festa nacional comemorativo do “aniversário da independência brasileira”, em todo o território do Império, apareceu apenas em setembro de 1823, durante as discussões travadas entre os legisladores sobre o projeto constitucional, e foi apresentada pela bancada paulista na Assembléia Constituinte. Coincidiu com a iniciativa de membros do governo provincial de São Paulo, especialmente de Lucas Antônio Monteiro de Barros, na época presidente da província, para erguer-se um monumento no local onde a proclamação teria ocorrido. Entre 1823 e 1825, autoridades da província e da cidade de São Paulo tentaram colher contribuições para a realização do empreendimento, uma singela obra de pedra de cantaria destinada a demarcar no “sítio do Piranga” o lugar preciso da proclamação.

Ambas as iniciativas não tiveram resultado nesse período. A data de 7 de setembro somente passou a constar do calendário oficial de comemorações do Império a partir de

1826 e a construção de um monumento em São Paulo, embora lembrada em inúmeras ocasiões entre as décadas de 1830 e 1860, começou a ganhar contornos mais concretos apenas após 1875. Mas os acertos definitivos para a edificação foram realizados pelo governo provincial e pelo governo do Império entre 1880 e 1885.

A São Paulo do final do século XIX, na qual se construía o “Monumento do Ypiranga” (1885-1890) era uma cidade em transição. A obra inseria-se num projeto mais amplo, que visava dar a São Paulo uma conformação de cidade-capital, tendo como padrão de referência os principais centros europeus.

Entre os novos edifícios públicos que se erguiam, o Monumento era sem dúvida o mais requintado e imponente. Com sua arquitetura de palácio, ainda projeto do Império, conduzido por Bezzi, marcava os tempos de pujança que se iniciavam para São Paulo.

Para que a construção se efetuasse, foi constituída a chamada “Loteria para o Monumento no Ipiranga”, cuja primeira extração ocorreu em setembro de 1881. Em 1882, foi colocada a pedra fundamental, mas a construção teve início somente no ano de 1885 e dadas por encerradas em 1890, sem as galerias laterais previstas no projeto. Considerando que o Monumento foi concebido no período monárquico, entende-se a não-continuidade no regime republicano, proclamado em 1889. Deve-se lembrar que, em 1870, houve o Manifesto Republicano, que serviu para a expansão do ideal republicano. Os debates sobre as obras do Monumento do Ipiranga, na Assembléia Legislativa, levantavam questões sobre os gastos com a construção e a destinação do edifício-monumento. Construção de uma escola pública ou monumento sem finalidade específica? Pensou-se em destinar o monumento para escola técnica, mas a idéia foi descartada pela propalada insalubridade apresentada pelo edifício e seu entorno.

Proclamada a República, as terras do Monumento, doadas à então província pelo Imperador Dom Pedro I ainda em 1825, passaram para o governo do Estado de São Paulo. De um lado se tem um museu sem sede própria, subordinado à “Comissão Geographica e Geológica” e de outro lado um edifício sem ocupação. Em agosto de 1893, permitiu-se o uso do edifício-monumento pelo Museu do Estado, denominado agora de Museu Paulista.

São três as datas-chaves para o Museu Paulista: 1890: término da construção do edifício monumento. Aquisição e doação do museu particular do então Coronel Joaquim Sertório pelo Conselheiro Francisco de Paula Mayrink ao governo do Estado, constituindo-se o “Museu do Estado”, núcleo inicial do Museu Paulista. 1893: o Museu do Estado tornou-se Museu Paulista. O Edifício-Monumento passou a ser do Estado de São Paulo. 1895 – Unificam-se: o Edifício-Monumento e o Museu Paulista: o Museu Paulista no Monumento da Independência no Ipiranga = Museu do Ipiranga, como popularmente é conhecido.

A ocupação do local, onde está o bairro do Ipiranga, remonta ao século XVI, com as chamadas sesmarias; os ipiranguistas comemoraram 420 anos. Foi local de passagem para o litoral e por esse motivo, servia de parada, descanso e fonte de água para os animais. De sesmarias, chácaras, no final do século XIX, começou a sua ocupação mais ordenada com loteamentos, tendo como eixo central o Edifício do Museu. Nos inícios

do século XX, ganhou as olarias, fábricas e imigrantes.

Affonso d'Escragnolle Taunay, ao assumir o Museu Paulista, em 1917, teve como incumbência prepará-lo para os festejos do I Centenário da Independência. Suas atividades e projetos voltaram-se para a questão de organização do Parque da Independência, com rebaixamento do terreno, colocação das fontes, estruturação dos jardins e direcionamento do plano urbanístico do próprio bairro do Ipiranga (veja-se o caso da Avenida D. Pedro I como parte do projeto de construção do monumento comemorativo do centenário). Quanto à ornamentação do edifício-monumento: com verbas obtidas do governo estadual (na época de Washington Luiz), da sociedade (Automóvel Club e famílias de elite) e doações várias, realiza seu projeto alegórico entre 1920 e 1927. Para 7 de setembro de 1922, o único local que estava completo era o Salão de Honra, ou como muitos o chamam, Salão Nobre.

Seu projeto tem em vista a síntese da História colonial brasileira, a partir de São Paulo, destacando as figuras míticas de João Ramalho e Tibiriçá, passando pelos bandeirantes e figuras ligadas ao processo da independência, finalizando com a própria proclamação. Essa iniciativa representava a visão histórica predominante na época, mas que ainda é marcante para os visitantes do museu na atualidade.

3. Da difusão à pesquisa: o Museu Paulista como embrião

Urbanisticamente, implantado no alto da colina do Ipiranga, ainda distante do centro da cidade, o Museu Paulista projetava-se para ser o ponto de culminância de um grande conjunto, que viria a ser completado nas primeiras décadas do século XX pela instalação do Jardim Francês a sua frente, o monumento escultórico bem ao lado do riacho do Ipiranga e a avenida Dom Pedro I, seguindo-se em curva até o Parque Dom Pedro II: assim se constituiria, em panorama visual pleno de simbolismo, o Eixo Monumental da Independência, ainda hoje relativamente preservado, embora pouca consciência se tenha a seu respeito.

Quanto ao Parque da Independência, a sua configuração atual data dos anos de 1980, pois a Prefeitura do Município passou a administrá-lo em 1986. O parque, os jardins, as fontes, bem como os demais monumentos históricos que nele se localizam, foram sendo erguidos ou reconstituídos ao longo de quase todo o século XX, ressaltando-se, sobretudo, três intervenções dos poderes públicos: 1922, obras e comemorações do centenário da Independência, o que envolveu a construção do Monumento à Independência; 1954, obras e comemorações dos 400 anos da cidade de São Paulo e recuperação da chamada “casa do grito”; 2004, obras de restauração do piso, dos jardins e das fontes.

Assim, em um percurso de quase dois séculos, o pesquisador se defronta com muitas indagações, o que torna o estudo do Museu Paulista não apenas a fixação da memória nacional, como lugar em que “a Nação foi fundada”, mas a interliga, sobretudo,

aos interesses políticos e mesmo econômicos que a determinam em vários momentos; dos inícios do período independente aos dias de hoje.

No entanto, é importante ainda repensar a partir dessa trajetória o seu papel na conformação do ambiente científico paulista, pois o seu nascimento abrigando a Coleção Sertório mostra que um museu que se dedicava à divulgação da vida selvagem que circundava a vila colonial, acaba sendo o motor do sistema de pesquisa do Estado, pois dele e da “Comissão Geographica e Geologica” derivam direta ou indiretamente diversas instituições-chave na compreensão do ordenamento do sistema, como os Institutos Astronômico e Geofísico (1907), de Botânica e o Florestal (1923), e o Geológico (1935); a Pinacoteca do Estado (1905), os Museu de Zoologia (1939) e o de Arqueologia e Etnologia (1989); o Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos (1951) e a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal.

Agradecimentos

Os autores agradecem aos colegas do Conselho de Cultura e Extensão Universitária da USP (CoCEX) a indicação para tratar do tema no fascículo de abertura da Revista de Cultura e Extensão-USP e a generosidade das colegas do Museu Paulista Heloisa Barbuy, Cecília Helena de Salles Oliveira e Miyoko Makino na reunião e organização de informações fundamentais para a elaboração deste artigo.

Referências

GUILLAUMON, J. R. (coord.). **Pesquisando São Paulo: 110 anos de criação da Comissão Geográfica e Geológica**. São Paulo. Instituto Geológico/SMA: Museu Paulista/ USP: Instituto Florestal/SMA. 1996. 63 p.

IHERING, H. Historia do Monumento do Ypiranga e do Museu Paulista. **Revista do Museu Paulista**, n.1, p. 9-12, 1895.

KOSERITZ, C. **Imagens do Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/ EDUSP. 1980. 305 p.

RAFFARD, H. Alguns dias na Paulicéia. São Paulo, In: **Biblioteca Academia Paulista de Letras**, 1977, v. 4. 109 p.

RAMALHO, B. A Proclamação da Independência do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, n.1, p. 3-8, 1895.

WITTER, J. S.; BARBUY, H. **Museu Paulista: um monumento no Ipiranga**. São Paulo, FIESP, 1997, 372 p.

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIVERSIDADE

Ricardo Toledo Silva*

O Enigma de Um Dia, 1914, Giorgio De Chirico.
Acervo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo



* Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e
Professor Titular do Departamento de Tecnologia
Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária
e-mail: ritsilva@usp.br

Resumo

Este artigo discute as relações entre o Estado, as políticas públicas e a universidade, a partir de uma revisão conceitual ilustrada por exemplos de transferência de conhecimentos da arquitetura para a política urbana. A transferência e a disseminação do conhecimento produzido na universidade é uma das condições-chave para que ela – a universidade – preencha seu caráter público. No processo de transferência para a sociedade o conhecimento se reorganiza, determinando fusões ou desmembramentos de conteúdos que abrem novos desafios em suas áreas de origem. Quando a assimetria entre a organização acadêmica e aquela exigida para o uso do conhecimento se amplia, os paradigmas se tornam instáveis e entram em crise. A resolução desta crise, considerada a complexidade das relações que hoje se estabelecem entre conhecimento e sociedade, exige a formação de espaços acadêmicos e institucionais voltados à pesquisa transdisciplinar, rompendo com os circuitos fechados de comunicação científica, restrita aos pares de mesma área, e com os dogmas de um purismo acadêmico que cerceia as perspectivas de utilização social do conhecimento. Ao abrigar essa transformação a universidade se reafirma como estrutura plural e diversificada, capaz de reconhecer as especificidades de produção e transferência do conhecimento em cada área.

Palavras-chave: conhecimento, políticas públicas, pesquisa transdisciplinar.

Abstract

This paper discusses the relationship between the State, public policies and the university on the grounds of a conceptual review illustrated by particular cases of knowledge transfer from architecture to urban policy. The transfer and dissemination of knowledge produced in the university to public policies is one of the key conditions for the university to fulfill its public character. When knowledge is transferred to society it is re-structured and this in turn promotes further challenges for the areas that produce knowledge. Paradigm crisis result when the asymmetry between the academic organization and that required for knowledge use grows. The solution of this crisis demands institutional and organizational spaces for transdisciplinary research, given the complexity of relations between knowledge and society at present, breaking away with the enclosed systems of scientific communication, mostly directed to peers, and with dogmas about academic purism that de facto restrict the actual social use of knowledge. When the university promotes or shelters this transformation it reaffirms itself as a plural and diverse structure capable of recognizing the specificities of knowledge production and transfer in each domain.

Keywords: knowledge, public policies, transdisciplinary research.

As dimensões crítica e tecnológica do conhecimento socialmente transformador

O processo de transferência do conhecimento científico e tecnológico para as políticas públicas é complexo e envolve dimensões conceituais importantes tanto pelo lado do conhecimento, como pelo das políticas públicas. Na esfera do conhecimento destacamos dois aspectos com frequência presentes no debate sobre sua utilidade social: a contraposição entre a racionalidade técnica e a racionalidade crítica, e entre pesquisa básica e pesquisa aplicada. Na esfera das políticas públicas o debate se centra na possível subordinação das prioridades e práticas setoriais às lógicas do poder político e dos capitais privados, e ao grau de profissionalização da burocracia estatal que, em tese, poderia executar essas políticas a partir de uma regulação impessoal, fundada na busca do bem comum.

Na discussão que segue são abordados alguns conceitos-chave com a finalidade de situar as raízes intelectuais e políticas que têm marcado processos particulares de transferência de conhecimento da pesquisa para políticas públicas. A abordagem conceitual é apoiada pela discussão de articulações do conhecimento com políticas urbanas e afins, no domínio da arquitetura e urbanismo. Entre as políticas públicas, nas quais a transferência de conhecimentos dessa área tem sido mais frequente, destacam-se as de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento e transporte urbano. Esta transferência envolve contradições. Por exemplo, quando uma política pública de habitação estabelece metas quantitativas de atendimento, fixadas em certo número de unidades de um determinado padrão, ela vincula o desempenho dessa política à capacidade objetiva de preencher as metas propostas. Assumindo que essas metas correspondem a uma função social legítima, de prover alternativas habitacionais a segmentos socialmente vulneráveis da população, os executores da política terão tanto mais eficácia em sua função social quanto mais eficientes forem no preenchimento daquelas metas. Nesse exemplo, a política social será tanto mais eficaz quanto melhor forem combinados os meios específicos necessários à construção do estoque habitacional planejado, com a melhor qualidade e o menor preço possível. Esse raciocínio está na base da racionalidade técnica da burocracia estatal e, em princípio, é aplicável à execução de qualquer política pública. Mas ele encerra contradições importantes quando considerado o processo mais amplo de reprodução social.

Continuando no exemplo hipotético da política habitacional citada, e da eficiência na execução dos projetos específicos que engloba, é possível que as mais eficientes combinações de meios para sua materialização envolvam processos construtivos que explorem o trabalho de seus operários e que utilizem de forma predatória recursos naturais escassos. Nesse caso, uma parte da população pobre melhorará suas condições de vida em função do acesso a novas unidades habitacionais e outra parte, constituída pelos trabalhadores envolvidos em sua construção, terá um agravamento em suas condições de reprodução devido à superexploração de seu trabalho. Haverá ainda uma parcela da população, atual ou futura, que sofrerá os danos impostos ao ambiente pelo uso predatório

de recursos escassos. Essa contradição pode ser atenuada pela existência de sistemas reguladores que estabeleçam obrigações trabalhistas e normas de preservação ambiental, mas isso não altera a contradição de origem.

Aquele que projeta esse sistema, se preocupado com todas as dimensões sociais de sua proposta, deve considerar tanto o preenchimento das metas materiais da política habitacional como o potencial libertário do trabalho envolvido no processo de construção. Ele apenas terá certeza de que o processo produtivo não anulará o benefício social da casa construída se conseguir amarrar, desde a concepção, soluções que dêem conta dessas dimensões potencialmente contraditórias entre si. Trata-se, em síntese, de conciliar a utilidade material do sistema construído ao conteúdo libertário do processo produtivo. Há ainda o cuidado crescente com a preservação dos recursos ambientais escassos, cada vez mais importante para uma justiça socioambiental consistente. Fácil de formular, essa convergência esbarra em enormes limitações na teoria e na prática, que nunca foram bem resolvidas no âmbito dos conhecimentos aplicados à arquitetura e possivelmente no de outras áreas análogas.

Essa aliança, entre conteúdos material e libertário, estava na base conceitual da arquitetura moderna. Mais do que a negação dos adornos e afirmação da funcionalidade da obra construída, a arquitetura moderna, em suas raízes, incorporou os elementos de um processo de transformação social em duas dimensões básicas que valorizavam o exercício criativo de combinação livre da arte e da técnica, pondo em cheque a divisão formal dos saberes da engenharia e das belas artes, e se comprometendo com uma produção de espaços construídos e equipamentos socialmente úteis em sua materialidade, de maneira a preencher as necessidades de habitação de uma classe trabalhadora urbana até então não atendida. Essas dimensões eram parte de um mesmo processo de reestruturação da base teórica, que a um tempo se libertava das amarras formais do conhecimento acadêmico como organizado até então, e firmava um compromisso claro com a busca de soluções arquitetônicas inovadoras voltadas às necessidades da maioria da população, e não mais à elite que tradicionalmente comissionava o trabalho dos arquitetos.

Foi no processo de formação da Bauhaus, na Alemanha, que essas dimensões conceituais da arquitetura moderna emergiram pela primeira vez de forma explícita, em particular em sua fase de Dessau (1927-30). O ensino politécnico da arquitetura e do design lançava-se em uma experiência inédita de produção experimental baseada no conhecimento de chão de fábrica como estrutura central de aprendizado (Meyer 1972), com vistas à produção em massa de edificações e objetos industriais para preenchimento das necessidades sociais urbanas então emergentes. O projeto não se esgotaria no desenho da estrutura material produzida, mas incluiria o processo construtivo, de maneira a fundir ato criativo e produção.

Em que pese a importância dessa formulação e de sua influência sobre a evolução da arquitetura moderna que se seguiu, jamais o objetivo de convergência plena entre liberdade criativa do trabalho e eficácia social de seu produto se realizou na prática. O que impediu e até hoje impede essa convergência não é a possível parcialidade do projeto

moderno enquanto tal, na escala restrita de sua formulação teórica, mas sua subordinação a uma realidade política, econômica e social na qual a eficiência técnica da produção exclui o conteúdo libertário de um trabalho emancipado em relação às forças produtivas dominantes.

Generalizada para uma relação de fundo entre as dimensões libertária e material do trabalho, essa contradição exemplificada no âmbito da política habitacional poderá ser explicada no âmbito de um arcabouço teórico mais amplo, que contrapõe a racionalidade crítica à racionalidade tecnológica. Herbert Marcuse, ao abordar o poder libertador e paradoxalmente alienante da tecnologia (1941 ed 1999), demarcou os limites conceituais que circunscrevem essas duas racionalidades – tecnológica e crítica – em permanente tensão.

A construção de Marcuse descarta a negação da tecnologia e de sua racionalidade como saída para afirmar o conteúdo emancipatório da racionalidade crítica. Ao contrário, ele mostra que a luta contra a cultura tecnológica contribuiria apenas para fazer com que os homens descreditassem dos instrumentos que potencialmente poderiam libertá-lo. O processo tecnológico implica uma democratização de funções na divisão do trabalho e, nesse movimento, poderia convergir com a racionalidade crítica na realização da função libertária daquele trabalho. O que impede que isso ocorra, e estabelece um abismo entre essas duas racionalidades, é a divisão do poder e não a divisão do trabalho.

A saída para uma convergência estável entre as racionalidades crítica e tecnológica estaria em uma recomposição das relações de poder político e não na simples negação – por alienante – da organização racional da produção. A tecnologia apenas é alienante, no sentido de impedir o desenvolvimento individual, quando

“...presa a um aparato social que perpetua a escassez e este mesmo aparato liberou forças que podem aniquilar a forma histórica particular em que a técnica é utilizada.” (Marcuse, op. cit.: 101)¹.

Aqui se resolve, conceitualmente, o dilema do projetista engajado na concepção de um sistema construtivo ao mesmo tempo libertário e eficiente para atender às metas materiais do programa habitacional exemplificado. Resolve-se não porque ele tenha encontrado uma resposta satisfatória para as duas dimensões de progresso social com as quais se comprometeu, mas porque a dimensão crítica / libertária de sua proposta não está no domínio da política pública que a opera. Ela se define no âmbito de um processo político abrangente, ao qual a política pública e seus conteúdos se subordinam. Nessa perspectiva, a contribuição social possível que se abre ao projetista, no exercício de suas habilidades específicas, diz respeito predominantemente à eficácia do sistema material

¹ Uma interpretação radical de posições ulteriores de Marcuse sobre a ciência e a técnica, assentes sobre uma idéia de dominação política por meio do aparato tecnológico (Marcuse 1964), levaria à necessidade de uma nova ciência e de uma nova técnica para que a emancipação tivesse lugar. Mas esta interpretação foi refutada por Habermas (1970b), para quem a relativização da ciência e da técnica, proposta por Marcuse, referia-se mais a uma mudança de seu enquadramento institucional, no sentido de redirecionar o progresso, do que a uma modificação no critério de racionalidade enquanto tal.

que propõe. São extremamente limitadas suas perspectivas de intervenção – como profissional – nos conteúdos de alienação ou emancipação determinados no processo político geral.

Políticas públicas e função social da Universidade Pública

As racionalidades crítica e tecnológica do conhecimento estão presentes e interagem mutuamente em diferentes momentos do processo de suas produção, transferência e utilização, mas nem por isso elas são igualmente passíveis de transformação a partir do conhecimento como tal. Do ponto de vista da sociedade e das políticas públicas que têm por função melhorar suas condições de vida, há um campo maior e mais imediato para a contribuição objetiva do conhecimento científico na esfera material do que na esfera de sua emancipação abrangente nos planos social, político e cultural. Essa maior propensão à contribuição na esfera material não depende da vontade de cada um dos integrantes da comunidade científica, nem de seu maior ou menor engajamento político. Ela decorre de uma realidade na qual os tempos de maturação dos processos políticos, sociais e culturais é muito maior que o dos processos econômicos e tecnológicos.

A insistência na idealização de fórmulas que contemplem simultaneamente as dimensões material e libertária, a despeito da especificidade de cada relação particular, tende a uma interpretação mecanicista da dialética entre forças produtivas e relações de produção. Esta má interpretação foi criticada por Habermas (1970a), que não nega a interação, mas aponta razões para manter separados seus momentos:

“À idéia de uma progressiva racionalização do trabalho está agarrada uma massa de representações históricas do desejo humano. Embora a fome reine ainda sobre dois terços da população mundial, a eliminação da fome já não é nenhuma utopia no sentido pejorativo. (...) A emancipação relativamente à fome e à miséria não converge necessariamente com a libertação a respeito da servidão e da humilhação, pois não existe uma conexão evolutiva automática entre trabalho e interação.” (Habermas 1970: 42, destaques no original).

Voltando à contribuição da universidade, pública e crítica, às políticas públicas, cabe questionar se o fato de a resolução das contradições mais profundas da sociedade não estar em nosso domínio nos autoriza a nos omitirmos, ou a limitarmos o potencial de nossa participação, na melhoria da capacidade de resposta daquelas políticas, da forma como possível a cada momento desse processo mais amplo.

Essa omissão ou recusa, justificada por uma atitude militante de resistência a uma ordem no geral opressora ou heterônoma em relação à racionalidade crítica, muitas vezes envolve uma confusão conceitual que mistura diferentes dimensões da política. O termo ‘política pública’, diretamente derivado do inglês ‘public policy’ tem uma conotação

específica de conteúdo material, distinto do movimento mais amplo do processo político, ainda que na estrutura organizacional das funções públicas seja subordinado a este.

A distinção entre a política pública no sentido material e outras conotações mais amplas da política, foi sistematizada por Frey (2000:216-7) nas seguintes dimensões: (i) do ordenamento do sistema político, abrangendo o sistema jurídico e a estrutura institucional do sistema político-administrativo, em inglês designada por 'polity'; (ii) do processo político, no que respeita a imposição de objetivos, os conteúdos e as decisões de distribuição, em inglês designada por 'politics'; (iii) da materialidade, relativa aos conteúdos concretos e configurações programáticas das decisões políticas, em inglês designada por 'policy'.

A confusão entre distintas dimensões do ordenamento, do processo e da materialidade da ação política muitas vezes resultou no prejulgamento de colegas ou grupos de pesquisa que participaram da elaboração ou execução de políticas setoriais no contexto de governos autoritários ou pouco democráticos, como se automaticamente alinhados ao ideário daqueles. Manter uma linha de ação democrática, em sua essência, no contexto de uma política setorial praticada sob uma estrutura autoritária de poder, certamente se afigura desafio mais difícil do que fazê-lo em meio ao entusiasmo generalizado de um governo democrático recém-eleito. Isso não descarta a existência de casos reais de captura de políticas públicas servido a propósitos de dominação, como não isenta de responsabilidade pessoas oriundas da universidade que, por oportunismo ou ideologia, cerraram fileiras com o que havia de mais opressivo e reacionário na estrutura de poder. Mas a generalização desse prejulgamento ignora a funcionalidade de uma estrutura profissional no Estado, complexa e abrangente, que se não neutra no sentido de uma burocracia totalmente independente, não pode ser responsabilizada pelas mazelas de um processo político autoritário e excludente do qual também é objeto.

Não existe uma política pública independente do poder político, mas isso não implica alteração de sua utilidade pública imanente ao sabor daquele. Uma política de habitação, de saúde pública ou de meio ambiente, não deixa de ser de interesse social pelo fato de incidentalmente subordinar-se a um governo não comprometido com esse interesse. Mesmo que mal formulada, mal executada ou quase inexistente, ela continua a ter um papel importante – real ou virtual – na mobilização de recursos destinados ao preenchimento das finalidades intrinsecamente associadas a seus objetos. Uma política habitacional muito ruim ou quase inexistente, não tem o condão de – por omissão – neutralizar o interesse público da habitação como tal. Ao contrário, sua omissão tenderá a despertar a formulação de propostas alternativas por parte da sociedade, que mais cedo ou mais tarde acabarão por ser assumidas como plataforma oficial. Assim foi, por exemplo, com instrumentos de política urbana como a função social da propriedade urbana e a urbanização compulsória, propostos como bandeira de luta por grupos ativistas ainda sob o regime autoritário em início dos anos 80, posteriormente incorporados ao projeto de lei 775/83 e mais tarde aos artigos 182 e 183 da Constituição de 1988, que finalmente desembocaram no Estatuto da Cidade, objeto da lei complementar 10257 de 2001.

A estrutura executiva da política urbana federal até hoje reflete os princípios e competências fundamentais que emergiram daquele debate. A despeito das mudanças de forma e das acentuadas turbulências políticas por que passou desde os tempos de sua organização sob a égide do antigo Ministério do Interior, ainda no regime autoritário, até seu atual formato no Ministério das Cidades, a política urbana federal – inclusive seus principais componentes setoriais de habitação, saneamento e transporte urbano – tem sido tributária de um fluxo relativamente estável e homogêneo de contribuições originárias das organizações civis e instituições de pesquisa. Houve momentos nessa trajetória em que a política urbana foi praticamente extinta do organograma da administração federal, mas o substrato de conhecimento acumulado mostrou-se suficientemente robusto para permitir sua reorganização em torno do mesmo eixo conceitual de origem. Este caso ilustra e ajuda a sustentar a tese de que o interesse público da política material (“policy”) transcende as formas específicas e incidentais de sua subordinação ao processo político (“politics”) e que a universidade pública, depositária de um saber gerado às expensas de toda a sociedade, não pode omitir-se em relação à primeira, mesmo que a pretexto de presumível atitude crítica em relação à segunda.

O quadrante de Pasteur e a utilidade social do conhecimento²

Em estudo que trata das formas de auto-organização do conhecimento científico e de sua conexão com as necessidades objetivas da sociedade de conhecimento, Fuchs (2004) aponta para a tendência cíclica de perda de eficácia dos paradigmas científicos vigentes e para sua conseqüente crise e renovação. Essa perda de eficácia manifesta-se por crescentes instabilidades e assimetrias entre a teoria científica, os problemas propostos pela ciência e as demandas da sociedade. Segundo essa análise, a variação e a instabilidade de paradigmas são um fenômeno permanente na evolução das ciências. Entre os processos contemporâneos que têm acelerado a frequência dessas crises destaca-se a transdisciplinaridade da pesquisa, que vem ganhando importância crescente ao longo das últimas décadas.

A transdisciplinaridade constitui ela própria, na visão de Fuchs, uma forma específica de auto-organização do conhecimento, como um subsistema específico das ciências que tenta estabelecer conexões com outros subsistemas externos ao domínio científico, em complexas interações com os sistemas de ordenamento político, da economia e da cultura. É quando se estabelece ou se altera esse complexo de interconexões, novo ciclo de destruição e renovação do sistema de auto-organização das ciências tem lugar.

² Agradeço ao amigo Paulo César Xavier Pereira, professor do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU, a aproximação com o arcabouço analítico desenvolvido por Stokes (2005) e o alerta sobre sua eventual aplicabilidade aos conteúdos abordados, tanto em breve discussão específica sobre este artigo como no dia-dia das tarefas que compartilhamos no planejamento e revisão de conteúdos de cursos da FAU.

Sem aprofundar a discussão sobre paradigmas científicos e suas crises, é importante destacar o papel das conexões externas e da funcionalidade social, em sentido amplo, do conhecimento científico, na raiz de suas próprias crises. Na construção do raciocínio desta análise, até aqui, o conhecimento tratado foi essencialmente aquele gerado e transferido na esfera da pesquisa aplicada. Os exemplos dados se limitam ao domínio das políticas urbanas e afins, e as considerações teóricas mais gerais foram todas de alguma forma relacionadas a esse domínio.

No entanto, mesmo naquele domínio específico, para entender melhor os limites de exercícios e aprofundamentos teóricos pertinentes à arquitetura e urbanismo como área de conhecimento, é preciso avançar um pouco sobre questões de fundo da pesquisa científica e tecnológica como um todo. Quando Fuchs (op.cit.) analisa as crises de paradigmas científicos desencadeadas ou intensificadas pela complexidade das conexões transdisciplinares e externas ao sistema científico, refere-se ao conhecimento científico e tecnológico em seu todo, e não apenas aos segmentos de pesquisa aplicada potencialmente transferíveis ao processo produtivo.

Nessa linha, é importante ter presente a construção teórica de Stokes (2005), a partir de uma abordagem ampla sobre a repactuação das relações entre pesquisa e apoio governamental nos Estados Unidos. Ele propõe um arcabouço analítico que reorganiza as conexões do conhecimento científico e tecnológico com sua utilidade social, transcendendo a tradicional separação entre pesquisa básica e aplicada. O vetor chave de organização desse modelo analítico está na motivação à pesquisa, se originada na curiosidade pura, na linha do entendimento fundamental, ou se inspirada pelo uso, independentemente de seu caráter básico ou aplicado.

		Pesquisa inspirada por:	
		considerações de uso?	
		não	sim
busca de conhecimento fundamental?	sim	Pesquisa básica pura (Bohr)	Pesquisa básica inspirada pelo uso (Pasteur)
	não		Pesquisa aplicada pura (Edison)

O modelo de quadrantes proposto por Stokes corresponde a uma combinação das duas variáveis de inspiração da pesquisa – entendimento fundamental ou considerações de uso – cruzadas entre si, segundo dois níveis de aplicação de cada uma delas, gerando

quatro células resultantes dessa combinação dois a dois. O esquema que segue é a representação gráfica desse modelo.

Na célula superior esquerda enquadram-se as pesquisas voltadas à busca de conhecimento fundamental não-movidas por considerações de uso. Esse é o quadrante de Bohr, em referência ao trabalho de Niels Bohr na procura de um modelo atômico no contexto de uma “pura viagem de descoberta” (Stokes op. cit.: 118), que se identifica com o ideal de pesquisa pura dos filósofos naturais e inclui o conceito de pesquisa básica, cunhado por Vannevar Bush em estudo paradigmático de início dos anos 1950 para a National Research Foundation dos EUA.

Na célula inferior direita delimita-se o quadrante de Edison, em referência ao criativo inventor da lâmpada incandescente, do gramofone e outros equipamentos associados ao uso da energia elétrica, inclusive contribuições vitais para desenvolvimento do telégrafo e do telefone, sempre inspirado pelo espírito empreendedor comercial. O autor destaca que, hoje em dia, parcela significativa da pesquisa situada nesse quadrante é extremamente sofisticada, a despeito de seu direcionamento estrito a objetivos aplicados.

No canto superior direito situa-se o quadrante de Pasteur, que combina entendimento e uso, em referência ao pesquisador francês responsável por avanços notáveis tanto na esfera do conhecimento básico em microbiologia e cristalografia, como na do uso desse conhecimento básico em áreas de aplicação como a imunologia e a prevenção e controle de infecções humanas e animais. É nesse quadrante que se desenvolve a pesquisa mais propensa à transferência e utilização públicas, inclusive a chamada “pesquisa estratégica”, voltada a objetivos de interesse geopolítico marcante, a despeito de seu conteúdo mais próximo à pesquisa básica do que à aplicada, na classificação de V. Bush. E aqui se concentra o eixo principal de análise de Stokes, como base para uma repactuação das relações entre Estado e pesquisa científica nos Estados Unidos, inclusive fundos públicos de apoio. É neste quadrante que se articula a utilidade pública da pesquisa a justificar a mobilização de fluxos estáveis de apoio, na perspectiva de uma nova motivação ao contribuinte, de maneira geral pouco propenso a admitir o gasto público em pesquisa que não dirigida a fins militares.

Há, na construção de Stoker, um quarto quadrante, embaixo à esquerda, que não mereceu uma referência especial de nome, mas que – como destaca o autor – não é um conjunto vazio. É nele que se inserem exercícios de pesquisa sobre fatos particulares, sem uma preocupação de buscar explicação sistemática geral e nem uma utilidade específica imediata (Stokes, op.cit.: 119). Essa pesquisa é movida essencialmente pela curiosidade, e nisso se assemelha às situadas no quadrante de Bohr, mas por não ter uma perspectiva tangível de aplicação, não guarda identidade com a pesquisa básica no conceito de V. Bush. De qualquer forma é muito importante que o espaço conceitual dessa pesquisa seja definido no modelo de Stokes, o que para os arquitetos tem um significado peculiar.

A arquitetura é uma área de conhecimento híbrida entre as grandes áreas, uma vez que para a formação e prática do profissional convergem conteúdos das ciências sociais aplicadas, da tecnologia e das artes. As práticas de pesquisa em arquitetura e

urbanismo, mais claramente identificadas com os domínios das ciências sociais aplicadas ou da tecnologia, normalmente se desenvolvem de acordo com os paradigmas válidos nas respectivas áreas, inserindo-se nos quadrantes de Pasteur ou de Edison, segundo o perfil peculiar de cada projeto. É raro, mas admissível, que segmentos disciplinares específicos das áreas de ciências sociais aplicadas ou da tecnologia se aprofundem em métodos ou objetos da pesquisa básica com possível enquadramento no quadrante de Bohr. Mas a pesquisa em projeto, que se associa à prática criativa do profissional em seu dia-a-dia, dificilmente seria pertinente – de imediato – a qualquer dos três quadrantes nomeados. Ela tenderia a inserir-se, pelo menos de forma transitória, no quadrante inferior esquerdo, da observação sobre fatos particulares, sem relação direta com o eixo de conhecimento fundamental e sem perspectiva de aplicação viável nas condições presentes.

Uma forma aceita de pesquisa em projeto de arquitetura e urbanismo é a proposição de sistemas hipotéticos, como exercício de desenvolvimento das potencialidades criativas e tecnológicas em projetos de estruturas urbanas que sabidamente não serão construídas. Esse tipo de exercício constituiu o eixo de atividades dos utopistas de fins do século XIX e estabeleceu bases metodológicas mais tarde incorporadas à arquitetura e urbanismo modernos. Diferentemente do que pode parecer à primeira vista, não se trata de simples especulação de formas em um processo de pensamento livre. É um exercício sistemático de síntese, baseado na mais completa possível revisão de estado da arte aplicável sobre o objeto em estudo, mas que deve propor algo além do realizável naquele momento particular, como forma de antever um estágio suplementar de progresso a orientar os componentes dos outros projetos, estes voltados à materialização imediata. É como uma demarcação de vetor, cujo limite ainda está no plano do irrealizável, mas que os passos intermediários poderão conduzir à realização da utopia. Esta foi a contribuição de artistas do Renascimento ao notável desenvolvimento arquitetônico da época, quando em suas pinturas representavam complexos edificadas que se antecipavam a sua materialização construtiva, mais tarde realizada. Esta foi também a essência do trabalho de Tony Garnier, entre os utopistas do século XIX, que projetou uma hipotética cidade industrial até o nível de detalhes executivos que anteciparam sistemas construtivos pré-fabricados voltados à habitação em massa, desenvolvidos sob a égide da arquitetura moderna.

Existe, nesses termos, uma funcionalidade no quadrante inferior esquerdo do diagrama de Stokes (op.cit.) que, pela primeira vez, enquadra um tipo de exercício investigativo peculiar do projeto de arquitetura em um sistema formal de análise científica. Mas ao reconhecimento dessa existência corresponde também um alerta sobre suas perspectivas e riscos. Esse tipo de exercício criativo, quando não apoiado na revisão sistemática de conhecimentos objetivos sobre as dimensões de utilidade social e viabilidade técnica, que também compõem o âmbito de formação e pesquisa em arquitetura, envolve um risco simultâneo de alienação e inutilidade, na medida em que não conduza nem a uma ampliação do conhecimento fundamental e nem à perspectiva de uso. A legitimação da utopia, como exercício de pesquisa em projeto, se dá quando o objeto de sua especulação gradualmente se transfere para os demais quadrantes, ampliando

a base de conhecimento ou preenchendo uma perspectiva futura de uso, como no caso da proposta visionária de Tony Garnier. Mas o exercício criativo baseado na livre especulação, que se perpetua no quadrante do conhecimento não-estruturado, tende à alienação e à inutilidade.

Em princípio ele poderia ser visto como um exercício de crítica, por contrapor-se ao sistema produtivo dominante e, ainda que de forma desestruturada, denunciar suas mazelas. Mas a pobreza de sua contribuição, na área de conhecimento de origem, o torna alienante tanto em relação ao potencial de resposta objetiva, como em relação à base de conhecimento da área. Esta é uma das dimensões perversas da racionalidade crítica levada ao extremo em áreas de conteúdo material, como a arquitetura e urbanismo, quando ao negar a legitimidade do conjunto de seus instrumentos operativos anula sua capacidade objetiva de resposta pública e social.

A expectativa social de resposta, para profissionais formados em uma área radicada na materialidade dos sistemas, sem negar a importância da dimensão crítica em sua formação, é mais que a crítica ou exercício da utopia como tal. Existe uma necessidade objetiva de contribuição específica no âmbito de políticas e ações de interesse público, para a qual a sociedade espera respostas úteis e utilizáveis da parte dos profissionais formados na universidade pública por ela mantida. Essa resposta certamente não se articula apenas diretamente no âmbito do Estado e de suas ações, mas no complexo de funções e instrumentos que compõem a esfera mais ampla do interesse público no processo de desenvolvimento.

Funções públicas do sistema produtivo privado

Em um país como o Brasil, no qual o Estado historicamente desempenha papel central no processo produtivo, é difícil falar em sistema produtivo privado como conceito distinto do processo mais amplo. No entanto, para fins de análise, é possível considerar como pertencentes a esse domínio específico os instrumentos que têm por finalidade precípua articular as relações entre agentes privados entre si e entre estes e o Estado, em contexto de razoável simetria, quando o Estado abre mão de suas prerrogativas intervencionistas e posiciona-se como agente indutor ou indicativo. No Brasil esta é uma figura institucional relativamente nova, que advém do princípio do 'planejamento indicativo', estabelecido pela Constituição de 1988 como forma possível de participação do Estado no planejamento da atividade econômica.

Até então os profissionais de diferentes áreas setoriais envolvidos no planejamento de políticas públicas contavam com um esquema executivo baseado no controle de fundos públicos setoriais, cuja liberação era condicionada à conformidade dos agentes executores em relação ao arcabouço regulador setorial. Assim era nas políticas setoriais urbanas de habitação, saneamento e transporte público, e na maioria dos casos em que a materialização da política se operava por meio de uma multiplicidade de agentes

estatais, paraestatais ou privados dependentes do fundo público para seu financiamento, como a holding Telebrás e suas “teles” subsidiárias nos estados, ou da Eletrobrás e as concessionárias estaduais de energia. A configuração esquemática mais comum da política pública, naquele contexto, era a de uma entidade estatal da administração indireta que centralizava o processo executivo, articulada a um órgão governamental investido de competência planejadora – muitas vezes delegada à entidade executora líder, melhor aparelhada tecnicamente – e a um fundo paraestatal dedicado. Naquele contexto o planejamento era essencialmente impositivo, pois os diversos agentes executores vinculados às esferas estadual ou municipal, ávidos por acesso aos recursos de financiamento controlados pelo esquema central, não tinham outra opção senão enquadrar-se aos planos do sistema nacional.

Diferentemente do que algumas análises mais genéricas sobre a infra-estrutura pública supõem, a operação desses planos nacionais quase nunca se valeu de expedientes legais ou normativos que ferissem frontalmente competências dos estados ou dos municípios. No caso do Sistema Financeiro do Saneamento, por exemplo, as outorgas de concessões a companhias estaduais que integravam o Planasa³, somente se realizavam a partir de leis municipais passadas nas respectivas câmaras. O indutor de conformidade dos agentes aos ditames da política setorial era o acesso ao fundo público e não o autoritarismo intrínseco ao processo político da época. A distinção é importante não para minimizar as muitas distorções do sistema de planejamento setorial centralizado, mas para sublinhar a importância da profunda mudança metodológica trazida pelo princípio do planejamento indicativo consagrado na Constituição de 1988.

Esse princípio, combinado a uma drástica redução na capacidade de investimento estatal que se verificava desde início da década de 1980, faz com que o esquema típico de planejamento e execução das políticas públicas, baseado no tripé empresa estatal líder, fundo de financiamento e agentes executores vinculados às esferas subnacionais do Estado caia por terra. É nesse contexto que emergem relações mais simétricas entre agentes estatais e privados, referidas no início desta seção, e delas derivam novos instrumentos de planejamento e controle normativo, no domínio do sistema produtivo privado, ainda que com papel determinante para a execução das políticas públicas.

Entre esses novos instrumentos, típicos de um processo híbrido de gestão pública e privada, destacam-se: (i) a função avaliação, entendida em toda a sua complexidade como elemento de articulação entre a eficácia social e a eficiência operativa das políticas públicas e dos programas e ações a elas articulados; (ii) os sistemas integrados de normalização e qualidade de cadeias produtivas, articulados com o SNMQI⁴ no âmbito

³ Plano Nacional de Saneamento Básico, operado pela Carteira de Operações de Saneamento

– COSAN do Banco Nacional da Habitação (BNH), que entre 1972 e 1986 mobilizou o maior volume de recursos destinados a obras de saneamento em toda a história do país, responsável por uma expansão de cobertura

– em nível nacional

– sem precedentes e jamais igualada posteriormente.

⁴ SNMQI – Sistema Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial.

dos respectivos PBQP⁵; (iii) os fundos setoriais de pesquisa e desenvolvimento, articulados e operados pelo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia em diferentes áreas de pesquisa aplicada de interesse ao desenvolvimento nacional.

A função avaliação, associada ao planejamento e execução dos planos plurianuais de investimentos, no Brasil estabelecidos pela Constituição de 1988, muito mais do que uma exigência legal, para controle público e responsabilização da ação governamental, é elemento central de uma reforma gerencial do Estado, não necessariamente de corte privado. Os instrumentos e procedimentos para exercício dessa função se valem da experiência gerencial privada e são compatíveis suas práticas de planejamento e controle. Não poderia ser diferente, pois se um dos pressupostos da nova organização executiva das políticas públicas é a possibilidade de delegação de ações específicas a agentes executores privados, é fundamental que os sistemas de avaliação e controle da política pública em seu todo e das ações específicas empreendidas por distintos agentes, sejam compatíveis entre si. O que confere força política e legitimidade pública à função avaliadora – e, nessa medida, enorme potencialidade a processos avançados de interação entre gestores públicos e pesquisa aplicada – são suas formalização e sistematização no âmbito do planejamento e gestão das políticas (Silva 2001).

O conceito amplo de formalização transcende a obrigação legal de uma determinada ação passar por um processo de avaliação normalizado. Como requisito de eficácia à própria função avaliadora, a formalização corresponde ao grau em que aquela função avaliadora é absorvida no cotidiano da ação pública, como instrumento de correção de rumo das ações em curso e revisão de premissas das ações planejadas. A sistematização, por outro lado, corresponde à articulação entre diferentes momentos da avaliação ao longo do tempo. Para saber se uma dada linha de ação técnica e gerencial mostra-se eficaz em relação aos objetivos da política pública em que se insere, é preciso ter claro quais eram as condições iniciais da área objeto de intervenção antes que ela ocorresse, para isso articulando-se um diagnóstico com base nos mesmos indicadores que medirão sua eficácia no processo. E para medir os resultados finais da ação, com vistas a rever premissas e procedimentos no planejamento de uma próxima, é preciso que essa avaliação final seja relacionada a um referencial de desempenho compatível com os indicadores de diagnóstico e de monitoramento do processo enquanto a ação tinha curso. Em resumo, a função avaliadora de eficácia pública de uma política e dos programas e ações que a compõem, depende de uma articulação refinada entre diagnóstico, monitoramento e avaliação final para a qual é imprescindível, em cada segmento das políticas públicas, o concurso de conhecimento gerado em pesquisa aplicada nas respectivas áreas.

Sem essa transferência de conhecimento socialmente útil da universidade e das instituições públicas de pesquisa para as esferas de planejamento, execução e avaliação das políticas não se fecham os ciclos de formalização e sistematização do controle público, com vistas a uma gestão eficiente no uso dos recursos e eficaz nos seus resultados finais.

⁵ PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

Essa transferência, da forma como descrita, corresponde essencialmente ao interesse público identificado com a eficácia final da política, e não ao interesse privado de cada agente executor isolado.

No que respeita os sistemas integrados de normalização e qualidade de cadeias produtivas, a contribuição do conhecimento produzido na universidade também corresponde a uma demanda de interesse público. À parte o processo de desenvolvimento, inovação e transferência que possa ter lugar na cooperação direta com segmentos produtivos, com ou sem apoio de agências oficiais de fomento, existe um tipo de interação entre conhecimento e cadeia produtiva que se dá no plano mais geral da inserção estratégica do conjunto em relação ao processo de desenvolvimento, e esta interação transcende o interesse específico de cada segmento.

Os sistemas de normalização e gestão da qualidade, coordenados nas áreas governamentais de planejamento e de política industrial, em articulação com o sistema de ciência e tecnologia, coordenam – em diferentes níveis de profundidade, conforme o segmento – a formação de cadeias produtivas articuladas em torno de objetivos comuns. Os processos de normalização e gestão da qualidade contemplam a implantação gradativa de normas setoriais e códigos de prática baseados nas séries de normas ISO⁶ 9000 e 14000, que tratam, respectivamente, da gestão da qualidade propriamente dita e da qualidade ambiental.

Vistos de forma isolada, esses sistemas normativos e respectivos processos de certificação têm uma conotação nítida de instrumentos de interesse privado, dado que voltados à circulação de bens e serviços no comércio internacional. Em seu conjunto, no entanto, envolvem dimensões de interesse público não só pela ampliação do desenvolvimento econômico que promovem, mas pelo conteúdo intrínseco dos objetos de conformidade. A série ISO 9000 trata do sistema de gestão da qualidade, que amarra atributos dos bens e serviços simultaneamente a seu desempenho final e a seu processo produtivo. Essa amarração tem por base lógica a admissão de que ao observar determinadas condições operativas ao longo da linha de produção, a qualidade final do produto – ou serviço – tende a corresponder a um padrão desejado de desempenho. Uma vez certificadas essas condições de processo, algumas operações de teste de recebimento final podem ser dispensadas, conferindo racionalidade e eficácia ao processo de controle de qualidade no seu todo.

São muitos os objetos de interesse público e social intrínseco em uma sistemática como a da certificação da qualidade. Destaca-se, entre eles, a exigência de capacitação profissional da mão-de-obra envolvida. Esta afeta não só o processo específico objeto da certificação, mas grau de conhecimento do trabalhador, que a ele se incorpora. Sem falsas expectativas em relação ao caráter social do sistema normativo como tal, é inegável que o conjunto dos procedimentos estabelecidos em um setor como base de conformidade apresente um grande potencial de interesse social, caso o aporte de conhecimento técnico

⁶ ISO – International Organization for Standardization.

de áreas comprometidas com esse interesse seja suficiente para formular com clareza suas demandas. Em um fórum normativo não há espaço para demandas que não decodificadas em padrões e procedimentos pertinentes aos processos debatidos, e nessa decodificação reside o papel do conhecimento técnico posto a serviço da emancipação. Evidentemente não é no âmbito de um sistema de gestão da qualidade que se vão proceder a reformas estruturais de fundo em relação à desigualdade e à alienação, mas a falta de interlocução competente com os que poderiam representar interesses dos grupos sociais mais vulneráveis, é responsável pela omissão de componentes que poderiam ao mitigar essa vulnerabilidade. Não se trata apenas de aparelhar tecnicamente alguns grupos militantes, que como regra não participam do desenvolvimento dos trabalhos normativos, mas de estabelecer canais e processos estáveis de extensão do conhecimento técnico às instâncias coordenadoras na esfera estatal, esta sim investida de competência formal para intervir no processo normativo mais amplo.

É importante ressaltar que tem havido uma contribuição relevante do conhecimento tecnológico gerado na universidade em relação ao mérito dos processos de normalização e qualidade. A omissão relativa a matérias de peculiar interesse social ou ambiental, nos requisitos de qualidade, não é um problema dos profissionais e pesquisadores encarregados de trabalhar o conteúdo material do processo. Ela se origina na fragmentação do conhecimento desde a própria universidade, onde as correntes de racionalidade crítica e tecnológica não se articulam entre si. Não se trata de um problema formal de articulação entre as áreas de conhecimento estabelecidas, mas da criação de espaços de pesquisa transdisciplinar, organizados em torno dos objetos de interesse público da forma como se apresentam no mundo real.

De maneira análoga, existe um interesse público intrínseco no conteúdo das normas de qualidade ambiental baseadas na série ISO 14000. Neste caso, a falta de interlocução se deve mais a uma desconexão institucional na esfera das políticas setoriais e ambientais, entre si, do que à falta de canais de transferência e extensão do conhecimento. Há fóruns públicos de debate e decisão de política ambiental tanto na esfera federal como em vários estados e municípios brasileiros, que contam com participação ativa da universidade. O problema está em que muitas vezes o objetivo ambiental, que corta horizontalmente tanto áreas do conhecimento como o ordenamento institucional da ação pública, é apenas expresso com clareza na norma ambiental em si mesma, sem capilaridade nos vários segmentos normativos com que deveria interagir.

Não obstante, há processos específicos de interações, com razoável grau de capilaridade, que são animadoras quanto a perspectivas futuras. No âmbito do PBQP-H⁷, coordenado na área federal de política urbana, vários projetos e ações têm contado com contribuições multidisciplinares da universidade. Um exemplo é a incorporação do baixo consumo de água entre os requisitos de desempenho de sistemas prediais,

⁷ PBQP-H – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat, que inclui sistemas construtivos, componentes e instalações de interesse da habitação e da infra-estrutura urbana conexa.

abrangendo todo o corpo de normas e códigos de prática da área, com base em uma interação sistemática entre técnicos da administração e docentes e pesquisadores da área de construção civil da USP. Neste caso houve não só a articulação administração pública/universidade, como um processo de articulação induzida pela universidade, com base na lógica do conhecimento, entre órgãos da administração. A capilaridade de questões de interesse da conservação da água no âmbito de um segmento setorial foi possível por meio da aproximação com um programa federal também apoiado em cooperação técnica com a USP – o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água – envolvendo as áreas de construção civil e arquitetura e urbanismo. Essa menção é importante nesta análise não tanto pelos resultados específicos da experiência relatada, mas para apontar para o potencial de transferência e extensão do conhecimento em bases mais amplas que o de cada nicho disciplinar de origem.

Nessa linha de raciocínio, programas de pesquisa organizados no âmbito dos fundos setoriais, por corresponderem a uma demanda voltada a objetos e não a uma estrutura rígida de áreas acadêmicas, apresentam um potencial importante para a transferência de conhecimento transdisciplinar. Experiência recente de rede de pesquisa apoiada pelo fundo setorial CT-Hidro (recursos hídricos) da qual participaram pesquisadores de três departamentos da USP e dois da UFMG⁸, resultou na proposta de sistemas de apoio à decisão e modelos de gestão de políticas integradas de drenagem urbana, abastecimento de água e esgotamento sanitário em vias de transferência para implantação por parte da ANA⁹.

Mais uma vez, o interesse dessa experiência para este artigo prende-se mais às dimensões inovadoras de transferência e extensão do conhecimento e de seu papel na reorganização de áreas do que a seus resultados específicos. O conceito de gestão integrada, que mobilizou a organização da rede de pesquisa e o desenvolvimento do projeto no âmbito do fundo setorial em conexão com a Agência Nacional de Águas, desde sua definição extrapola os domínios metodológicos e as referências disciplinares específicas das áreas de conhecimento que envolve. Por isso mesmo é de difícil execução e enfrenta enormes dificuldades concretas de operação no âmbito das políticas públicas. Por outro lado, corresponde conceitualmente à única forma possível

⁸ Instrumentos de gestão integrada da água em áreas urbanas. Subsídios ao Programa Nacional de Despoluição das Bacias Hidrográficas e estudo exploratório de um programa nacional de apoio à gestão integrada. Convênio FINEP CT-HIDRO 23.01.0547.00. A rede envolveu, da parte da USP, pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Dep. de Tecnologia da Arquitetura) e Escola Politécnica (Dep. de Engenharia Hidráulica e Sanitária, Dep. de Engenharia de construção Civil), coordenados pelo Núcleo de Pesquisa em Informações Urbanas da Pró-Reitoria de Pesquisa, e da parte da UFMG, pesquisadores da Faculdade de Engenharia (Dep. de Engenharia Hidráulica e Recursos Hídricos, Dep. de Engenharia Sanitária e Ambiental).

⁹ ANA – Agência Nacional de Águas.

de gestão de bacias na estrutura do SINGRH¹⁰, organizado sobre um reconhecimento explícito de que a gestão da água depende de um sistema articulado e diversificado de instrumentos, que variam desde uso e ocupação do solo até monitoramento de qualidade da água, passando por uma complexa articulação de usos conflitantes da água, que corta horizontalmente múltiplos campos do conhecimento e diferentes instâncias setoriais da administração pública.

Essa dimensão horizontal e pragmática do conhecimento, inserida em um sistema de gestão de inegável interesse público como SINGRH, se faz por meio de um subsistema de apoio à pesquisa freqüentemente criticado por suposta subordinação a prioridades do sistema produtivo privado. O instituto do fundo setorial, em sua concepção, tem mesmo uma conexão com formas de organização da produção privada, pois deve apoiar o desenvolvimento experimental e a inovação tecnológica em áreas de parceria entre os setores público e privado.

A conexão entre público e privado também está presente nos dois outros sistemas discutidos nesta seção, da avaliação gerencial e da normalização e gestão da qualidade. Em si mesma a conexão não diminui o interesse público das políticas, dos programas e das ações que esses sistemas organizam e, menos ainda, sua dimensão estratégica na articulação entre conhecimento e progresso social. Por isso o subtítulo dado a esta seção “funções públicas do sistema produtivo privado”, no sentido de incluir o instrumental de gerenciamento e controle originalmente voltado ao sistema produtivo privado, hoje aplicado na execução das funções públicas.

Conclusões

O conhecimento socialmente útil, mesmo nas áreas de pesquisa voltadas predominantemente ao uso, não precisa ser necessariamente produzido para fins sociais imediatos. Não existe uma pesquisa de interesse social distinta das demais. Análise recente sobre as perspectivas de uma política de saneamento voltada à inclusão social (Silva 2005) mostra que o caráter socialmente inclusivo de uma tecnologia depende do quanto os ganhos em desenvolvimento e inovação sejam dirigidos à eficácia social da política que apóia. Não se traduz, necessariamente, na concentração de esforços de pesquisa e desenvolvimento pré-direcionados ao preenchimento de necessidades da demanda de interesse social.

O problema da transferência e da extensão do conhecimento para sua utilização social está mais na forma como combinar saberes produzidos a partir de uma organização

¹⁰ SINGRH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

de áreas que não corresponde à forma como os problemas concretos se apresentam no mundo real. Existe uma grande dificuldade na migração de conhecimento entre áreas, e as formas aceitas de disseminação do conhecimento científico e tecnológico não contribuem para diminuí-la. O pesquisador de uma área disciplinar que publica um artigo em periódico especializado submete o produto de sua pesquisa a sua comunidade, formada por pares. Mas isso não completa o ciclo de transferência e extensão socialmente útil, pois o debate do conhecimento entre pares não implica necessariamente essa derivação pragmática. Discutindo a relação entre produção científica e opinião pública, Habermas (1970c) mostra que sob a organização dos periódicos científicos especializados, a comunicação interáreas pode-se resumir apenas aos conteúdos de matérias de divulgação, sem que se explore as potencialidades de uma interação mais profunda.

“A revista que se destina a recensões representa apenas o primeiro passo de um processo de tradução, que sujeita a uma elaboração ulterior o material bruto da informação original. Uma série de revistas presta-se ao mesmo objetivo de uma comunicação entre cientistas das diversas disciplinas, que precisam de um intérprete para poderem utilizar no seu próprio trabalho as mais importantes informações de disciplinas limítrofes. Quanto mais a investigação se especializa, tanto maiores são as distâncias que uma informação importante deve superar para poder entrar no trabalho de um outro especialista: os físicos informam-se no *Time Magazine* sobre os novos desenvolvimentos da técnica e da química.” (Habermas 1970c: 124-25).

É falho o sistema de comunicação científica quando limitado aos domínios disciplinares de origem da pesquisa, pois não explora os potenciais de cooperação e interação entre diferentes domínios. É difícil que dois pesquisadores quaisquer, advindos de áreas diferentes entre si, troquem idéias sobre conceitos específicos de suas respectivas áreas sem uma decodificação prévia. De certa maneira, a revista de divulgação no exemplo de Habermas (op.cit.) faz um papel de decodificação. No entanto, a decodificação para o público em geral exige que a matéria seja tratada em um nível de complexidade conceitual muito mais baixo que no caso do entendimento entre dois pesquisadores de áreas distintas. Estes, embora formados com base em métodos e objetos peculiares a suas áreas, dominam um substrato comum de pensamento lógico e de prática acadêmica que abre caminho para uma troca em nível suficiente para a formação de espaços transdisciplinares de pesquisa, no conceito abordado por Fuchs (2004) para a reorganização do conhecimento.

A formação de espaços institucionais e acadêmicos para uma pesquisa transdisciplinar deve corresponder, em sua concepção, a um desenho diversificado e rico de conexões entre áreas de conhecimentos e entre estas e as entidades que planejam, operam e avaliam as políticas públicas. A extensão universitária tem um papel central na organização desses espaços, necessariamente flexíveis quanto às formas de cooperação que se possam estabelecer entre a instituição universitária e as instâncias executivas responsáveis pelo conjunto da ação pública demandante de conhecimento.

É irrelevante, na formação desse espaço institucional, a natureza jurídica dos contratos e os procedimentos administrativos aplicáveis à gestão de projetos específicos. Eles podem envolver entidades de direito público ou privado, indistintamente, se observado o caráter público e socialmente transformador dos conteúdos produzidos,

transferidos e disseminados a partir da prática acadêmica. No complexo estatal que abriga a execução das políticas públicas coexistem órgãos e entidades da administração direta e indireta, e entre as últimas várias de direito privado, sem que essa condição seja em si mesma definidora do caráter público e da utilidade social intrínseca a elas. São indiscutíveis o caráter público e a utilidade social de pessoas de direito privado como a Embrapa e a Petrobrás, para ficar em dois exemplos emblemáticos e bem conhecidos em nível nacional, enquanto são bastante duvidosas a legitimidade e a funcionalidade pública de alguns órgãos da administração direta, nascidos e criados no seio do patrimonialismo que desde sempre se alimentou do saqueio do Estado.

A universidade tem sua riqueza na diversidade de métodos e objetos com que trabalha. Respeitar a diversidade é fundamental para sua sobrevivência e para a ampliação de suas perspectivas de utilidade social, na relação com o Estado e com as políticas públicas para as quais pode direta ou indiretamente contribuir. Não pode haver hegemonia de pensamento único. A universidade não pode ser dominada nem pela tecnologia autoritária que em nome da eficiência sufoca a crítica, nem pela crítica militante que sufoca quaisquer formas de transferência – e em última análise de materialização da função social do conhecimento – que não referidas nos cânones de uma pureza científica idealizada, anacrônica em relação às necessidades objetivas da sociedade que a sustenta.

Referências

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Brasília. IPEA. Planejamento e Políticas Públicas. n. 21, junho de 2000. p. 211-259.

FUCHS, C. **Science as a self-organizing meta-information system**. Research paper. 'Human Strategies in Complexity: Philosophical Foundations for a Theory of Evolutionary Systems' Project. 2004. (<http://www.self-organization.org>). PhilSci Archive <http://philsci-archive.pitt.edu/archive/00001621/>.

HABERMAS, J. Trabalho e interação. In: **Técnica e ciência como "ideologia"**. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Lisboa. Edições 70. 1970a. p. 11-43.

HABERMAS, J. Técnica e ciência como "ideologia". A Herbert Marcuse nos seus 70 anos a 19/07/1968. In: **Técnica e ciência como "ideologia"**. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Lisboa. Edições 70. 1970b. p. 45-92.

HABERMAS, J. Política científica e opinião pública. In: **Técnica e ciência como "ideologia"**. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Lisboa. Edições 70. 1970c. p. 107-128.

MARCUSE, H. **One-Dimensional Man**. Studies in the ideology of advanced industrial society. Boston. Beacon. 1964. Full text available in <http://www.marcuse.org>.

MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In Marcuse, H.; K., D. (eds.). **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo. Fundação Editora da UNESP. 1999.

MEYER, H. Bauhaus Dessau 1927-1930. **Experiencias sobre la enseñanza politécnica**. In: Gilli, G. (ed.) El Arquitecto y la Lucha de Clases. Barcelona. 1972.

SILVA, R. T. **Eficiência e eficácia da ação governamental: uma análise comparativa de sistemas de avaliação**. Relatório técnico. Projeto BID-IPEA 'Fortalecimento da Função Avaliação nos Países da América do Sul'. IPEA. Brasília. 2002.

SILVA, R. T. **Pesquisa em saneamento**. Elementos para uma tecnologia socialmente inclusiva. Anais. Seminário preparatório à 3a. Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Inclusão social. Brasília, março de 2005. (no prelo)

STOKES, D. E. **O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2005. p. 73-104.

O Enigma de Um Dia (detalhe), 1914, Giorgio De Chirico.
Acervo do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo



ENTREVISTA

Foto Academia Brasileira de Letras



Fotos arquivo Calendário de Cultura e Extensão



PROFESSOR ALFREDO BOSI

Alfredo Bosi nasceu em São Paulo, em 1936, filho de Teresa Meli, salernitana, e Alfredo Bosi, paulista de raízes toscanas e vênetas. É casado com Ecléa Bosi, com quem tem dois filhos.

Cursou Letras Neolatinas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Estudou Filosofia da Renascença e Estética na Facoltà di Lettere de Florença. Lecionou Literatura Italiana na USP, onde defendeu doutoramento sobre a narrativa de Pirandello e livre-docência sobre poesia e mito em Leopardi.

Voltando-se para os estudos brasileiros, passou, desde 1971, a integrar a área de Literatura Brasileira da USP, onde é professor titular. Foi professor convidado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de 1996 a 1999, e diretor do Instituto de Estudos Avançados entre 1997 e 2001. Membro da Academia Brasileira de Letras, a partir de 2003, onde ocupa a cadeira nº 12. Atualmente é editor da revista Estudos Avançados.

É autor de O pré-modernismo (Cultrix, 1966); História concisa da literatura brasileira (Cultrix, 1970 – 42ª ed., 2004; México, Fondo de Cultura Económica, 1983 – 2ª ed., 2001); O conto brasileiro contemporâneo (Cultrix, 1975 – 14ª ed., 2002); “As letras na Primeira República” em O Brasil republicano (Difel, 1977); O ser e o tempo da poesia (Cultrix, 1977; 6ª ed., Companhia das Letras, 2000; Prêmio Associação Paulista dos Críticos de Arte 1978); Reflexões sobre a arte (Ática, 1985 – 7ª ed., 2002); Céu, inferno (Ática, 1988); Dialética da colonização (Companhia das Letras, 1992 – 4ª ed., com posfácio, 2001; Paris, L’Harmattan, 2000); “O tempo e os tempos” em Tempo e história (Companhia das Letras, 1992); Leitura de poesia (org. e apres., Ática, 1996); Machado de Assis. O enigma do olhar (Ática, 1999); Machado de Assis (Publifolha, 2002); Literatura e resistência (Companhia das Letras, 2002).

Sandra Lencioni - Professor Bosi, hoje em dia falamos de cultura com múltiplos sentidos e em vários foros de diferentes naturezas. Embora isso não tenha criado empecilhos para discutirmos a cultura, por que esse termo é tão polissêmico? Seria possível pensarmos numa definição de cultura?

Alfredo Bosi - Uma definição da cultura hoje em dia se tornou particularmente difícil, porque a cultura pode ser estudada de vários pontos de vista e precisaríamos escolher uma perspectiva para poder defini-la.

Como professor de língua portuguesa e pessoa que sempre se dedicou ao estudo do que se chama de Humanidades, eu gostaria de remontar ao primeiro significado da palavra *cultura* na tradição romana. A palavra *cultura* é latina e sua origem é o verbo *colo*. *Colo* significava, na língua romana mais antiga, “eu cultivo”; particularmente, “eu cultivo solo”. A primeira acepção de *colo* estava ligada ao mundo agrário, como foi Roma antes de se transformar naquele império urbano que nós conhecemos. Os romanos começaram efetivamente pela agricultura. A palavra agricultura diz muito: “cultura do campo”.

Inicialmente, a palavra *cultura*, por ser um derivado de *colo*, significava, rigorosamente, “aquilo que deve ser cultivado”. Era um modo verbal que tinha sempre alguma relação com o futuro; tanto que a própria palavra tem essa terminação *-ura*, que é uma desinência de futuro, daquilo que vai acontecer, da aventura. As palavras terminadas em *-uro* e *-ura* são formas verbais que indicam projeto, indicam algo que vai acontecer. Então a cultura seria, basicamente, o campo que ia ser arado, na perspectiva de quem vai trabalhar a terra.

Esse significado material da palavra, relacionado com a sociedade agrária, durou séculos; até que os romanos conquistaram a Grécia e foram em parte helenizados. Nós sabemos a extrema importância da cultura grega, da arte e da filosofia grega para o desenvolvimento da cultura romana. E os gregos tinham já uma palavra para o desenvolvimento humano, que era *paideia*.

Paideia significava o conjunto de conhecimentos que se devia transmitir às crianças – *paidós* (criança é *paidós*) – daí Pedagogia, que é a maneira de levar a criança ao conhecimento. Dessa raiz é que se criou *paideia*, que por volta do primeiro século antes de Cristo, o momento forte da helenização de Roma, passou para o Império Romano e carecia de uma tradução em latim. Os romanos sabiam o que era *paidéia*, pois os seus pedagogos eram escravos gregos que iam para a Itália; alguns contratados e outros como escravos deveriam trabalhar para os seus donos e tinham a função de ensinar grego e retórica para os meninos das famílias patrícias.

Nessa altura, a Grécia também exercia a função de “emprestar” palavras; começava-se a usar palavras gregas frequentemente entre os romanos. Só que, por outro lado, o nacionalismo romano também exigia que se traduzissem os termos gregos. E qual era o paralelo que eles podiam fazer? Os romanos não tinham nenhum termo que significasse “conjunto de conhecimentos que deveriam ser transmitidos à criança”.

Mas, conhecendo a palavra *paideia* e não querendo usá-la porque era uma palavra estrangeira, passaram a traduzi-la por *cultura*. A palavra cultura passou do significado puramente material que tinha em relação à vida agrária para um significado intelectual, moral, que significa conjunto de idéias e valores.

É tardio isso, só a partir do primeiro século é que se encontram exemplos da palavra nessa acepção; se a gente for aos dicionários de latim compilados depois da época imperial, encontramos cultura sempre definida em primeiro lugar como o amanho do solo, o trabalho sobre o solo, ligado sempre ao verbo *colo* e seus derivados, por exemplo: *in-cola* – aquele que mora num certo lugar; *inquilino* – aquele que mora num lugar que não é seu; *colônia* – lugar para onde se deslocam trabalhadores que vão arar em outras terras. *Culto* vem do particípio passado de *colo* (*colo* é o verbo, que tem um particípio passado: *cultus*), é aquilo que já foi trabalhado. Depois, passou a ter um significado espiritual-religioso. Aliás, entre parênteses, nós não sabemos se o significado religioso foi anterior ou posterior ao significado material. Agora, *cultura* certamente sabemos que passou de um significado material para um significado ideal e intelectual.

Essas observações que estou fazendo, etimológicas, poderão nos servir como um fio em nosso discurso, porque ambos os significados sobreviveram nas línguas modernas. Podemos falar na cultura do arroz, na cultura da soja, na cultura do trigo, entendemos muito bem que é uma terra cultivada; falamos em *cultivo* (palavra também derivada de *colo*) e mais ainda, com freqüência, usamos a palavra cultura na acepção ideal, que é muito rica, porque traz dentro de si, na forma verbal terminada em *-ura*, a idéia de futuro, de projeto.

Se tivéssemos que definir a palavra a partir dessas considerações, teríamos uma riqueza de possibilidades, porque a cultura, pensada como um conjunto de idéias, valores e conhecimentos, traz dentro de si, em primeiro lugar, a dimensão do passado. Muitos conhecimentos foram herdados de outras gerações, não estamos começando do zero, muito pelo contrário, cada ano que passa acumula mais conhecimento. Cada vez mais a dimensão cumulativa, a dimensão de passado, se impõe. É extraordinário como a nossa memória tem que ficar cada vez mais enriquecida, porque o tempo passa e a memória cresce proporcionalmente.

Sem dúvida nenhuma, a primeira idéia que temos quando falamos em cultura é a de transmissão de conhecimentos e valores de uma geração para outra, de uma instituição para outra, de um país para outro; subsiste sempre a idéia de algo que já foi estabelecido em um passado - que pode ser um passado próximo ou um passado remoto. Evidentemente, nossa cultura tecnológica tem proximidade com a Revolução Industrial e com tudo o que veio depois, ao passo que a cultura humanística deve remontar aos gregos e aos romanos, há 2.000 ou 3.000 anos atrás. Não importa: seja um passado recente, séculos XIX e XX, seja um passado remoto (antes de Cristo, ou épocas arcaicas), sempre a palavra cultura carrega dentro de si a idéia de transmissão de idéias e valores.

Mas, voltando à etimologia, cada vez mais nos preocupamos com a outra dimensão, que é a *dimensão do projeto*. Não basta que nós herdemos do passado todas essas riquezas, é

preciso que continuemos aprofundando certos veios; se a cultura está sempre *in progress*, ela está sempre em fase de desvios, ela não é algo estabelecido para sempre. Só as culturas em decadência é que fixam, congelam, tal como a cultura bizantina, que, dizem, durante mil anos repetiu as fórmulas do Império Romano do Oriente; ou a cultura chinesa, antes de a China entrar em contato com o mundo ocidental, também codificou formas, comportamentos; a japonesa também.

No mundo contemporâneo, ao contrário, cada vez menos nos atemos à fixidez das fórmulas e cada vez mais (como a cultura é um complexo de conhecimentos científicos, técnicos etc., e não só históricos) nos preocupamos em criar *projetos de cultura*; e cada vez mais, além desta criação, os nossos ideais democráticos exigem uma *socialização do conhecimento*. Não só cavar na matéria em si da cultura, mas também estendê-la na linha da comunicação, na linha da socialização; e fazer com que este bem seja repartido, distribuído, da maneira mais justa e mais ampla possível, o que é próprio da sociedade democrática.

Sandra Lencioni - Da mesma maneira que a cultura está sempre *in progress*, ou seja, não se constituindo em algo estabelecido, estaria, igualmente, *in progress* a compreensão política do que vem a ser a cultura?

Alfredo Bosi - A dimensão da democratização, a dimensão propriamente social, hoje me parece que está muito vinculada à própria idéia de cultura. Tanto é verdade que ouvimos expressões do tipo: “cultura de cidadania”, “cultura ecológica”, como se cultura fosse não só uma somatória de conhecimentos, uma enciclopédia, mas também *um comportamento público*. Ouvimos dizer: “já temos uma cultura ecológica, vejo que as pessoas não estão mais jogando papelzinho de bala no chão”. O que é isso? É uma forma de cultura ecológica. Ou então: “vejam, as pessoas estão indo muito ao Procon, elas estão reclamando os seus direitos”; está havendo uma cultura da cidadania. Acho que essas expressões estão ligadas a uma concepção democratizante da palavra cultura, que não existia há algum tempo atrás. É um progresso. Quer dizer que cultura hoje significa não só conhecimento, mas valor. Significa não só soma de informações, mas atitudes públicas, o que enriquece extraordinariamente a palavra e mostra um progresso.

Se nós sairmos do campo das Humanidades em geral, campo no qual eu me situo como professor de Letras, e se formos bater à porta da Antropologia, que é a ciência que, por excelência, estuda as culturas, vemos que a palavra passou a ter um significado ligado a *modos de ser das etnias*. Na Antropologia, sobretudo a partir de Franz Boas, no começo do século XX, *cultura* foi substituindo com grande vantagem a palavra *raça*. Sabe-se o quanto a palavra *raça* sofreu um uso negativo, sobretudo no século XIX, mas também no século XX. Está aí o nazismo para ilustrar a tragédia da idéia de *raça*. E os antropólogos passaram a evitar a palavra *raça*, verificando a sua impropriedade; mas eles precisavam de um termo que ultrapassasse as características físicas das populações – cor de pele, forma de cabelo etc., que eram próprias da Antropometria antiga, e uma palavra que abrangesse os

mores, a língua, a religião, os comportamentos variados. E a palavra cultura entrou como uma luva, porque ela já vinha do passado e já incluía valores e conhecimentos.

Nesse sentido específico, a palavra é usada às vezes como sinônimo de população, de etnia. A grande vantagem desse significado preciso é a superação do etnocentrismo, a superação do preconceito de que há só uma perspectiva correta, ideal, capaz de julgar todas as outras. Embora o etnocentrismo seja ainda muito forte, quer sob a forma de eurocentrismo, quer sob a forma de americanocentrismo e sob outras formas também, vejo que vem crescendo no contexto universitário e na mídia a idéia de que todas as culturas merecem a mesma consideração, o mesmo respeito, e que o ideal da chamada globalização não é tanto a interdependência econômica (que gera, como se sabe, tantos desequilíbrios), mas a interdependência cultural. Hoje temos acesso pela imagem, pelos livros e pela mídia, a outras culturas, e desenvolveu-se uma cultura da tolerância, que vem a ser também uma conquista recente.

Veja que tenho uma perspectiva otimista, procurando ver como se pode desentranhar da palavra cultura valores positivos. Acho isso bom, neste tempo em vivemos, tão cheio de sombras. Essas são conquistas da modernidade que não deveríamos perder e que a universidade deve manter.

Sandra Lencioni - Falando em diversidade de culturas, podemos distingui-las de diversas maneiras. Contudo, é necessária uma profunda compreensão do que seja cultura para que as distinções elaboradas se constituam em instrumentos para a compreensão dessa diversidade. Nesse sentido, como o senhor distinguiria as culturas e, em especial, a *cultura brasileira*?

Alfredo Bosi - Em um primeiro momento, quando estudei em meu livro *Dialética da Colonização* as chamadas “culturas brasileiras”, isto é, quando me preocupei em desenhar um primeiro mapa, o resultado que obtive foi o de uma tripartição bastante nítida usando sempre o plural, *culturas brasileiras*, porque me pareceu que não existe uma única cultura brasileira, como não existe uma única cultura francesa, uma única cultura inglesa etc. Adotando sempre o plural, me pareceu que se pudesse traçar um mapa social e destacar inicialmente uma cultura “alta” – que seria a cultura universitária, a cultura acadêmica, a cultura científico-humanística (usando os dois adjetivos), que é o saber efetivamente transmitido pelas universidades. Dentro de um sistema institucional, a universidade é o lugar da produção e da reprodução dessa cultura.

É claro que seríamos elitistas se nos ativéssemos só a esse espaço. Embora nas sociedades modernas a tendência é alargar esse campo formal e torná-lo acessível à maior parte da população, isso não significa que a cultura universitária e a linguagem universitária sejam os únicos meios de comunicação de conhecimentos e valores de uma sociedade. Existem outras formas.

Uma segunda forma que estaria quase do lado oposto, do ponto de vista de classe, de recursos, seria a chamada cultura popular, que já não é mais o folclore. Folclore é uma palavra cunhada pelos românticos no século XIX e significava “a sabedoria do povo”; “Folk” = “Povo” e “Lore” é um substantivo inglês, hoje muito pouco usado, erudito, que significa “sabedoria, conhecimento”. A palavra foi criada por um antropólogo chamado Thompson, nos meados do século XIX, não tenho a data precisa. Foi um momento em que a “Europa das nações” se voltou toda para o conhecimento do povo. Desejava-se mostrar que o povo tinha uma sabedoria própria, sobretudo o povo do campo, e que era necessário conhecer os seus provérbios, os seus usos, as suas formas de vida e de linguagem.

Tudo isto estaria quase condenado ao desaparecimento por causa da Revolução Industrial. Então os estudiosos, principalmente os amantes de Literatura, de Música e de História, começaram a recolher, como se fossem relíquias, as expressões populares; quase todos os dicionários de provérbios, dicionários de usos e costumes datam dessa época ou dessa época em diante. E o folclore passou a ter um estatuto de ciência, ligado à sociologia, à demografia. Começaram a se criar museus de folclore em toda Europa. E quando se cria um museu de alguma coisa é porque a gente tem medo que aquela coisa não seja conservada, desapareça.

Sandra Lencioni - Poderíamos dizer, então, que a cultura popular tenda a ser residual na sociedade contemporânea?

Alfredo Bosi - Os poetas começaram a se inspirar nessa “literatura” oral e de fato a pergunta é esta: o folclore em estado puro parece ter desaparecido ou no máximo é residual? *Eu não diria, drasticamente (é minha hipótese), que a cultura popular tenha desaparecido.* A cultura popular é uma realidade ampla. Ela está refugiada em lugares menos atingidos pela Revolução Industrial, mas muitas vezes o migrante a traz para a cidade. No recesso do seu lar ele conserva expressões, sotaques, receitas de comida, esconjuros e superstições; a fonte reprodutora é a educação que, desde criança, essas pessoas receberam dos seus pais e avós. Aparentemente, quando a gente vê esses migrantes na rua, trabalhando em serviços e fábricas, parece que estão inteiramente integrados na cultura de massa, da qual vou falar daqui a pouco, ou na cultura escolar. Mas um estudo antropológico detalhado irá verificar que eles trazem em si costumes tradicionais ou, segundo uma perspectiva racionalista, “superstições”.

Eu me lembro de uma aluna, uma candidata a entrar no curso de Matemática e Estatística aqui da USP, que é um vestibular muito competitivo, pois poucos alunos poderiam ser admitidos logo à Informática, que exige um corte mais alto de nota. Essa moça, filha de imigrantes japoneses, que falam com dificuldade o português por causa da influência japonesa em Java, queria fazer o vestibular. Então ela guardou um ramo

do Domingo de Ramos (ela foi à missa de Ramos, onde se distribuem e se abençoam ramos). Ela o guardou e disse que nesse dia ia colocá-lo em cima do computador, para dar sorte. De um ponto de vista racionalista, puramente racionalista, teríamos aqui uma “contaminação” do arcaico, do supersticioso, com o que de mais moderno pode haver, a Informática. Um antropólogo diria: “Aqui temos uma combinação de culturas”. Existe a cultura tecnológica, e a candidata, para entrar nessa esfera, que é tão competitiva, não se sentia com forças, sozinha. No caso, ela precisou de um objeto que fosse carregado de algo sagrado, transcendente, uma “força” que pudesse ajudá-la. A cultura arcaica vive em um campo dessas forças.

Isso é um exemplo, entre muitíssimos. Quando converso com certas colegas de antropologia, elas me dizem: “Aqui na antropologia há muitos macumbeiros”, e eu rio, mas elas talvez falem a verdade... Não sabemos até onde vai a curiosidade científica dos estudiosos e até onde começa realmente a convivência que passam a ter nos terreiros de umbanda ou de candomblé, tão respeitáveis como os templos católicos ou protestantes.

Mas não vamos a casos extremos. Antonio Gramsci dizia muito bem, nos *Cadernos de Cárcere*, escritos nos anos 30: “A nossa mente é um mosaico”. A mente do homem dito simples, do homem do povo, que é maioria absoluta, é um mosaico, em que existem medos e superstições arcaicas ou medievais, ou ainda mais antigas junto a conhecimentos moderníssimos transmitidos pela escola, ou pela última tecnologia. Então a mente – a mente popular – não tem essa homogeneidade que nós poderíamos supor. E é justamente a psicologia social do cotidiano que mostra o quanto existe ainda uma cultura popular.

E quando falamos em cultura popular não temos que pensar só no que está acontecendo lá nos cafundós do Piauí, isto é, em lugares onde se reproduzem sempre os costumes rústicos, mas numa cidade como São Paulo, que tem uma enorme periferia e onde as pessoas trazem certas características regionais, principalmente de linguagem, e que são inconscientes porque aprendidas na infância. Sem falar nos elementos como o sotaque – logo se percebe quando a pessoa vem de um meio popular e interiorano; ela tem certos traços que conserva a vida inteira e que, quando entram na consciência cultural do falante, ele procura evitar. E o fato de ele evitar é mais um indício de que está posto entre duas culturas: uma que ele deseja recalcar e a outra que ele aspira imitar.

Há a realidade da cultura popular que não se deve ignorar, embora ela não tenha mais aquela solidez e unidade que conservava até o século XIX. Até o século XIX a Revolução Industrial não se havia espalhado pelo mundo inteiro; nem mesmo na Europa: Portugal, Espanha, o sul da Itália, os Países Balcânicos – quanto tempo levaram ainda, com suas tradições camponesas, festas, padroeiros! - Pessoas que são descendentes dos italianos do sul sabem muito bem o que significa isso. Há costumes muito fortes que continuam e às vezes entram em choque com o que se chama de modernidade burguesa e capitalista.

Sandra Lencioni - Diante da pluralidade e fluidez com que se apresenta a cultura popular como podemos caracterizá-la? Como apreender essa diversidade e volatilidade?

Alfredo Bosi - Tentei caracterizar a cultura popular com dois termos, um substantivo e um adjetivo. Materialismo animista. Ela é muito ligada à matéria, muito ligada à alimentação, muito ligada ao trabalho. No caso da mulher é muito ligada aos objetos domésticos e à conservação da casa. No caso do campo, é muito ligada aos instrumentos, ao plantio, à domesticação de certos animais. Então nesse sentido ela é *materialista*, não absolutamente, abstratamente, ou em qualquer sentido filosófico; ela está enraizada em quem põe a mão na massa para sobreviver. Mas ao mesmo tempo, ela é *animista*. Porque aquelas coisas tão materiais, sobretudo no campo, podem aparecer ora positiva ora negativamente. Isto é, de modo favorável ou desfavorável, como se este mundo, esta natureza, com a qual as pessoas do povo, sobretudo no mundo rural, precisam constantemente entrar em contato, tivesse uma alma; há uma intuição de que as plantas “sentem”, de que é necessário fazer o plantio numa época em que a lua esteja “atraindo”; ou cortar as unhas e os cabelos numa certa fase lunar - não que isso não seja até verificável cientificamente. E na mente popular há ervas malignas e ervas benignas, o que também é, em outro estilo de pensar, objeto da ciência.

Então o universo todo é dividido em forças positivas e forças negativas, como se tudo fosse animado. Guimarães Rosa, que foi um extraordinário pesquisador e coletor dos costumes do centro e norte de Minas, mostra em alguns dos seus contos que os viventes do sertão estão em um universo que às vezes é *fasto*, às vezes é *nefasto*. É a história de pé esquerdo e pé direito. Há coisas que são fastas, porque ajudam de fato a gente, e há coisas que são nefastas e devem ser afastadas. Há animais, plantas, até pessoas – consideradas portadoras de maus espíritos – daí vem o sentimento de que certas pessoas têm um “mau-gênio”. Gênio quer dizer espírito para o povo: a pessoa pode estar encapetada... A suposição de que aquela pessoa é sempre assim, com más-disposições, ao passo que a outra não, pois tem um “gênio feliz”, liga o corpo a um mundo espiritual, imanente e transcendente.

Tudo isso se pode dizer com um substantivo e um adjetivo: é um *materialismo*, porque está vinculada à matéria, à natureza, às coisas; e é *animista*, porque essa matéria não é uma matéria asséptica feita de objetos do mundo que seriam totalmente exteriores à nossa alma; não, é um universo que tem alma. Assim, esta planta padece algum sentimento, ela “sentiu” muito a chuva, o granizo, o frio... Quanto aos animais, basta pensar na identidade das palavras: animal e alma! E as metáforas todas são animistas. E é curioso indagar por que um escritor tão refinado como Guimarães Rosa, que sabia muitas línguas, um homem que tinha lido toda a literatura universal, desde a Bíblia até Pound, Eliot e o que há de mais moderno, se apaixonava por esse universo. E porque ele se apaixonava

por esse universo é que pôde escrever os seus contos e novelas, onde se encontram verdadeiros tesouros de cultura popular trabalhados por um escritor erudito.

Existe, portanto, o universo da cultura popular. Eu insisto nesse ponto porque, quando escrevi a *Dialética da Colonização*, recebi algumas críticas de pessoas que achavam que eu estava ainda, de alguma maneira, dando peso a uma realidade que, se não tinha desaparecido, estava desaparecendo. Faltará talvez a algumas dessas pessoas, por motivos fortuitos, uma sensibilidade a esse universo. Elas vão a uma festa de São Gonçalo do Amarante, a uma procissão como a do Círio de Nazaré ou do Bonfim, ou então àqueles santuários impressionantes que existem no interior de São Paulo, em Iguape, em Perdões, em Pirapora; e, como são completamente exteriores àquilo, pois são pessoas de formação urbana e muito cerebrina, desconsideram a qualidade dos sentimentos das pessoas envolvidas. Elas vêem somente a exterioridade pública das cerimônias, dos gestos, das orações. A reificação burguesa já esterilizou os seus corações e as suas mentes.

Mas acontece que aqueles romeiros estão, de fato, envolvidos e envolvimento significa valor, portanto cultura.

Sendo a cultura popular algo muito mais difuso do que a cultura universitária, esta sempre parece mais sólida e mais definida. Ela provê as disciplinas, os cursos, as carreiras, os diplomas; em suma, a universidade ocupa um lugar social privilegiado; a universidade dispõe de um esquema de reprodução oficial e mercadológico. Ela produz, cria produtos, que a gente pode até quantificar (hoje se quantifica muito); enfim, ela é tão localizável que pode ser até quantificável. A cultura popular subsiste em outro nível de socialização. A cultura popular, num país como o Brasil de quase duzentos milhões de habitantes, é uma realidade esparsa e difusa; como é que você vai dizer generalidades sobre uma cultura que tem aspectos no Rio Grande do Sul tão diferentes dos da Amazônia, da Bahia ou de Minas? E esta dificuldade mesma de você empunhar a realidade da cultura popular faz com que muitas pessoas não a vejam nem a reconheçam, pois não saberiam dar um nome àquelas múltiplas expressões. Antigamente havia o puro folclore; eram tempos em que a vida rústica tinha uma consistência muito grande. Você podia sair da sua cidade e ver e estudar o folclore. Um estudioso, por exemplo, podia pesquisar como é que se fazia pote no interior de Minas Gerais. O estudioso podia fazer uma tese sobre essa manifestação do folclore.

Hoje é complicado, porque provavelmente aquele oleiro já está ligado ao mercado, ou então os filhos dele querem cursar uma universidade... Hoje é muito difícil você segurar na mão uma situação que efetivamente está misturada com outras. Mas isso não significa que tenham desaparecido aqueles *itens*, como se dizia antigamente, por exemplo, fabricação de cestarias ou fabricação de potes, ou então rezas, ou então modos de curar... Digo "itens", entre aspas, não gosto muito dessa palavra que os etnógrafos usavam para rotular a cultura popular, como se as expressões vitais e sociais estivessem todas compartimentadas. Vamos chamar de "aspectos"; alguns estão ainda vivos, embora tenhamos que admitir que a chamada *indústria cultural* avança de todos os lados, pois

estamos num regime capitalista em que efetivamente os bens são mercadorias. Vamos enfrentar o tema da *indústria cultural*?

Os produtos todos da cultura popular entram no mercado e os seus criadores também precisam entrar no mercado, ou como produtores ou como comerciantes, ou como consumidores. O universo da economia capitalista está em toda parte. É praticamente impossível você descobrir um nicho onde esses bens não sejam mercadorias. E, por sua vez, a linguagem popular, a arte, as suas criações simbólicas, também acabaram vampirizadas pela mídia como elementos de televisão, elementos de imprensa. Se a cultura popular está estacionária e, para alguns, está em declínio, a cultura de massa, ao contrário, vive uma situação de crescimento, de acumulação, de progressão.

Sandra Lencioni - Enquanto uns consideram que a cultura popular esteja em declínio e outros, como o senhor, que, além das aparências, destacam a importância de se considerar os elementos difusos da subjetividade, como os valores, os sentimentos e as representações como elementos imanentes da cultura, relativizando, assim, a idéia de descenso da cultura popular, parece que, em relação à cultura de massas, todos são unânimes em apreçoar seu vertiginoso crescimento. Afinal, o que vem a ser a cultura de massas e por que ela vem se desenvolvendo de forma progressiva?

Alfredo Bosi - Uma palavra ainda sobre a expressão “cultura de massa”, que foi muito usada, principalmente pelos norte-americanos. Os sociólogos americanos criaram a expressão *mass culture*, que foi moeda corrente até os anos 50. Nos anos 50 falava-se em *mass communication*, *mass culture*, muitos livros traziam esses títulos. Mas na Europa, particularmente na Alemanha, com a Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, filósofos marxistas) implantou-se uma forte tendência humanista (não eram marxistas ortodoxos do tipo stalinista; muito pelo contrário, fizeram uma crítica radical às ditaduras soviéticas, mas continuaram marxistas no sentido de criticarem a fundo o sistema capitalista). Estes filósofos eram críticos da cultura de massas e eles próprios, sobretudo Adorno, julgaram que essa expressão era inadequada, porque *cultura de massas* poderia dar a impressão de que é uma cultura produzida pelas massas; cultura de massas, como se as massas, que são alguma coisa anônima, (massas de uma cidade, massas de um país – a palavra “massa” já é por si anônima) produzissem cultura.

Haveria a cultura da elite e a cultura das massas. E isso não é verdade, trata-se de uma cultura feita para as massas. Então, para dar o nome exato, eles o substituíram por “indústria cultural”. Aqui, a tônica vem no substantivo “indústria”, que são artefatos, são coisas feitas para serem fruídas pela massa. Não só objetos, mercadorias, como também bens culturais: novelas, músicas, enfim, todo tipo de informação e de artefato que imite a arte e de algum modo utilize certos princípios de formalização artística, mas que tem por objeto cativar o que seria o gosto desse público, que torna tudo enorme e anônimo.

E aí fica a tripartição, resumindo: cultura universitária, cultura popular e, no meio, no grande meio que acaba tocando tanto a cultura universitária como a cultura popular, e invade todas as casas de todas as classes, nós teríamos a indústria cultural.

Sandra Lencioni - A figura de elos entrelaçados, tendo como elo central a indústria cultural, nos coloca o desafio de refletir sobre essas interfaces. Como se desenvolvem as relações entre esses elos?

Alfredo Bosi - É claro que um discurso mais complexo teria que mostrar as inter-relações. Como é que a cultura universitária se alimenta da cultura de massa (a indústria cultural); como a cultura universitária se alimenta da cultura popular; como a cultura popular se alimenta da cultura de massa - o radinho de pilha, o celular, a televisão, o computador entram em casa - a cultura popular hoje está cercada pela cultura de massas; como é que a cultura de massas, para se alimentar, precisa saber o que hoje está acontecendo lá no Bonfim da Bahia; quer dizer, como é que a indústria cultural precisa da universidade. Nós somos frequentemente chamados a nos manifestar, quer dizer, a indústria cultural precisa se alimentar da cultura universitária, porque ela própria não tem dentro de si nada, ela é parasitária, ela precisa agarrar informação de toda parte.

Para interpretar valores e conteúdos a mídia está recorrendo a professores, a pesquisadores a todo momento. A divulgação que se faz através da indústria cultural precisa da universidade. A universidade, por sua vez, também está atravessando a fronteira da indústria cultural. Certos aparelhos da indústria cultural estão sendo usados na educação à distância. Há professores que se transformam em verdadeiros *shows*, imitando aquele estilo de “motivação” do auditório. Quando uma tese vira mercadoria, quando uma idéia vira mercadoria, um valor de troca para que o docente suba na sua carreira, ou então possa vendê-la para a indústria cultural, o que está acontecendo? Houve uma inserção do espírito da indústria cultural na própria universidade. A universidade não fica na famosa “Torre de Marfim”. É um juízo de realidade que faço, pois os juízes de valor devem ser matizados e dependem das respostas às perguntas: o que é progresso nisso tudo? E o que há de alienação?

Sandra Lencioni - Um dos elos mencionados diz respeito à cultura universitária. O que vem a ser essa cultura e como ela é desenvolvida? Há um lugar próprio para “fazer cultura” e um lugar para divulgá-la?

Alfredo Bosi - Depois de ter feito esse mapeamento, vamo-nos localizar onde estamos nós, aqui. Nós somos professores de uma universidade, de uma das maiores universidades da América, aquela que, segundo algumas estatísticas tem mostrado, é a que mais produz doutores por ano no mundo inteiro - eu fiquei um pouco espantado de

ver certas estatísticas, indicando que a Universidade de São Paulo produz mais doutores do que qualquer universidade americana isolada; então, haja cultura! Enfim, estamos dentro de uma universidade com as características da nossa e que se preocupa com o problema da difusão da cultura.

Todas as universidades, em todos os seus departamentos, estão produzindo cultura científica, humanística ou artística. A cultura seria a seiva de todo o sistema, que se compõe de produção atual, de reprodução das coisas passadas e de projetos das coisas futuras. Todos os departamentos deveriam estar voltados para a memória, ou produzindo experiências ou fazendo projetos, o tempo todo jogando com as três dimensões: passado, presente e futuro. Portanto, *eles devem estar fazendo cultura*, embora provavelmente não usem essa expressão diretamente ou pensem que estão fazendo ciência pura.

No entanto, apesar dessa obviedade (a universidade produz, reproduz e projeta cultura), estabeleceu-se uma distinção, que acabou virando instituição. Uma distinção pragmática acabou se transformando em instituição. Acabou-se transformando em instituição a idéia de que alguns órgãos da universidade teriam como missão específica divulgar, de maneira mais informal do que os departamentos científicos fazem, conhecimentos, valores, técnicas. Essa distinção pragmática justificaria a existência de *departamentos de cultura* dentro de qualquer unidade e, no âmbito da universidade, de uma Pró-Reitoria de Cultura. Porque, apesar de a idéia de cultura ser transversal, universal, o que é realmente a sua definição justa, há certa tendência de julgar que algumas atividades que a universidade normalmente produz nos seus departamentos podem ser socializadas de uma maneira diferente, peculiar.

Eu entendo que o problema da *difusão* da cultura na universidade venha justamente de uma separação pragmática entre a produção regular e formal dos conhecimentos em cada departamento e a sua divulgação em alto nível pela universidade como um todo. Assim, por exemplo, no departamento de música da ECA estudam-se instrumentos, faz-se análise de partituras, estuda-se história da música, estuda-se a teoria musical, a harmonia, isto é, todos os elementos técnicos e históricos que a música comporta. Isso se faz lá. Mas o fruto de todas estas atividades deve transbordar do departamento de música. É preciso que toda a universidade, os alunos todos, os professores e, mais ainda, as comunidades adjacentes, possam beneficiar-se dessa riqueza intelectual e estética.

Por essa razão, a universidade precisa sustentar uma orquestra, que possa tocar a Nona Sinfonia de Beethoven para quinhentas pessoas que gostam de música erudita e querem ouvir Beethoven mas não têm conhecimentos específicos de música, nem pretendem fazer curso de música. Eu, por exemplo, que dou literatura tenho, digamos, numa classe de pós-graduação trinta alunos que estudam a fundo os textos de Machado de Assis – estudamos a ideologia dos personagens, estudamos características estilísticas de Machado, isto é, lemos e procuramos aprofundar até o limite do possível o conhecimento de um escritor tão extraordinário. Mas são trinta alunos, às vezes menos, há classes menores, porque às vezes a pós-graduação se afunila muito. Às vezes o docente fala só aos próprios orientandos...No entanto, Machado de Assis é um escritor universal, é o maior escritor

brasileiro de todos os tempos. Há centenas de alunos, de professores primários ou secundários que querem beneficiar-se dos frutos dessa atividade tão específica, mas que não vão fazer cursos de pós-graduação em literatura brasileira; e que pertencem a outras unidades, ou têm outros interesses dentro e fora da universidade. É muito justo que, assim como a orquestra vai tocar a Nona Sinfonia de Beethoven para quinhentas pessoas, haja *cursos de extensão*, que os professores de literatura dêem cursos para professores de português; mas não só professores de português, que são centenas, mas professores de História, além de pessoas que se interessam por cultura brasileira ou que simplesmente gostam de literatura e vão ouvir um professor falar numa linguagem, mais amena, mais sociável, trocando em miúdos aquilo que é dito numa linguagem meio esotérica.

Lembro, em outro contexto, o problema das células-tronco. Quantas pessoas querem saber realmente o que é um transplante, qual o limite do transplante, se o transplante é terapêutico ou é reprodutivo! Essas pesquisas, que fazem parte do dia-a-dia dos laboratórios de biologia, têm um interesse enorme, porque é toda a população que pode um dia carecer de um transplante. Então é muito bom que biólogos e médicos venham dar cursos sobre problemas de transplantes de órgãos.

Estando aqui, em face de uma atividade da Pró-Reitoria de Cultura, parece-me que a explicação que se dê a esse desenvolvimento tão grande das Pró-Reitorias de Cultura vem de uma *necessidade de democratização dos conhecimentos*. Não é que a cultura que aí se difunde seja diferente da cultura que é transversalmente elaborada nos laboratórios ou nas bibliotecas dos departamentos; ao contrário, trata-se sempre da mesma cultura, que nasceu da pesquisa, da experiência e da reflexão, mas que é socializada. E nessa altura, a palavra cultura se ajusta àquela conotação de democratização. A “extensão” nada mais é que a democratização do conhecimento e do valor; e explica o que para muitos é um problema: por que a universidade, *que faz cultura o tempo todo*, precisa ter um departamento especializado de cultura? O que nós fazemos aqui não é cultura? – às vezes os colegas me perguntam; eles acham que está ocorrendo uma redundância indevida do termo cultura.

Mas se aprofundarmos um pouco mais o que fazem as Pró-Reitorias e as Comissões de Cultura nas várias Unidades entenderemos que elas procuram incentivar projetos e levar a um público leigo e não-especializado os resultados das múltiplas áreas de conhecimento da universidade.

Sandra Lencioni - Como o senhor vê as perspectivas das ações culturais que se dão no âmbito da nossa universidade?

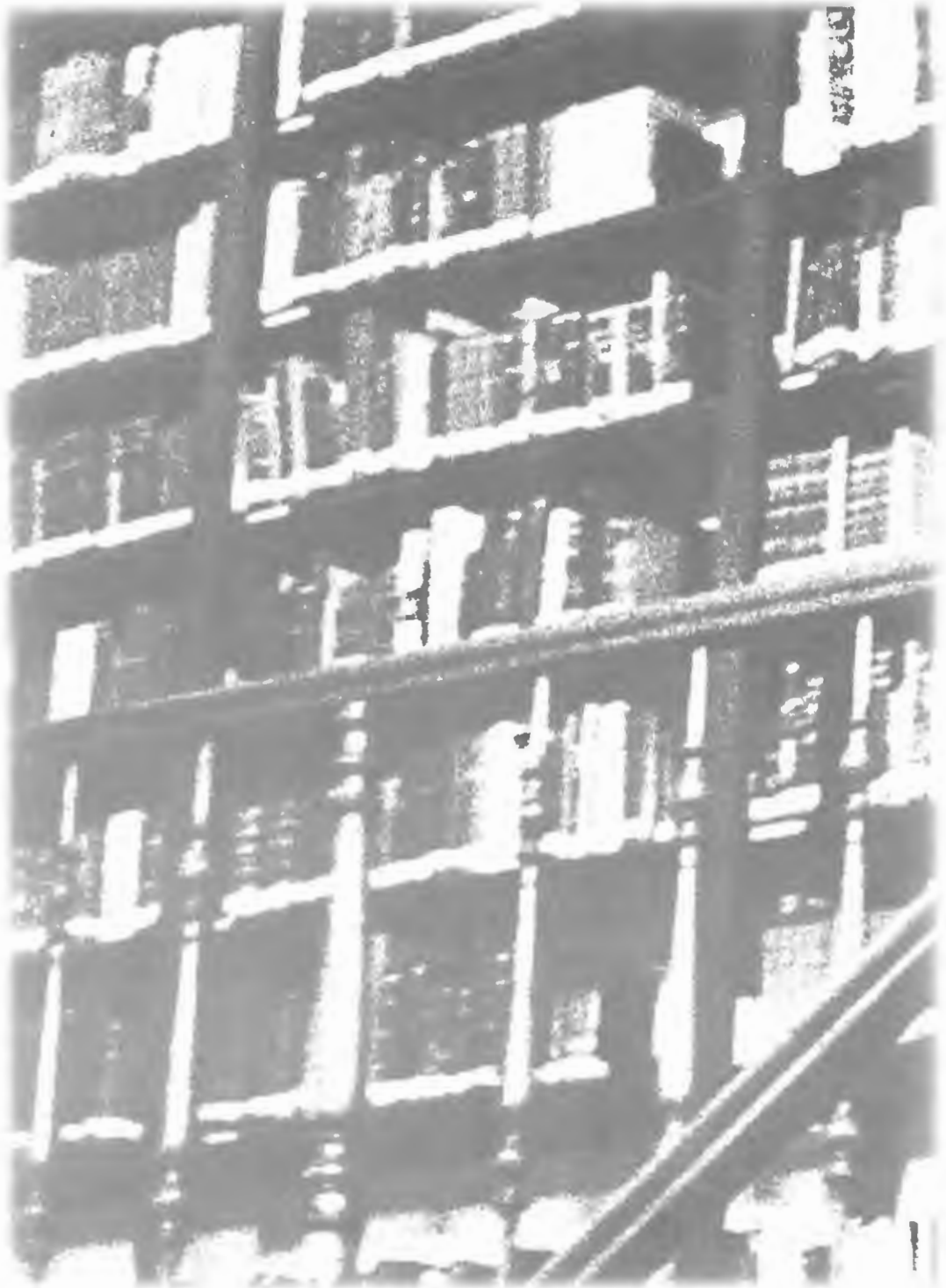
Alfredo Bosi – Quando se fala em perspectivas, cabe lembrar que o futuro começa com a ação atual e com o pensamento do presente, que é o único tempo que nos é dado viver, pois o passado já se foi e o futuro ainda virá.

Por isso, as atividades hoje coordenadas pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (em boa hora confiada ao Prof. Adilson Avansi de Abreu) apresentam um

rico espectro científico, humanístico e artístico. Não vejo melhor política cultural do que manter e intensificar os programas do Centro Universitário Maria Antônia, da Estação Ciência, do Museu de Ciências, do Parque de Ciência e Tecnologia, das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, da Casa de Dona Yayá, do Cinusp “Paulo Emílio”, do Teatro da USP, da Orquestra Sinfônica, do Coral USP e, *last but not least*, da Biblioteca “Brasília Guita e José Mindlin”.

Cada um desses órgãos tem não só produzido cultura, mas também a difunde generosamente. Embora cada um de seus atuais coordenadores mereça palavras de apreço pelo trabalho que vem desenvolvendo, cabe aqui uma homenagem especial ao Prof. Ernst Hamburger, cujo nome está associado a uma das mais fecundas iniciativas desta Universidade, a Estação Ciência, exemplo de democratização no mais alto nível do saber científico e tecnológico.

Quanto aos projetos apoiados pela Pró-Reitoria, é de estrita justiça realçar o da Universidade Aberta à Terceira Idade e o Nascente, que contemplam duas faixas etárias distantes no tempo, mas nem por isso menos dispostas a forjar o futuro com as armas do presente.



USP PROMOVE EXPOSIÇÃO SOBRE A

ÁGUA

O Museu de Ciências da USP inaugura em outubro sua primeira exposição temática itinerante, com o tema: “Água: uma viagem no mundo do conhecimento”

Primeiro evento do Museu de Ciências da Universidade de São Paulo – MC-USP, a exposição temática “Água: uma viagem no mundo do conhecimento”, de caráter itinerante, terá abertura inicial na Casa de Dona Yayá. Além da apresentação em formato tradicional, contemplando objetos infográficos e recursos multimídia especialmente desenvolvidos para a exposição, o evento busca a inserção do visitante no mundo da complementação do conhecimento via virtual e incentiva o uso da multiplicidade de recursos disponíveis para a difusão da informação.

O conteúdo está sendo preparado com a cooperação e integração de várias unidades da USP, que estão se empenhando na divulgação do conhecimento



sobre o tema definido, servindo-se do material gerado por suas linhas de pesquisa e pela experiência acadêmica. Além disso, especialistas estão sendo consultados para uma atuação como corpo consultivo e um trabalho contínuo vem sendo executado por uma curadoria formada por membros do MC-USP.

A itinerância é objeto desta exposição, de forma que sua concepção contempla as possibilidades de remoção e transporte para áreas nos outros *campi* da USP. A previsão de permanência em cada local de exposição é de pelo menos três meses, com uma duração total estimada de cerca de dois anos. A década “Água, Fonte de Vida”, declarada pela ONU e que visa a mobilizar a comunidade internacional em torno do cumprimento de metas relacionadas com a água, com contagem iniciada em 2005, permite um trabalho a ser realizado em médio prazo, atingindo a população de várias cidades, através de exposição material e virtual, ações educativas, monitorias e eventos complementares realizados pelas Comissões de Cultura e Extensão Universitária das unidades mais próximas ao tema.

Após intensa pesquisa, a exposição está sendo concebida com base em seis blocos: i) a origem cósmica da água e sua presença no planeta Terra; ii) a água e os seres vivos; iii) a água e as civilizações; iv) a água e o desenvolvimento do pensamento científico e a revolução industrial; v) a água como recurso energético, a industrialização e a urbanização, a água e o impacto ambiental; vi) as tecnologias de recuperação da água e as pesquisas e tecnologias desenvolvidas na USP relacionadas à água.

A água é hoje motivo de pesquisas em todos os setores das ciências. Tem distribuição marcante no planeta Terra em seus três estados físicos, participa de processos climáticos e de fenômenos globais e dinâmicos envolvendo as ciências exatas, humanas e biológicas. Quando ligada à vida, a água revela-se importante nas relações fisiológicas e ecossistêmicas e amplia seus valores quando atinge a espécie humana – passa das relações de sobrevivência, por relações míticas até atingir o formato de recurso energético, mudando assim a relação humana com o recurso, trazendo melhorias às condições de vida, mas inevitavelmente formando uma condição nova para a água: a água usada, o que leva ao emprego do termo escassez de água no sentido de perda de suas qualidades e propriedades originais.

Atualmente, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de técnicas de recuperação da qualidade da água e ações de preservação desse recurso, quer por melhoria nas relações com a substância no dia-a-dia, quer para o aumento do tempo de permanência das formas de vida no planeta. A água merece ser conhecida profundamente, de forma que o Museu de Ciências a elegeu como tema para praticar sua vocação de agente facilitador da divulgação das ciências, oferecendo conhecimento científico nas áreas humanas, exatas e biológicas, para reflexão, diálogo e crítica, como uma opção para a compreensão da realidade e para a intervenção positiva em sua dinâmica.

Assim, para facilitar o acesso aos acervos e serviços pertencentes aos museus, unidades de pesquisa e ensino, arquivos e bibliotecas dos componentes da Universidade de São Paulo e também às

informações nacionais e internacionais certificadas pela curadoria do MC-USP, está prevista a implementação do modelo de rede integrada de informação entre as unidades e órgãos da USP, como ferramenta fundamental para esta finalidade.

O Museu de Ciências da Universidade de São Paulo, novo órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, nasceu de uma necessidade de integração e articulação entre os museus, unidades de ensino e pesquisa, institutos especializados e demais órgãos da Universidade de São Paulo, visando ao estabelecimento de ações e programas que atendam a demanda de conhecimento da sociedade e executando um papel de divulgação da ciência, das informações didático-pedagógicas e informações especializadas para a pesquisa.

As formas de ação do MC-USP são: intercomunicação virtual e formação de rede de conhecimento com acesso interno e externo à USP, nos níveis nacional e internacional; exposições itinerantes, ações educacionais apoiadas em exposições de acervos e também cursos, seminários e palestras e demais modalidades de difusão do conhecimento, buscando estimular o desenvolvimento do pensamento crítico e dando especial atenção às atividades destinadas às escolas dos ensinos fundamental e médio. Nessa função, o Museu de Ciências leva em consideração a diversidade de conhecimentos da universidade, articulados em grandes temas para formar a unidade do conhecimento.

A necessidade da criação de tal veículo, com base na função tradicional desempenhada pelos museus há séculos, associada aos conceitos contemporâneos de museus de ciências, levaram a esta iniciativa, que rapidamente captou adeptos

nesta missão de difusão de conhecimento, que tem por meta atingir um público amplo, envolvendo alunos, professores, pedagogos e especialistas. Observando a trajetória dos museus, nota-se que muitos deles participaram de forma marcante nos primórdios do desenvolvimento das ciências, suportando laboratórios, material de pesquisa, pesquisadores e coleções. Chegou-se ao momento em que o conhecimento gerado pela pesquisa solicita a participação do museu, na divulgação das ciências, de forma uníssona, multidisciplinar e crítica. O momento é de incentivo à criação de um modelo de museu de ciências, seguindo as tendências mundiais contemporâneas de atendimento às solicitações mais recentes pelo conhecimento, viabilizando o conteúdo rico de experiências de nossa universidade.

O conselho curador da exposição é composto pela seguinte equipe: Prof^{ta} Dr^a Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva, diretora do MC-USP; Prof^a Dr^a Ida Caramico Soares, vice-diretora do MC-USP; Prof. Dr. José Carlos Teixeira de Barros e Moraes, da Escola Politécnica; as Especialistas em Museologia Beatriz Cavalcanti de Arruda e Maria José Rocco; Sérgio Teixeira de Castro, Chefe do Museu Oceanográfico. Todos fizeram parte do Conselho Gestor do Museu de Ciências que se reuniu há alguns anos para a discussão do tema água e sua importância no contexto mundial.

Local da exposição

Casa de Dona Yayá - Rua Major Diogo, 353 - Bela Vista.

Professora Doutora Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva
Diretora do Museu de Ciências da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária

www.museudeciencias.usp.br

PARTICIPE DA SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA



No próximo mês de outubro, terá início o maior movimento nacional de popularização científica do país. A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. São centenas de atividades que acontecem simultaneamente em escolas, universidades, praças públicas, estações de trem, supermercados, museus de ciência e empresas tecnológicas de cidades brasileiras.

Estabelecida por decreto presidencial e coordenada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do governo federal, a Semana é realizada em colaboração e participação voluntária das universidades e institutos de pesquisa, escolas, centros e museus de ciência, associações e sociedades científicas, fundações de amparo à pesquisa, parques e jardins botânicos, empresas públicas e privadas, meios de comunicação, órgãos governamentais e da sociedade civil do país.

Depois da bem sucedida experiência de sua primeira edição em 2004, a meta para este ano, é de 1.000 municípios participantes. Em 2004, a Semana contou com a participação de mais

de 500 instituições de ensino e pesquisa e 1.842 atividades aconteceram em 252 municípios, atingindo um público de várias centenas de milhares de pessoas.

Aberta a todo cidadão, a Semana tem como objetivo primordial mobilizar a população em geral, em especial crianças e jovens, em torno de temas e atividades científicas, com a finalidade de destacar a importância da ciência para o desenvolvimento do país e o impacto de suas aplicações na vida de cada cidadão. Como toda ação de difusão científica, a Semana contribui para a construção de uma sociedade brasileira cientificamente mais letrada, ao mesmo tempo em que fortalece o próprio sistema de C&T ao propiciar a formação de uma opinião pública favorável a ele.

Grupos de pesquisa, professores, clubes de ciência, bibliotecas, feiras de ciência, centros comunitários, sindicatos, associações diversas, grupos de discussão na internet e todos os interessados em difundir e debater temas de ciência e tecnologia estão convidados a se integrar. Solicita-se, em particular, aos diretores,

coordenadores e professores de escolas de ensino fundamental e médio que estimulem a participação dos alunos em torno de temas e atividades científicas, valorizando a criatividade e despertando o interesse científico.

Dentre os muitos formatos de atividades possíveis, destacam-se os dias de portas abertas em instituições de pesquisa e universidades; festivais e feiras de ciência; concurso para crianças e jovens; oficinas para o público; atividades unindo ciência, cultura e arte; ida de cientistas às escolas; palestras e discussões públicas sobre temas científicos de interesse geral; jornadas de iniciação científica; produção de mapas da ciência; exibição de filmes e vídeos científicos; excursões científicas; entrevistas, debates e documentários nos jornais, rádios e televisão sobre temas de ciência e tecnologia.

A Semana não é temática e nem poderia sê-lo, uma vez que pressupõe a participação de todas as áreas do conhecimento. Porém, a cada ano, o MCT propõe uma atividade/mote nacionalmente integrada, a partir de um tema de amplo interesse nacional. Assim, o mote deste ano é “Brasil Olhe para a Água”; o de 2004, em virtude do fenômeno do eclipse lunar foi “Brasil Olhe para o Céu”; “Inovação” será o de 2006 e assim por diante.

Com “Brasil Olhe para a Água” espera-se que sejam organizados eventos e discussões sobre questões ligadas à riqueza do mar, à estrutura, qualidade e reutilização da água, à poluição dos rios e lagos, à água no planeta e fora dele, à vida nas águas etc., mobilizando assim um grande número de pessoas no país inteiro para que, individual e coletivamente, voltem seu olhar e sua

atenção para este bem essencial da vida que constitui uma questão nacional e planetária de grande importância.

A coordenação nacional das atividades é de responsabilidade da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, através do Departamento de Popularização e Difusão de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia. Nos Estados da federação, conta com a participação dos governos estaduais e municipais e de instituições de pesquisa e ensino, assim como de entidades científicas e tecnológicas, organizados em Comissões Regionais Organizadoras. Em São Paulo, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo integra a comissão juntamente com outras catorze instituições do Estado.

Editais vigentes e outras ações de fomento relacionados à divulgação científica, formulários para cadastramento das instituições, contatos, *releases*, *downloads* e banco de imagens são algumas das informações que podem ser acessadas pelo endereço eletrônico

<http://semanact2005.mct.gov.br/>

Gloria Malavoglia
 Coordenadora Executiva da
 Semana Nacional de C&T no Estado de
 São Paulo.
 Departamento de Popularização
 e Difusão de Ciência e Tecnologia da
 Secretaria de Ciência e Tecnologia para a
 Inclusão Social do Ministério da Ciência e
 Tecnologia

CONHEÇA A UNIVERSIDADE E AS PROFISSÕES



Uma das grandes preocupações do estudante do ensino médio é a escolha da futura profissão. É uma decisão difícil, que ele, ainda jovem, precisa tomar com o maior grau possível de acerto, pois dela, provavelmente, dependerá sua realização individual e social.

Com o objetivo de orientar os estudantes nessa árdua tarefa, a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP desenvolve o Projeto “A UNIVERSIDADE E AS PROFISSÕES”. Por meio dele, a USP deseja também contribuir para que esse jovem, ao tornar-se um universitário, desenvolva um relacionamento integrador com a comunidade universitária e com a sociedade, sabendo aproveitar as múltiplas atividades acadêmicas, culturais, sociais e esportivas que a USP proporciona. Agindo assim, o jovem aprenderá a ter um comportamento comunitário, ideal para o desenvolvimento de sua cidadania e futura vida pessoal e profissional.

O projeto teve início em 1990, um ano após a criação dessa Pró-Reitoria. Em seu primeiro ano, contou com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que na época promoveu palestras de especialistas em diversas áreas científicas no *campus* de São Paulo. Posteriormente, essa atividade foi realizada em parceria com o Centro Universitário Maria Antonia. Ao longo dos anos o projeto evoluiu e cada unidade da USP, na capital ou no interior, passou a participar dele, mobilizando seus docentes, discentes e funcionários. Atualmente, o Projeto “A Universidade e as Profissões” compreende: 1) um programa de visitas de alunos do ensino médio às diversas dependências da USP, na capital ou no interior, 2) uma feira anual sobre profissões, em que são dadas informações aos estudantes do interior do Estado e 3) um catálogo que informa o que é a USP e quais as possibilidades de profissões que ela oferece.

O projeto permite que, anualmente, cerca de dez mil estudantes do

ensino médio conheçam as dependências da USP, em visitas monitoradas por docentes desta universidade. As visitas, além de abrangerem o *campus* de São Paulo - incluindo a Cidade Universitária, a USP Leste e demais unidades da capital, como a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito – envolvem também os *campi* de Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos, bem como o Centro de Biologia Marinha (CEBIMar), em São Sebastião. Durante as visitas, os alunos



assistem a palestras sobre a unidade que estão conhecendo e sobre as profissões que ela oferece; além disso, discutem com seus docentes e alunos de graduação e pós-graduação, conhecem suas salas de aula, laboratórios, bibliotecas, biotérios, museus e demais dependências. A Pró-Reitoria, anualmente, elabora trinta mil folhetos do calendário das visitas, que são distribuídos para cerca de 7.600 escolas, na maioria públicas, e na feira sobre profissões organizada pela USP ou por algumas escolas particulares. Os estudantes podem

também ver o catálogo, o calendário e demais informações a respeito das visitas no endereço eletrônico www.usp.br/prc. As visitas são agendadas previamente pelos telefones (11) 3091-3511 ou 3091-3513, e podem ser feitas individualmente ou em grupo de estudantes. Ao fim de cada visita, os alunos respondem um questionário, o qual dá subsídios para que a Pró-Reitoria faça um aprimoramento anual do projeto.

Em setembro serão realizadas as últimas visitas monitoradas de 2005, conforme calendário abaixo:

- 10 (sábado) – 9h – Instituto de Ciências Biomédicas e Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas;
- 13 (terça-feira) – 9h – Faculdade de Odontologia de Bauru;
- 15 (quinta-feira) – 9 e 14h – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto;
- 16 (sexta-feira) – 9 e 14h – Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto;
- 18 (domingo) – 14h – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas;
- 22 (quinta-feira) e 23 (sexta-feira) – 10h – Centro Universitário Maria Antonia.

A feira sobre profissões tem o objetivo de informar os estudantes do interior do Estado a respeito do amplo leque de carreiras profissionais que a USP oferece, algumas das quais recentemente implantadas. Informa também a esses alunos como devem proceder para conhecer as múltiplas Unidades da USP na

capital e no interior. Este ano a feira será em Pirassununga, de 16 a 18 de agosto.

Em 1998, foi criado o catálogo referente ao projeto, tendo sido impressos quinze mil exemplares em sua primeira edição. No ano seguinte, uma nova versão do texto, de duzentos mil exemplares, foi incorporada ao material distribuído pela FUVEST. Presentemente, por ano, são editados 240.000 catálogos. Cada edição, totalmente revista e atualizada, é lançada em agosto do ano anterior, portanto, em tempo hábil para o vestibulando receber recentes e corretas informações das contínuas evoluções que acontecem nos cursos da USP e das novas profissões oferecidas. Na edição de 2006, o catálogo sobre a USP descreverá: 1) seus seis *campi*, incluindo a USP Leste e a nova área incorporada ao *campus* de São Carlos (*campus* 2); 2) suas trinta e oito unidades de ensino e pesquisa, incluindo fotos, cursos e profissões oferecidas; 3) seus oito institutos especializados; 4) seus quatro museus; 5) seus quatro órgãos de apoio; 6) todos seus cursos, indicando o período em que são ministrados, os bacharelados, as licenciaturas e as habilitações; 7) os vários programas de assistência (médica, odontológica e psicológica) e promoção social oferecidos aos seus estudantes da capital ou do interior, incluindo moradia estudantil, bolsas de estudo, bolsas para alimentação e carteira para passe escolar; 8) descrição das oitenta e cinco profissões que a USP oferece. Na descrição das profissões, feita pelos docentes das unidades que ministram os cursos envolvidos, é tomado o cuidado para que elas sejam apresentadas sem prioridades, para que o jovem entenda que todas são de igual importância para a sociedade e para o

país. Adicionalmente, é enfatizado o tipo de formação que é oferecido ao estudante e a esfera de atuação de cada profissão, para que os jovens possam fazer sua escolha baseados na sua própria vocação, percebendo que só conseguirão se realizar individual e socialmente se forem bem preparados e tiverem aptidão para exercê-la.

h

Professora Doutora Margarida de Mello Aires
Coordenadora do Projeto
“A Universidade e as Profissões” da Pró-
Reitoria de Cultura e Extensão
Universitária
e-mail: proacult@usp.br





Fotos de Arquivo PRCEU, 2005. Visita de colegiais à USP- Leste

INSTRUÇÕES AOS
AUTORES

TÍTULO DO TRABALHO

Deve ser breve e indicativo do tema do trabalho.

AUTOR(ES)

Por extenso, indicando a(s) instituição(ões) à(s) qual(ais) pertence(m). O autor para correspondência deve ser identificado com asterisco, fornecendo endereço completo, incluindo o eletrônico.

RESUMO

Deve apresentar de maneira sucinta os objetivos e conteúdo do trabalho, não excedendo 200 palavras.

PALAVRAS-CHAVE

Observar o limite máximo de 3 (três) unitermos.

RESUMO EM INGLÊS

Deve conter o título do trabalho e acompanhar o conteúdo do resumo em português. No caso de trabalhos escritos em língua inglesa, deverá ser apresentado um resumo em português.

KEYWORDS

Apresentação dos unitermos equivalentes em inglês.

FORMATAÇÃO

Deverá ser usada a fonte Times New Roman, espaço 1,5, tipo 12, papel A4, margem: superior e inferior 2,5; esquerda e direita 3,0. O número de páginas deverá ser observado, conforme segue: a) artigos para a Seção Projetos e Programas – 10 páginas; b) artigos para a Seção Dossiê – 20 páginas; c) artigos para a Seção Notícias Comentadas – 2 páginas; d) entrevista – 10 páginas.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos e outras formas de reconhecimento podem ser mencionados após a lista de referências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A exatidão das referências bibliográficas é de responsabilidade dos autores. Elas devem ser organizadas de acordo com as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT - NBR-6023, ordenadas no fim do artigo.

CITAÇÕES NA LISTA DE REFERÊNCIAS

A literatura citada no texto deverá ser listada em ordem seqüencial (numerais arábicos, entre colchetes).

Quando for necessário mencionar o(s) nome(s) do(s) autor(es) no texto, a seguinte regra deverá ser obedecida:

- até 3 (três) autores: citam-se os sobrenomes dos autores;
- mais que três autores, cita-se o sobrenome do primeiro autor, seguido da expressão latina et al;
- o nome do autor não é conhecido, a entrada é feita pelo título.

A lista de referências deve seguir o formato estabelecido pela ABNT em “Regras Gerais de Apresentação” – NBR-6023, de agosto de 2002

MANUSCRITOS DEVEM SER ENVIADOS PARA:

Editores da Revista de Cultura e Extensão - USP
Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – USP
Rua da Reitoria, 109 - Cidade Universitária
São Paulo – SP - 05508-900

TERMO DE CONCORDÂNCIA E CESSÃO DE DIREITOS DE REPRODUÇÃO GRÁFICA

Os abaixo assinados, (nomes completos dos autores do manuscrito), autores do manuscrito intitulado (título), declaram ter lido e aprovado o manuscrito na sua totalidade e concordam em submetê-lo à Revista de Cultura e Extensão - USP para avaliação e possível publicação como resultados originais. Esta declaração implica que o manuscrito, independente do idioma, não foi submetido a outros periódicos ou revistas com a mesma finalidade.

“Declaro(amos) que aceito(amos) ceder o direito de reprodução gráfica para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, no caso do artigo com o título descrito acima (ou título que posteriormente venha a ser adotado, para atender às sugestões de editores e revisores) venha ser publicado pela Revista de Cultura e Extensão - USP. Em adição (necessário se existir mais que um autor), concordamos em nomear _____, como o autor a quem toda correspondência e separatas deverão ser enviadas.”

Cidade

Endereço

Data

Nome(s) e assinatura(s)

USP

